UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

DANIEL LEMOS JEZIORNY

TERRITÓRIO VALE DOS VINHEDOS. INSTITUIÇÕES, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E SINGULARIDADE NA VITIVINICULTURA DA SERRA GAÚCHA.

UBERLÂNDIA – MG
2009

DANIEL LEMOS JEZIORNY

TERRITÓRIO VALE DOS VINHEDOS. INSTITUIÇÕES, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E SINGULARIDADE NA VITIVINICULTURA DA SERRA GAÚCHA.

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em economia.

Orientador:
Prof. Dr. ANTONIO CÉSAR ORTEGA

UBERLÂNDIA-MG
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J59t Jeziorny, Daniel Lemos, 1974-
Território vale dos vinhedos. Instituições, indicação geográfica e singularidade na vitivinicultura da serra gaúcha / Daniel Lemos Jeziorny. -
2009.

200 f .

Orientador: Antonio César Ortega.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia regional - Teses. 2. Regiões vinícolas - Teses. 3. Desenvolvimento econômico - Teses. 4. Vinho e vinificação - Rio Grande do Sul – Teses. I. Ortega, Antonio César. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 332.1

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

DANIEL LEMOS JEZIORNY

TERRITÓRIO VALE DOS VINHEDOS. INSTITUIÇÕES, INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E SINGULARIDADE NA VITIVINICULTURA DA SERRA GAÚCHA.

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em economia.

Área de Concentração:
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Banca Examinadora

_____
Prof. Dr. Antonio César Ortega (IE-UFU)

_____
Prof. Dr. Carlos Eduardo Freitas Vian (Esalq-USP)

_____
Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins (IE-UFU)

_____
Prof. Dr. Antonio César Ortega (IE-UFU)
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia—IE/UFU

Uberlândia, 31 de Agosto de 2009.

Este trabalho é dedicado à cinco mulheres que me ensinaram o valor do amor: Silvia, Viviane, Amália, Josefa e Roberta, não necessariamente nesta ordem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares e amigos pelo apoio incondicional. Ao Professor Doutor Antonio César Ortega sou grato especialmente pela confiança, apoio e exemplo dispensados durante esta jornada e, é claro, pela orientação que, de uma forma muito inteligente, sempre apontou o caminho sem nunca ter se tornado um cabresto.

Agradeço também a todos os professores do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e aos funcionários desta instituição, pela dedicação e respeito ao trabalho e à amizade. A CAPES pelo suporte que me possibilitou a estada em Uberlândia. À Fernanda pela amizade, mas também pela ajuda na formatação deste e de outros trabalhos. Presto ainda meus sinceros agradecimentos aos colegas e amigos: Humberto, Loyd, Thiago, Henrique, Vinicius e aos demais, pelo companheirismo que tornou tudo mais fácil no transcorrer deste curso de mestrado. A Vaine pelo que fez por mim.

Aos meus irmãos Felipe e Juliano sou muito grato pelo exemplo de fé e coragem, à minha mãe, eternamente pelo amor, ao meu pai pelo exemplo de perseverança, aos meus avós e à minha madrinha Viviane pelo exemplo de vida, e, finalmente, mas não menos importante, à Beta, por acreditar em mim.

“Do rio que tudo arrasta se diz violento, mas não se dizem violentas as margens que o oprimem”. (Berthold Brecht).

RESUMO

Diante do contexto cada vez mais competitivo do mercado de vinhos, uma das mais tradicionais regiões vinícolas brasileiras, na Serra Gaúcha, depara-se com a necessidade crescente de aumentar a qualidade de seus produtos, como uma via alternativa à competição por preços. Assim, por meio de uma associação de produtores, buscou-se constituir uma indicação geográfica (Vale dos Vinhedos), que confere aos produtores: certificação de origem e aos vinhos: singularidade. Este trabalho, portanto, tem por objetivo central analisar a importância do território e das instituições criadas naquela região produtora para o estabelecimento de uma estrutura de governança que coordene seus agentes para o exercício de ações sinérgicas na busca de soluções para os problemas de ordem coletiva. Para tanto, lançamos mão do enfoque territorial para sua análise, buscando diálogos teóricos entre diferentes aportes teóricos, particularmente, a Nova Sociologia Econômica (NSE).

ABSTRACT

With an increasingly competitive market context of wines, one of the most traditional Brazilian vineyards, in Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, faces a growing need of improving the quality of its products, as an alternative to price competition. This way, a geographical indication (Vineyards Valley) was established, in order to accredit producers with an origin certification with the help of a producers association. This article has as central objective to analyze the importance of the institutions created in that producing area for the establishment of a managing structure that coordinates its agents towards the exercise of synergetic actions in the search of solutions for the problems of collective order of the wine producers. For that, we work with the territorial focus for analysis, looking for theoretical dialogues among different theoretical contributions, particularly, the New Economical Sociology (NES).

Lista de Ilustrações

Figura 1: Localização do Vale dos Vinhedos. 20
Figura 2: Evolução da área cultivada com vinhedos no RS 1995/2007, em ha. 47
Figura 3: Área das propriedades com vinhedos no Rio Grande do Sul 1995/2007, em ha... 48
Figura 4: Número de propriedades que cultivam uva. 48
Figura 5: Vinhedos por classe de cultivar; Totais do estado 1995/2007, em ha..... 49
Figura 6: Evolução da área com viníferas no RS 1995/2007 em ha. 49
Figura 7: Principais cultivares de uvas viníferas no RS 1995/2007, em ha. 51
Figura 8: Principais Viníferas na região de Caxias do Sul. 51
Figura 9: Pirâmide das indicações geográficas para vinhos de qualidade. 69
Figura 10: Capela Nossa Senhora das Neves. 117
Figura 11: Sistemas de Condução. 129
Figura 12: Spa do Vinho. 168

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de estabelecimentos e área da agricultura familiar e patronal, e seu percentual em relação ao total de estabelecimentos rurais, por município que compõe o Vale dos Vinhedos..... 21
Tabela 2: Percentual dos estabelecimentos de agricultores familiares, segundo sua condição de renda, por município que compõe o Vale dos Vinhedos. 21
Tabela 3: Área cultivada com vinhedos no Brasil, em mil hectares por estado. 43
Tabela 4: produção de uvas no Brasil em toneladas. 43
Tabela 5: Produção, Exportação, Importação, Processamento e Consumo de Uvas no Brasil...... 45
Tabela 6: Questionário para agricultores e atores locais não cantineiros 120

Sumário

Introdução 14

Capítulo 1 O desenvolvimento da indústria vitivinícola no Brasil. 19

1.1 O Vale dos Vinhedos..... 20

1.2 A vitivinicultura no Brasil 24

1.3 A estruturação do setor vitivinícola no Rio Grande do Sul..... 27

1.4 A entrada das multinacionais 38

1.5. O Complexo agroindustrial da uva e do vinho: uma breve caracterização 39

1.6. O panorama atual da viticultura no Rio Grande do Sul..... 46

Considerações finais 53

Capítulo 2 56

Diversificação, Indicações Geográficas e Globalização na Indústria Vitivinícola. 56

2.1 A economia da diversificação de Penrose e sua expressão no setor vitivinícola 57

2.2 Oportunidades para diversificação e a importância da pesquisa científica a partir de uma Visão Baseada em Recursos 61

2.3 O que são e qual a importância das Indicações Geográficas..... 67

2.4 A globalização, uma metáfora da perplexidade ou universo de trajetórias inesperadas;..... 72

2.5 Nova Sociologia Econômica, os mercados singulares e o mercado dos grandes vinhos; 83

Considerações finais 90

Capítulo 3 O território Vale dos Vinhedos..... 96

3.1 Perspectiva de território 96

3.2 A racionalidade situada, um parâmetro contextual para a tomada de decisão; 106

3.3 Capital Social 112

3.4 Desenvolvimento endógeno e capital social..... 124

3.5 O papel do conhecimento e da inovação no desenvolvimento local 128

3.6 Instituições de apoio tecnológico ao setor vitivinícola brasileiro 136

3.7 A visão da EMBRAPA e da EMATER/RS acerca das indicações geográficas..... 139

Considerações finais 145

Capítulo 4 O espaço rural do Vale dos Vinhedos: uma realidade em transformação 151

4.1 Agricultura familiar e desenvolvimento econômico;..... 152

4.2 Vale dos Vinhedos: Um território da agricultura familiar no Brasil 157

4.3 Algumas implicações da I.P.V.V. para os agricultores familiares e demais atores locais 161

4.4 Pluriatividade e enoturismo..... 166

4.5 Introdução ao enfoque neocorporativista sobre a representação de interesses..... 175

4.6 O setor vitivinícola e o formato neocorporativista de representação de interesses... 177

Considerações finais 184

Conclusão 187

Referências Bibliográficas 194

Anexos..... 201

Introdução

Enquanto atividade demandante de mão-de-obra e tradicionalmente ligada a solos de fraca aptidão agrícola a cultura da uva contribuiu para a humanização de diversas regiões. Nesse sentido, a própria expansão da vitivinicultura mundial pode ser vista como tributária dos fluxos migratórios e dos processos de fixação de populações ao redor do planeta.

O Vale dos Vinhedos, na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul (Serra Gaúcha), é um destes espaços onde a constituição territorial aconteceu de forma a ter na vitivinicultura sua principal pilastra de sustentação econômica. Trata-se de um dos mais tradicionais territórios brasileiros no âmbito da produção de uva e vinho, ou em outras palavras, da produção vitivinícola.

Entretanto, a partir dos anos 90, a agricultura, assim como os outros setores, passou por um processo de desregulamentação que, no caso da vitivinicultura, foi ainda mais afetada em função de grande abertura comercial.

Na esteira desses acontecimentos, segmentos importantes tiveram que se preocupar com as novas exigências da concorrência internacional. Assim o foi no caso da indústria vitivinícola, que passou a concorrer de forma franca com produtos oriundos de diversas partes do globo, mas principalmente com aqueles provenientes do Chile e da Argentina.

Como forma de enfrentar melhor essa concorrência, os produtores do Vale dos Vinhedos tiveram que se organizar de maneira sinérgica e cooperativa. Assim, buscaram uma estratégia – conjunta - de competição que não necessariamente passava pela guerra de preços, em vez disso, apostaram na melhoria da qualidade de seus produtos como forma de enfrentar os novos ditames do capitalismo globalizado.

Dessa forma, constituíram, em meados da década de 1990, a Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE. Uma associação que se norteou pelo propósito de construir a primeira indicação geográfica para vinhos no Brasil.

O que acabou por acontecer em 2002, quando o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual reconheceu a Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos – I.P.V.V. E, desde então, os associados à APROVALE têm conseguido escapar à competição por preços no mercado

nacional, especialmente em relação aos vinhos oriundos do Chile e da Argentina, países onde a produção vitivinícola costuma acontecer com custos mais baixos se comparados aos que se verificam tradicionalmente no Rio Grande do Sul, e particularmente na Serra Gaúcha.

A I.P.V.V. agrega mais valor ao vinho do Vale dos Vinhedos. Trata-se de um projeto que visa aumentar a qualidade do produto e reduzir a incerteza para o consumidor. Mas, ao mesmo tempo, ela consiste em criar um vinho singular que carrega consigo as peculiaridades do território onde foi produzido.

Entretanto, a I.P.V.V. ultrapassa o âmbito restrito da vitivinicultura para ganhar importância em um projeto de desenvolvimento de base territorial. Mas isso só ocorre porque a ela se agrega uma outra atividade: o enoturismo. Este, embora surja como mais uma opção para as pessoas que gostam de apreciar novos lugares e novas culturas, torna-se um produto ainda mais desejável para os apreciadores de vinho, e ainda mais especial para aqueles que concebem o grande vinho como uma fração da arte do bem viver.

De qualquer forma, a estratégia da indicação geográfica funciona como um sinalizador da qualidade dos produtos, ao minimizar o grau de incerteza dos consumidores. Através desta estratégia, os produtores de vinhos finos do Vale dos Vinhedos, na região serrana do Rio Grande do Sul, têm conseguido escapar à competição por preços no mercado nacional, onde o câmbio atual, a ausência de barreiras à importação e a forte carga tributária fazem com que os vinhos estrangeiros cheguem às prateleiras com preços mais atraentes.

Em relação à metodologia, utilizou-se o aporte neo-corporativista para um levantamento de dados com base na aplicação de questionários semi-estruturados e de informações obtidas em entrevistas gravadas com lideranças locais. Além disso, buscaram-se informações em dados secundários e através da aplicação de questionários em uma amostra de atores locais selecionados aleatoriamente.

A coleta de dados para confecção deste trabalho foi dividida em três formas. Em uma delas, buscou-se obter informações por meio de dados secundários. Foram pesquisados trabalhos de graduação e pós-graduação, textos de revistas técnicas, documentos que apresentassem a história da região, informativos do setor vitivinícola e um romance que relata aspectos do cotidiano das famílias locais durante os primeiros anos de ocupação do território.

Em outra etapa foram realizadas entrevistas não estruturadas com representantes de diferentes órgãos públicos municipais, estaduais e federais, em busca de informações sobre a situação do território e sobre a participação do Estado na Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos. Foram entrevistados representantes das seguintes entidades: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS, Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves e prefeitura de Garibaldi.

Além daqueles, foram entrevistados representantes da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Garibaldi, do Instituto Brasileiro do Vinho e da União Brasileira da Vitivinicultura Além disso, foram realizadas entrevistas não-estruturadas com alguns atores locais (atores-chave) que nos passaram informações não apenas da atualidade do território, mas também de sua história.

Sendo assim, o trabalho de investigação contou com diversas saídas de campo para que se pudesse, num primeiro momento, conhecer um pouco mais da realidade e dos costumes do território. Entretanto, em um segundo momento, a saída para o campo procurou ser mais objetiva, e nesta etapa foram aplicados 30 questionários para agricultores familiares e 8 para vinicultores, pois infelizmente em duas cantinas não tivemos acesso a quem por elas pudesse responder.

Os questionários visaram, sobretudo, apreender aspectos que pudessem identificar a presença de dois elementos importantes para a pesquisa: o capital social e a pluriatividade. Entretanto, na medida em que o trabalho ganhou corpo, a discussão em torno do capital social acabou por preponderar. Não por entendermos que a pluriatividade devesse ganhar menor destaque, mas simplesmente por percebermos que ela é um fato trivial no território do Vale dos Vinhedos.

O referencial teórico adotado se fundamentou, principalmente, nos seguintes pilares: o aporte territorial do desenvolvimento, a noção de incrustação e não-atomização dos agentes oferecida pela Nova Sociologia Econômica (NSE), o aporte neocorporativista da representação de interesses, alguns pontos da teoria schumpeteriana, a noção de capital social, a teoria do desenvolvimento endógeno, a análise da diversificação de Penrose e os seus desdobramentos pela Visão Baseada em Recursos – VBR, as idéias e discussões de alguns autores que tratam das

transformações do espaço rural e também de alguns teóricos que falam sobre as particularidades da agricultura familiar.

O meio pelo qual se pretende realizar o elo entre as correntes teóricas supracitadas baseia-se no reconhecimento do papel central das instituições, no que tange, principalmente, ao crescimento e ao desenvolvimento econômico. Busca-se utilizar o território como o meio estruturante e, portanto, articulador entre as dimensões da tecnologia – geração e difusão – e institucional – estruturas de governança, guia para ação individual, modelos de racionalidade, concepções de controle, etc. Com isso se pretende compreender o processo de desenvolvimento do território do Vale dos Vinhedos, através de uma perspectiva histórica, centrada principalmente na formação das instituições locais.

O objetivo do trabalho é o de compreender o papel do território em uma estratégia de desenvolvimento local. Ou seja, o de averiguar qual a importância da variável espacial na determinação dos fenômenos econômicos e sociais relevantes para o desenvolvimento do sítio.

Como o trabalho teve esteio empírico no território do Vale dos Vinhedos e na estratégia de indicação geográfica, procurou-se também por uma resposta sobre qual teria sido o papel do Estado na organização desta via de enfrentamento capitalista por parte dos produtores locais. O Estado teria sido indutor, facilitador ou expectador? Tal curiosidade se deveu ao fato de que alguns autores têm afirmado a perda de protagonismo por parte dos Estados capitalistas, em face das mudanças que as sociedades experimentam, especialmente nos últimos trinta anos.

Assim, além desta introdução e de nossas conclusões o trabalho compreende quatro capítulos. No primeiro, será visto, principalmente, alguns traços do desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro. Buscar-se-á apresentar ao leitor pontos relevantes que distinguem diferentes etapas da vitivinicultura brasileira, da sua gênese à atual fase. Contudo, serão realizadas algumas discussões que extrapolam o âmbito da vitivinicultura, como em relação à globalização e à construção social dos mercados.

No segundo capítulo, procuraremos analisar algumas implicações das estratégias de diversificação da produção por parte das vinícolas, e vitivinícolas, ao desenvolvimento da indústria da vinha e do vinho no Brasil. Apresentamos uma seção que trata das capacidades organizacionais das firmas e das oportunidades que daí derivam para uma estratégia de diversificação. Na sequência, versamos sobre o conteúdo das indicações geográficas e qual sua

importância. Trazemos ainda uma discussão sobre a globalização e, com base no aporte teórico da Nova Sociologia Econômica, procuraremos demonstrar que mercados são, antes de tudo, construções sociais. Procuraremos então demonstrar o que são mercados singulares e de que forma se construiu o mercado dos grandes vinhos.

No terceiro capítulo a missão é a de construir nossa perspectiva de território, apontar alguns de seus principais elementos constitutivos e mostrar ao leitor o que enfim entendemos por um território. Não obstante, neste capítulo procuramos também pela averiguação de alguns elementos importantes para a eclosão de um processo de desenvolvimento de base endógena. E, com o Vale dos Vinhedos como substrato de nossas indagações, buscamos identificar qual o papel das instituições locais na determinação da trajetória de crescimento econômico local.

No quarto e último capítulo procuramos trazer à baila algumas evidências de que o espaço rural de hoje já não pode mais ser apreendido como exclusivamente agropecuário. Buscamos demonstrar que a dinâmica de um território rural pode ser influenciada por atividades não-agropecuárias. Ou seja, buscamos demonstrar que a velha dicotomia rural-urbano está a se enfraquecer, ao passo em que o rural está cada vez mais urbanizado.

Capítulo 1

O desenvolvimento da indústria vitivinícola no Brasil.

Este capítulo se divide em duas partes. Na primeira, iniciamos com uma breve descrição daquele que, enfim, será o nosso objeto de estudo, o território do Vale dos Vinhedos, na região serrana do Rio Grande do Sul. Tal iniciativa reflete nossa intenção de deixar o leitor ligeiramente mais localizado a respeito do território e também um pouco mais informado sobre a Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos e a Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. Em seguida, apresentamos um resgate histórico a respeito da vitivinicultura no Brasil, mas principalmente no Rio Grande do Sul, maior produtor e grande responsável, dentre os estados brasileiros, pelo desenvolvimento da indústria vitivinícola nacional.

A descrição histórica que apresentaremos permitirá a percepção de que o setor vitivinícola gaúcho, em geral, se institucionalizou através da ação de dois grandes grupos de interesses que, invariavelmente, disputaram o controle da gestão da indústria vitivinícola. Em outras palavras, as condições de setorialização da indústria vitivinícola no Rio Grande do Sul ocorreram, majoritariamente, pelos conflitos e acordos entre os dois grandes grupos que disputaram, e ainda disputam, o controle da indústria da uva e do vinho.

Embora este trabalho não tenha a intenção de se concretizar em uma análise setorial voltada à vitivinicultura, mas sim em uma discussão sobre a perspectiva territorial do desenvolvimento, apresentaremos alguns dados sobre o setor vitivinícola, na segunda parte, onde procurar-se-á dar uma idéia geral da magnitude da indústria vitivinícola no Brasil, mas especialmente no Rio Grande do Sul, que é onde se produz a grande maioria dos vinhos brasileiros, cerca de 90%, e onde residem 80% das famílias ligadas ao setor vitivinícola nacional.

1.1 O Vale dos Vinhedos

O Vale dos Vinhedos é um território localizado na Serra Gaúcha, mais precisamente na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, sua composição geográfica se dá pela intersecção dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Trata-se de uma área caracterizada por uma bacia hidrográfica com vários pequenos rios e riachos que banham uma área montanhosa de 81.123 km² com altitude de até 742 metros e temperaturas médias que oscilam entre 16 e 18º C. A gênese de sua humanização se deu basicamente através da colonização italiana por volta de 1875. Os imigrantes italianos eram, em sua maioria, oriundos das regiões do Vêneto e Trento.

Figura 1: Localização do Vale dos Vinhedos.

Atualmente, do total da área do Vale dos Vinhedos 26% encontra-se com vinhedos, 43% são de florestas e 31% está destinado para plantio de culturas que não a da uva. Em relação ao uso do solo, 10% podem ser caracterizados como de uso tipicamente urbano em área rural[1].

O Vale dos Vinhedos está localizado a pouco mais de 120 km da capital estadual, Porto Alegre. Por apresentar um clima temperado, possui as quatro estações bem definidas, sendo que

[1] Dados fornecidos pela Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos.

sua paisagem muda em conformidade com as quatro estações do ano. E, nesse sentido a presença de um inverno rigoroso - para os padrões brasileiros - costuma ser muito bem explorada pela indústria turística que se desenvolve no local. Além disso, como se pode observar a partir dos dados da tabela 1, o território se caracteriza como um espaço da agricultura familiar.

Tabela 1: Número de estabelecimentos e área da agricultura familiar e patronal, e seu percentual em relação ao total de estabelecimentos rurais, por município que compõe o Vale dos Vinhedos

Municípios	Estabelecimentos Patronais (nº - percentual)	Total da Área dos Estabelecimentos Patronais (ha – percentual)	Estabelecimentos Familiares (nº - percentual)	Total de área dos Estabelecimentos Familiares (ha – percentual)
Bento Gonçalves	135 - 8,4	2497 – 9,9	1465 – 91,4	21836 – 87,3
Garibaldi	57 – 4,5	1200 – 6,5	1209 – 94,4	17273 – 93,4
Monte Belo do Sul	6 – 1,1	116 – 1,8	508 – 98,8	6121 – 98,1

Fonte: Flores (2007).

Já os dados da tabela 2, abaixo, indicam que a maioria dos habitantes dos municípios que compõem o Vale dos Vinhedos encontra-se em uma situação de renda média para alta, sendo que, com exceção de Monte Belo do Sul, quase a metade situa-se no patamar de renda alta. Cabe ressaltar que essa classificação quanto à renda corresponde a um critério estabelecido pela FAO[2]. Entretanto, pode-se observar algumas famílias com renda baixa ou mesmo quase nenhuma renda.

Tabela 2: Percentual dos estabelecimentos de agricultores familiares, segundo sua condição de renda, por município que compõe o Vale dos Vinhedos.

Municípios	Renda Alta	Renda Média	Renda Baixa	Quase sem

[2] A classificação quanto à renda corresponde ao seguinte critério: renda alta, quando a RT (renda total do estabelecimento) é maior que três vezes a VCO (valor do custo de oportunidade – valor da diária média estadual do trabalhador rural, acrescido de 20% e multiplicado pelo número de dias úteis do ano); renda média, quando a RT situa-se entre a VCO e três vezes a VCO; renda baixa, quando a RT situa-se entre a VCO e metade da VCO; e quase sem renda, quando a RT é menor que metade da VCO. Por RT, ou renda total, entende-se toda a renda das diferentes atividades do estabelecimento. O VCO, ou valor do custo de oportunidade, é dado pelo valor da diária média estadual, acrescida de 20%, e multiplicado pelo número de dias úteis do ano, calculado em 260 (FAO/INCRA, 2000).

				Renda
Bento Gonçalves	49,0	35,5	8,5	7,0
Garibaldi	45,6	39,2	9,2	6,0
Monte Belo do Sul	35,4	48,4	8,9	7,3

Fonte: Flores (2007).

Atualmente existem em torno de 375 viticultores cadastrados no Vale dos Vinhedos, os quais costumam se organizar em forma de núcleos, ou seja, cada produtor se alia a uma vinícola, geralmente aquela que se encontra mais próxima a sua propriedade.

Após um processo que perdurou por cerca de 12 anos, em 22 de novembro de 2002, o Vale dos Vinhedos tornou-se a primeira região do Brasil a obter uma Indicação de Procedência (IP)[3] reconhecida pela União Européia.

O primeiro passo para se atingir a IP foi a caracterização do território e a consequente delimitação de sua área geográfica. Sendo assim, após minuciosos estudos que contaram com esforços conjuntos entre os profissionais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a da Universidade de Caxias do Sul, ficou geograficamente caracterizado o território do Vale dos Vinhedos.

O titular da IP é a APROVALE – **Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos**[4] – uma instituição que conta atualmente com 31 vinícolas associadas e 39 associados não produtores de vinho (queijarias, hotéis, restaurantes, entre outros). Segundo a APROVALE, as vinícolas do Vale dos Vinhedos produzem, atualmente, 10,10 milhões de garrafas ao ano de vinhos finos, o que representa 20% da produção gaúcha. Sendo que os espumantes equivalem a 35% da produção do Rio Grande do Sul. Cerca de 35% dos vinhos certificados em 2007, foram destinados à exportação.

A Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos (I.P.V.V.) contou com 12 inovações que não estavam presentes na lei de produção de vinhos no Brasil, entre elas destacamos:

- Área geográfica de produção delimitada;

[3] Tal reconhecimento se deu com base na Lei n° 9.279 e na Resolução n° 075/2000 do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
[4] A APROVALE possui 10 conselheiros e 6 conselheiros fiscais além do presidente e do vice-presidente.

- Conjunto de cultivares autorizadas, todas da espécie *Vitis vinifera* L;
- Conjunto restritivo de produtos vinícolas autorizados;
- Limite de produtividade máxima por hectare;
- Padrões de identidade e qualidade química e sensorial mais restritivos, com aprovação obrigatória dos vinhos por um grupo de expertos em degustação;
- Elaboração, envelhecimento e engarrafamento na área delimitada;
- Sinal distintivo para o consumidor, através de normas específicas de rotulagem
- Conselho Regulador de autocontrole.

A Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (I.P.V.V.) repercute de diversas formas sobre a vida dos produtores da região, dando suporte para o desenvolvimento regional orientado pela cultura da uva e do vinho. Esse suporte pode se realizar em, basicamente, três campos de atuação: Na esfera mercadológica, na esfera territorial e na esfera da proteção legal.

Na esfera mercadológica, a I.P.V.V. melhora e torna mais estável a demanda pelo produto, além de aumentar o seu valor agregado e diminuir a ação da concorrência, especialmente, aquela de produtos menos qualificados e de preços mais baixos. Evita-se, assim, a competição por preços e mantém-se uma relativa estabilidade no mercado.

Com relação aos efeitos sobre o território, a I.P.V.V. estimula a inovação tecnológica, os investimentos na região e a valorização do principal ativo rural dos agentes, a terra. Ademais, a I.P.V.V. ainda incentiva os produtores locais a preservar as peculiaridades ambientais da região, o que, de certa forma, acaba se tornando um atrativo a mais no desenvolvimento do enoturismo[5].

Entretanto, a busca por selos de indicações geográficas por parte dos produtores de vinhos, é mais uma etapa no desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro. Não obstante, tentamos trazer um pouco desta história nas seções subseqüentes, com o intuito de tentarmos entender um pouco mais sobre a forma pela qual o setor vitivinícola se institucionalizou no Brasil, mas principalmente no Rio Grande do Sul.

[5] Enoturismo é o turismo voltado para as regiões vitivinícolas, onde se busca apreciar o vinho dentro do ambiente onde ele é concebido.

1.2 A vitivinicultura no Brasil

A esquadra portuguesa que partiu de Lisboa, liderada por Pedro Álvares Cabral, em 9 de março de 1500, levava consigo um estoque de mantimentos que iam da pólvora a alimentos, e incluíam o vinho. A presença a bordo desta bebida se fazia necessária por distintos aspectos: o vinho era utilizado nas refeições, mas também surgia em função de sua importância cultural, pois era essencial para que os frades realizassem os ritos religiosos e, ou até mesmo, por sua utilidade como remédio, em virtude de suas possíveis qualidades anti-sépticas. (CABRAL, 2007).

Portanto, o primeiro contato do vinho tradicional[6] com o povo brasileiro – neste caso indígena – se deu pelo mal conservado vinho alentejano, que sacudiu por 42 dias dentro de pipas de castanho português de, aproximadamente, 500 litros. Como se sabe, em 26 de abril de 1500, frei Henrique rezou a primeira missa em solo brasileiro, com a presença do vinho português.

Em 1530 se iniciou, por parte da Coroa Portuguesa, uma política de ocupação territorial para o Brasil. Foi então que Martim Afonso de Souza chefiou uma expedição de 400 pessoas com vistas a colonizar as terras brasileiras. Dentre aqueles que o acompanhavam estava Brás Cubas que, em 10 de outubro de 1532, recebeu da Coroa uma sesmaria. O colonizador, então com 25 anos de idade, já era vitivinicultor experiente, tendo cultivado vinhas em sua cidade natal, o Porto (CABRAL, 2007).

Responsável, entre outras coisas, pela fundação da atual cidade de Santos e pelo primeiro hospital brasileiro, a Santa Casa de Misericórdia, Brás Cubas foi também o pioneiro no cultivo de videiras no Brasil, mais precisamente na capitania de São Vicente. Infelizmente, o clima litorâneo paulista não favoreceu a viticultura. Contudo, esse insucesso não impediu o vinhateiro português de estabelecer, no Planalto de Piratininga, com mudas trazidas da região do Douro, o primeiro vinhedo produtivo do Brasil.

Embora ainda muito rudimentar, o vinhedo de São Paulo de Piratininga – próximo da atual rua do Tuiuti, no bairro do Tatuapé – foi capaz de atender, mesmo que parcialmente, as necessidades dos ritos religiosos praticados pelos jesuítas, no século XVI. Em 1549, Manuel da

[6] Os índios costumavam beber o cauim, um vinho feito a partir da mandioca.

Nóbrega (1517-1570), pertencente da ordem de Santo Inácio de Loyola, escreve a seus irmãos em Coimbra, contando sobre a tentativa de se cultivar uvas no nordeste brasileiro.(CABRAL, 2007).

Com os bandeirantes inicia-se a desbravação das terras do interior do território brasileiro e, com isso, surgem as primeiras rotas de comércio doméstico do Brasil. No âmbito desses comércios, o primeiro produto em importância era o trigo, seguido do vinho, tanto aquele que chegava pelo porto de Santos quanto o que provinha dos vinhedos de Piratininga. A rentabilidade do negócio vinícola, iniciado por Brás Cubas na fazenda do Piqueri, atraiu esforços de outros produtores, o que acabou por chamar a atenção das autoridades locais que, na qualidade de representantes legais da Coroa Portuguesa, implementaram preços mínimos e máximos dos vinhos em circulação. (CABRAL, 2007).

De acordo com Cabral (2007, p. 35), leis sobre o vinho já existiam no Brasil colonial e se tornaram mais rígidas durante o período da *Unificação das Duas Coroas,* fase em que este virou território espanhol, entre 1580 e 1640. Nessa época, a taxação sobre o vinho era feita mediante forte vigilância, o que estimulou os comerciantes a praticarem os primeiros atos para burlar a atividade fiscal que incidia sobre o vinho. Dessa forma, após subir a Serra do Mar, o vinho chegava à região de São Bernardo do Campo, de onde tomava rotas alternativas até chegar à vila de Piratininga. Como não havia controle sobre a produção ou importação, a taxação se dava exclusivamente no âmbito da circulação. Sendo feita com bastante rigor.

Segundo Cabral (ibid.), foi no ano de 1640 que apareceu o primeiro registro a falar sobre o vinho, em ata da Câmara de São Paulo. Nesta, registrou-se a forma pela qual foi tratada uma demanda feita pelos portugueses residentes na vila, que exigiam a padronização da qualidade dos vinhos servidos nas estalagens. A atividade vitivinícola já era consideravelmente rentável naquela altura, sendo que, entre 1710 e 1713 um barrilote da bebida – aproximadamente 5 litros – custava cerca de 200 oitavas de ouro[7].(CABRAL, 2007).

Portanto, a questão da padronização e qualificação com respeito ao vinho, não é uma característica exclusiva dos tempos modernos.

De acordo com Souza (2005), em 1785, um decreto protecionista, promulgado por Dona Maria I, proibiu o plantio de videiras e a elaboração de vinhos no Brasil, o que veio a inibir a produção brasileira da bebida. Todavia, a videira permaneceu como cultura doméstica até o final

[7] Cada oitava equivale a mais ou menos 30 gramas de hoje. Vale lembrar que a corrida do ouro provocou um forte aumento generalizado dos preços naquela época.

do século XIX. Somente a partir de 1875, por iniciativa dos migrantes italianos que chegavam para colonizar áreas até então despovoadas do sul brasileiro, foi que a viticultura tornou-se, não apenas uma atividade comercial expressiva, mas também uma pilastra de sustentação social e cultural, em torno da qual se organizou a colônia italiana no Rio Grande do Sul.

O fato é que se revogou o decreto de Dona Maria I em 1808. Além disso, naquele momento, a demanda por vinho no mercado brasileiro havia ganhado força, principalmente com a instalação da Coroa Portuguesa no Brasil. Por tratar-se de um produto de larga importância na economia portuguesa, entende-se a proibição por parte da Coroa de se produzir vinho no Brasil. A partir de então, cresce o montante de vinhos portugueses importados para o território brasileiro, de forma que, em finais de 1800 e início de 1900, a colônia portuguesa na América já representava o segundo maior mercado externo dos vinhos oriundos da região do Douro (produtora dos vinhos do Porto), atrás apenas da Inglaterra. (SIMÕES, 2006).

Em 1900, o setor vitivinícola português atravessava um período de crise, e o mercado colonial do Brasil era um dos pontos de escape a agudização dos desequilíbrios que se instalavam naquele setor. (ibid.).

De acordo com Simões (ibid.), o Brasil também importava uma quantidade bastante significativa de vinhos comuns portugueses (ou vinhos de pasto), sendo que esta chegou, inclusive, a superar a quantidade importada de vinho do Porto. Entretanto, conforme afirma Cabral (2007: p. 120), desde as últimas décadas do Império, o vinho importado em geral, e o português, em especial, eram vítimas constantes de falsificações. Para aquele autor, o fato de *"não consumirmos apenas o produto, mas também (ou sobretudo) a marca, a procedência ou a tradição, ou seja, tudo aquilo que o individualiza e diferencia perante seus similares"* é justamente o que estimula a falsificação. E o que nos inclina a fazer este trabalho, uma vez que nosso objeto de estudo repousa sobre a estratégia de indicação geográfica, especialmente para os vinhos finos que são produzidos e uma região da serra gaúcha que foi delimitada especialmente com relação ao seu potencial vitivinícola, o Vale dos Vinhedos.

De acordo com Cabral (2007, p. 121):

> A diferenciação dos vinhos por tipo de uva e local de produção só passou a existir após a criação de regiões específicas de cultivo e análise da qualidade dos vinhos resultantes. O início dessa classificação de produto data do século XVIII, tempo em que Portugal, sentindo que a qualidade de seu vinho do Porto estava

> ameaçada, criou a Companhia das Vinhas do Alto do Douro, que monopolizou a produção e o comércio dos produtos originários do Porto.

Segundo Simões (2006), existiam em finais do século XIX dois subsetores distintos no contexto vinícola português: o dos vinhos de qualidade, representado, principalmente, pelos vinhos do Porto e, secundariamente, pelo vinho da Madeira; e o dos vinhos comuns, ou de pasto. O Brasil era grande importador de ambos os tipos, mas também um local onde ocorriam grandes adulterações dessas bebidas. Assim, devido a forte ação dos falsificadores, especialmente em São Paulo, em 25 de dezembro de 1900 expede-se um mandado de busca e apreensão de produtos falsificados contra um estabelecimento localizado em Sorocaba, num processo movido por Jules Rubin & Cia. (CABRAL, 2007).

Apesar de ter iniciado em São Paulo, com Brás Cubas, a indústria vitivinícola brasileira só veio a ganhar força com a chegada dos imigrantes italianos, que vieram para colonizar as terras devolutas do Rio Grande do Sul. Dessa forma, quando se fala no desenvolvimento da indústria vitivinícola brasileira, se está a fazer referências, em última instância, ao desenvolvimento do setor vitivinícola gaúcho, que é onde se produz 90% do vinho brasileiro e onde residem 80% das vinte mil famílias ligadas à vitivinicultura no Brasil.

1.3 A estruturação do setor vitivinícola no Rio Grande do Sul

De acordo com Tonietto (2001), a indústria vitivinícola brasileira pode ser analisada a partir da existência de quatro períodos evolutivos, que se caracterizaram, cada qual, por ter oferecido uma geração específica de vinhos:

- Período de 1870 a 1920, implantação da vitivinicultura e elaboração de vinhos com base nas uvas americanas (comuns);
- Período de 1930 a 1960, diversificação dos produtos, pela produção de vinhos de híbridas e de uvas européias (viníferas);

- Período de 1970 a 1990, busca da melhoria na qualidade, com base nos vinhos finos, sobretudo vinhos varietais[8] de variedades viníferas;
- Período dos anos 2000, vinhos de qualidade, com a afirmação da identidade regional dos produtos e com a implementação das indicações geográficas.

O padre jesuíta Roque Gonzáles de Santa Cruz foi o pioneiro da viticultura no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Por volta de 1650, quando fundou a Redução Cristã de San Nicolao, a margem esquerda do rio Uruguai, o clérigo plantou as primeiras cepas, todas de origem espanhola. Infelizmente, as primeiras videiras gaúchas foram destruídas pelos bandeirantes paulistas, quando estes atacaram as missões jesuítas (APROVALE).

A segunda tentativa de viticultura no estado foi feita por imigrantes açorianos, em meados do século XVIII. Entretanto, assim como Brás Cubas em São Paulo, não obtiveram sucesso, ao tentarem cultivar uvas de origem portuguesa em solos litorâneos do Rio Grande do Sul.

Portanto, a primeira experiência bem sucedida de cultivo da uva, no Rio Grande do Sul, se deu através de imigrantes de origem alemã, que, por volta de 1824, cultivaram vinhas de origem americana - principalmente a uva do tipo Isabel. Foram os alemães quem forneceram as primeiras mudas para os imigrantes italianos, que começavam a chegar por volta de 1875.

O desenvolvimento da videira fez com que os imigrantes italianos, majoritariamente das regiões do Vêneto e Trento, mantivessem fortalecidos os laços que os uniam à cultura de sua terra natal. O que fez com que a viticultura se tornasse a pilastra em torno da qual se organizaram as comunidades de colonos italianos no Rio Grande do Sul.

Contudo, as uvas do tipo Isabel são consideradas uvas comuns, ou seja, não são do tipo viníferas[9]. As primeiras mudas de uvas viníferas foram trazidas por volta de 1886, por produtores localizados na cidade de Caxias do Sul. Dessa forma, inicia-se o movimento de dotar a vitivinicultura gaúcha de melhores castas e, portanto, proporcionar um produto de melhor qualidade.

Foi no início do século XX que a produção de vinho gaúcho começou a se tornar demasiadamente grande para o mercado regional. Nesse momento, quando a oferta de vinho se tornou excedente para o mercado local, organizou-se a primeira investida em outros mercados, e

[8] Varietais utilizam pelo menos 85% de uma mesma variedade de uva vinífera.
[9] As uvas viníferas são de origem européia e produzem os vinhos finos, ao contrário das uvas do tipo Isabel que produzem os vinhos de mesa.

a partir daí, o vinho gaúcho começou a desembarcar na praça de São Paulo, mas também em outros estados.

Entretanto, para que o vinho produzido no Rio grande do Sul pudesse ser mais facilmente comercializado, era preciso que fossem realizados esforços para dotar este produto de um padrão mínimo de qualidade. Dessa forma, ou seja, através da necessidade de padronizar a produção é que foram criados os primeiros mecanismos que serviram para codificar o vinho.

De acordo com Simões (2006 p. 6), "a codificação de um produto passa pela definição das normas fundamentais de sua produção, pelas condições gerais de circulação e pelas funções desempenhadas ao nível do consumo". A codificação de um produto reúne, portanto, um conjunto de atividades interligadas entre si, e que remontam ao conjunto de acontecimentos que deram origem às estruturas do setor, portanto, suas "condições de setorialização".

As normas que definem a codificação de um produto podem advir tanto da intervenção direta do Estado (por exemplo, a Lei 7.678 de 08/11/88 que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização de vinho e seus derivados no Brasil), quanto pela criação de organismos especializados e devidamente legitimados para exercerem tal tarefa, sejam eles de direito público ou privado. (ibid.).

Neste sentido, as condições de setorialização definem o processo histórico que determinou a configuração atual do setor vitivinícola (incluídas aí suas instituições), ou seja, são os reflexos de cada contexto em que as iniciativas que regulamentam o setor aconteceram.

Por exemplo, em 1929, é aprovado Regulamento do Vinho, que, conforme veremos mais adiante, tinha por finalidade principal efetuar a fiscalização sobre a produção vinícola. Através dessa regulamentação, qualquer um que se dispusesse a fabricar e comercializar vinho estaria sujeito à fiscalização por parte do Estado, e não deveria efetuar o registro de sua cantina sem antes adotar uma série de normas, que foram impostas de maneira a criar um padrão para o vinho que era produzido no Rio Grande do Sul.

As necessidades de se criar uma codificação para um produto genérico, nascem das constantes fraudes que se verificam ao longo da história dessa bebida. Como adiantamos em seção anterior, as fraudes são, para Simões (2006 p. 29): "toda operação ligada ao vinho, não conforme com o conjunto de práticas socialmente aceites num determinado tempo e espaço".

Com relação às falsificações, Simões (2006) explica que são, antes de tudo, construções sociais e, como tais, sujeitam-se aos jogos de interesses dos grupos em disputa pelo controle da gestão vinícola, ou vitivinícola. Assim, uma prática fraudulenta na produção de vinho está indissociavelmente ligada à codificação deste produto, ou seja, a sua definição legal. Contudo, essa definição reflete o interesse do grupo que está a dominar a indústria vinícola. Logo, uma prática passa a ser fraudulenta quando se torna uma ameaça aos interesses deste grupo. E dessa forma, a fraude é localizada tanto no tempo quanto no espaço.

Por exemplo:

> [...] a adição de açúcar na fermentação é uma fraude nos paises mediterrâneos, mas é permitida em muitas regiões do norte da Europa; a adição de água ao vinho é hoje proibida por lei, mas era prática corrente na Idade Média. (SIMÕES, 2006, p. 29).

Cabe ressaltar que o Regulamento Vitivinícola do Mercosul, assinado em 1996, permite a adição de açúcar ao mosto de uva, quando as condições climáticas não foram capazes de fornecer uma matéria-prima com quantidade suficiente de açúcar. Entretanto, essa prática, conhecida como “chaptalização”, não é permitida na Argentina, maior exportador de vinhos do continente sul-americano.

Na análise de Simões (2006), as condições gerais de setorialização do setor vitivinícola português aconteceram, em primeiro lugar pelos desequilíbrios econômicos no setor, que geraram a necessidade de se criarem mecanismos de controle da atividade. E em segundo lugar, pelas expressões sociais desses desequilíbrios, que justificaram a intervenção do poder público. E, por fim, pela criação das formas de representatividade dos diversos interesses vinculados ao setor.

Procuraremos mostrar como isso ocorreu no Brasil, a partir da metodologia proposta por Simões (2006). Para tal, nos faremos valer de fatos históricos referentes à indústria vitivinícola do Rio Grande do Sul, dado que neste estado se concentra 90% da produção vinícola nacional.

Tão logo ocuparam os lotes que lhes foram entregues, os colonos iniciaram o trabalho na terra. A primeira tarefa foi a de limpar o terreno para a agricultura. De início, a atividade agrícola do imigrante italiano, na serra gaúcha, era bastante diversificada. Eram produzidos o milho, o trigo (e a farinha), a cevada, o feijão, e tantos outros produtos agrícolas, mas também era desenvolvido o artesanato e a construção de moradias. (SANTOS, 1978).

Segundo Santos (ibid.), até o final do século XIX, o colono comercializava seu produto pelo escambo, principalmente com o “vendista”. Este, não era um comerciante profissional, mas um agricultor que ocupava seu tempo livre com as atividades do comércio. Isso acontecia, em geral, pela sua localização junto às vias de acesso a comunidade rural.

Contudo, na última década do século, ocorre a especialização do comércio em um único produto, o vinho. Pois, a região de colonização italiana produzia os mesmos produtos da região de colonização alemã, porém esta apresentava vantagens em relação a sua proximidade a Porto Alegre e ao acesso a rios francamente navegáveis, o que lhe proporcionava o escoamento da produção com custos menores, se comparados aos dos imigrantes italianos. (SANTOS, 1978).

Dessa forma, a solução encontrada pelos colonos italianos foi a especialização na produção vinícola. Naquela época, o vinho era produzido de maneira artesanal em um compartimento de pedra (cantina) localizada abaixo da moradia. Além disso, a topografia da região da serra gaúcha não abria um leque muito grande de opções aos colonos, e a parreira era uma das poucas culturas que se adaptava ao terreno montanhoso e cheio de pedras. Sem contar que, a uva não necessita de vastas extensões de terra para gerar uma boa rentabilidade ao produtor que, por se tratarem de agricultores familiares, de fato não dispunham de terra em abundância.

Nesse contexto, mais especificamente no ano de 1900, diante da constatação de que a uva do tipo Isabel não reunia as melhores condições para a elaboração de um vinho de qualidade, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul cria a Estação Agronômica e passa a importar mudas de variedades viníferas que são repassadas aos colonos da região de imigração italiana. Em 1907, o Governo trouxe dois enólogos italianos para difusão de técnicas de vinificação e cultivo da uva.

Naquela época os vinhos artesanais, produzidos pelos colonos, eram então vendidos pelos comerciantes, que se tornaram os árbitros do comércio vinícola. Estes adquiriam o vinho dos produtores e efetuavam as correções antes de expedi-los em barris para a clientela. (SANTOS, 1978).

Este processo permitiu ao comerciante o acúmulo de um capital comercial que, um pouco mais tarde, financiou a montagem de estabelecimentos de fabricação do vinho junto às casas de comércio. Com isso, ampliaram-se as oportunidades de acumulação do capital por parte dos

comerciantes, que imprimiram mais velocidade e maior volume às suas transações. Neste período cresceu o comércio com São Paulo e Rio de Janeiro. (SANTOS, 1978).

Em 1927, é organizado o **Sindicato Vitivinícola Rio-Grandense**, com vistas a controlar o acirramento da concorrência entre os comerciantes de vinho, uma vez que aumentava bastante o número de casas de comércio. Tal órgão deu origem, pouco tempo depois, a **Sociedade Vinícola Riograndense Ltda**, fundada pelos "cantineiros" que comercializavam vinho na região serrana do Rio Grande do Sul.

De acordo com Santos (1978), o que ocorreu, nesse momento, foi a centralização dos capitais comerciais vinculados a atividade vinícola em uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Este órgão que ficou conhecido, pelos colonos, como o **"Sindicato do Vinho"**, foi fundado em 5 de junho de 1929, e registrava em seus estatutos (apud SANTOS, 1978, p. 78):

> Art 1º – A Sociedade Vinícola Rio-Grandense é creada para defender os interesses dos vinicultores, usando, para isso, de todos os recursos legaes. A sua ação visa especialmente: 1º) fabricar, comprar e vender vinho; 2º) standardizar a produção dos vinhos Rio-Grandenses, promovendo uma industrialização racional, com a reforma das instalações existentes e a realização de novas e modernas, e instalando um laboratório de analyses".
>
> Art 9º) – O associado se obriga a entregar à "Sociedade" as cantinas pertencentes, a qual fará funcionar as que entender conveniente".

Para Santos (1978, p. 78):

> [...] o objetivo imediato do Sindicato do Vinho era constituir a indústria capitalista na vinicultura, até então dominada pelo artesanato doméstico ou pelas manufaturas dos comerciantes. Daí que se propusesse a "standardizar a produção", promovendo uma "industrialização racional".

O que, com a ajuda do Estado, de fato ocorreu. E dessa forma, ou seja, através da consubstanciação dos interesses dos maiores comerciantes de vinho no âmbito estatal, a produção artesanal de vinho doméstico com vistas ao comércio foi praticamente destruída. E o "Sindicato do Vinho" tornava-se assim um monopsônio frente aos pequenos produtores de uva e um monopolista frente aos consumidores de vinho.

Não obstante, a ação do grupo do “Sindicato” junto aos aparelhos estatais começava a se tornar cada vez mais forte. Sendo que, de um acordo que o Sindicato do Vinho propôs ao Estado podemos ler (SANTOS, 1978):

Art 2º, § 8º § único – Em retribuição ao apoio que for dispensado ou às medidas que forem adoptadas, em favor da “Sociedade”, pelo Governo do Estado, será assegurada a este a mais ampla fiscalização de todos os actos sociaes, principalmente, no que diz respeito à fixação de preços de compra da matéria prima e de venda aos consumidores.

O fato é que tal associação de interesses, entre o Estado e o grupo representado pela Sociedade Vinícola Rio-Grandense, foi fundamental na subjugação da produção artesanal de vinho. Em 1929, o “Sindicato do Vinho” (ou Sociedade Vinícola Rio-Grandense) aprovou junto ao Estado o Regulamento do Vinho, que tinha por finalidade principal efetuar a fiscalização sobre a produção vinícola. Através desse regulamento (ou o que poderia ser chamado de acordo) qualquer um que se dispusesse a fabricar e comercializar vinho estaria sujeito à fiscalização por parte da Fiscalização Sanitária do Estado, e deveria efetuar o registro de sua cantina.

Tal registro implicava a adoção de uma normativa técnica de produção e de estruturação das construções, como altura mínima, caiação, prédio próprio, etc. O que tornava bastante onerosa a produção de vinho e praticamente excluía os pequenos produtores dessa atividade. Desta forma, muitos destes acabaram por abandonar a produção vinícola para se tornarem fornecedores da matéria-prima, ou seja, produtores de uva.

Apesar de ter gerado enormes divergências, principalmente entre os pequenos produtores, a criação do “Sindicato do Vinho” foi de fundamental importância na constituição de um processo de padronização da produção de vinho.

Para Flores (2007, p. 103):

> Mais que uma entidade de defesa dos interesses do setor, o Sindicato transformou-se num instrumento de intervenção direta, como órgão regulador da oferta e da procura, de forma a manter preços e qualidade. A utilização da cobrança da “taxa bromatológica” foi um mecanismo de pressão sobre todos os negociantes, e mesmo sobre os colonos. Essa taxa só era cobrada dos produtores de vinho que não faziam parte do Sindicato, tornando menos competitivos os produtores que não se associavam.

De acordo com Santos (1978), a reação dos colonos à Sociedade Vinícola Riograndense levou ao surgimento de cooperativas vitivinícolas em toda a região. O que conduziu à expansão e

ao desenvolvimento da vitivinicultura, ao criar uma competição salutar e estimular o crescimento e o aperfeiçoamento do setor.

Entretanto, existiram dois momentos distintos na história do cooperativismo da indústria vinícola gaúcha e, conseqüentemente, brasileira. O primeiro, entre 1911 e 1913, se deu por incentivo do Governo Estadual que, para tal, contratou um técnico italiano, Dr. Stefano Paternó, para organizar cooperativas no Rio Grande do Sul. O contexto da época era de crise no setor vitivinícola, em virtude da super safra de 1911, da falta de mercado, da baixa qualidade dos vinhos e da concorrência dos vinhos estrangeiros, importados em larga escala. (SANTOS, 1978).

Nesse período, formaram-se, ao todo, 16 cooperativas, oriundas da poupança dos produtores rurais. A idéia do cooperativismo era vista com bons olhos pelos agricultores, pois representava uma via de escape à fixação dos preços dos vinhos – de fabricação doméstica – por parte do oligopólio formado pelos comerciantes. (ibid.).

Naquela época, as cooperativas acabaram por absorver a maioria da produção de vinho, e, praticamente, suprimiram a indústria doméstica. Esse movimento resultou no aumento da quantidade produzida de vinho e, consequente, na queda dos preços da bebida. Os comerciantes, diante da queda no preço do principal produto que vendiam, reagiram contrariamente às cooperativas, e passaram a acusá-las de prejudicar o mercado do vinho, por produzirem um produto de má qualidade. (ibid.).

De acordo com Santos (1978, p. 115):

> [...] a finalidade última dessa reação dos comerciantes era destruir as cooperativas para manterem o controle da compra do vinho dos camponeses, fixando os preços pagos a estes, e, simultaneamente, para conservarem o oligopólio do comercio de vinhos. Desta maneira, as cooperativas param de funcionar e encerra-se em 1913, essa primeira fase do movimento vinícola.

A segunda fase do cooperativismo na indústria vitivinícola acontece entre 1929 e 1930. Com a diferença de ter-se caracterizado como um movimento em escala nacional. Naquela época, o incentivo ao cooperativismo passa a ser uma das formas de intervenção estatal na economia. O cooperativismo possibilitava, em certo grau, a orientação econômica sem que houvesse um comprometimento com a direita totalitária ou com a esquerda socializante, duas correntes em disputa na época do Estado Novo. (CABRAL, 2007).

Por exemplo, em 11 de maio de 1932, Getúlio Vargas, então chefe do governo provisório, baixa um decreto com vistas a fomentar a indústria vitivinícola nacional, obrigando que só se utilizassem insumos nacionais (caixas, rolhas, garrafas, etc.) para produção de vinhos no Brasil. Em 1933, o governo Vargas legisla sobre as informações obrigatórias que deveriam constar nos rótulos; em 1937, agora como presidente do governo constitucional, sobre o controle sanitário, e em 1938, institui pelo Decreto nº 2.499 o regulamento sobre a fiscalização, a produção, a circulação e a comercialização do vinho no Brasil. (CABRAL, 2007).

De acordo com Flores (2007), o excesso de produção, no final da década de 1920, foi a principal razão da *"primeira grande crise"* enfrentada pela vitivinicultura nacional. Naquele momento, os negociantes estavam, em sua maioria, pressionados pelo crescimento da concorrência, ou seja, pelo aumento do número de casas de comércio que negociavam o vinho.

De acordo com o referido autor, face ao agravamento da situação, a maioria dos negociantes veio a se filiar ao "Sindicato do Vinho" (fundado em 1929). Com isso, um novo ambiente institucional começava a se formar. Tal ambiente resumia-se ao fortalecimento do poder dos negociantes filiados ao "Sindicato", que contava com o apoio aberto do Estado. Não obstante, a estratégia desses negociantes também pode ser lida como uma tentativa de proteger, ou de erguer barreiras à entrada no mercado em que atuavam.

Contudo, à margem da estrutura criada pelo "Sindicato", encontravam-se alguns agricultores produtores de vinho e, certos negociantes, como Dreher, Peterlongo e Salton. Estes, descontentes com a necessidade de pagar a taxa bromatológica, seguiram com seus negócios de forma independente. Posteriormente, associaram-se aos agricultores, que se organizavam em cooperativas para melhor defenderem seus interesses, diante do poder do "Sindicato do Vinho". (FLORES, 2007).

Em suma, foram diversos os fatores que contribuíram com o movimento cooperativista, sobretudo a falta de perspectivas comerciais para a superprodução da época, bem como a tentativa de escapar do controle da gestão vinícola que era exercido pelo grupo do "Sindicato". Neste contexto, surgiu, em 1931, no município de Bento Gonçalves, a Cooperativa Vitivinícola Aurora Limitada, que envolvia tanto produtores de uva quanto comerciantes de vinho. Paralelamente, no município vizinho (Garibaldi)[10], constituiu-se a Cooperativa Vinícola

[10] Bento Gonçalves e Garibaldi são dois, dos três municípios, que fazem parte do Vale dos Vinhedos.

Garibaldi Limitada. A tendência de surgimento de novas cooperativas manteve-se até o ano de 1936. (FLORES, 2007).

Para Dal Pizol (1990, apud FLORES, 2007, p. 105):

> Esse esforço inusitado de criação de um sistema cooperativista acabou gerando uma situação de equilíbrio entre os grupos, em meados dos anos 1930. Apesar do processo não estar baseado na formação de uma consciência cooperativista, a necessidade diante das limitações impostas pelo mercado e por regras estabelecidas para forçar o aumento da qualidade e concentrar a produção do vinho em torno do Sindicato acabaram por dinamizar o sistema. Além disso, pelo fato da maioria dos colonos não dispor de recursos para abrir novos nichos de mercado, o ingresso a essas cooperativas parecia uma evolução necessária.

Dessa forma, a indústria vitivinícola institucionalizou-se de uma maneira geral dividida em dois grandes grupos: o dos negociantes associados ao "Sindicato do Vinho" e o dos agricultores e vinicultores organizados em torno das cooperativas. Contudo, o poder exercido pelo "Sindicato" junto ao Estado, refletia a predominância dos interesses desse grupo na gestão da indústria vitivinícola, no final da década de 1920 e inicio de 1930. E nesse sentido:

> [...] os conflitos envolvendo a Sociedade Vinícola ("Sindicato do Vinho") e o movimento cooperativista envolviam desde rancores pessoais até a disputa por espaços de mercado. O ambiente existente era de uma coexistência repleta de conflitos de interesses, e mesmo a Viação Férrea (por onde se transportava o vinho para os grandes mercados consumidores) dificultava o escoamento da produção das cooperativas. Os próprios laboratórios de análise do vinho desaconselhavam o uso dos produtos oriundos das cooperativas. Isso significa dizer que estavam construídas alianças que intervinham de diferentes formas nas possibilidades de acesso ao mercado por cada grupo.(FLORES, 2007, p. 106).

Contudo, o balanço de poder do setor vitivinícola não estava definitivamente determinado e, com o passar do tempo, o movimento cooperativista se fortaleceu. Tal fortalecimento, fruto das estratégias de mobilização dos associados, resultou no reconhecimento pelo Estado das cooperativas, o que ainda não havia ocorrido. A partir daí, extingue-se a cobrança da taxa cobrada pelo "Sindicato", e equilibra-se a disputa entre os dois grupos. (ibid.).

Dessa forma, em meados da década de 1930, o "Sindicato" encerra suas atividades, pressionado pelo aumento das reações contrárias a sua ação centralizadora. Não obstante, tais pressões nasceram de dentro da própria instituição, como fruto do descontentamento de alguns de seus integrantes. Com isso, inicia-se a fase de fortalecimento das iniciativas empresariais

individuais, por membros do “Sindicato do Vinho”, que priorizam o desenvolvimento de suas unidades produtivas.

Na esteira da extinção do “Sindicato do Vinho” criou-se o Instituto Rio-Grandense do Vinho. Essa nova agência reguladora nasce com o objetivo explícito de dar maior liberdade e autonomia a atividade empresarial vitivinícola. E, dessa forma, inicia-se uma nova fase na vitivinicultura gaúcha, caracterizada por regulamentações que buscavam estimular o crescimento tanto das empresas privadas, quanto das cooperativas. Com isso, procurava-se universalizar os benefícios que visavam a valorização do produto, fortalecendo o setor com um todo, sem que fossem criados artifícios em favor de grupos específicos. (FLORES, 2007)

Entretanto, a criação do Instituto Rio-Grandense do Vinho só foi possível mediante a formalização de um acordo, firmado pelas principais lideranças de ambos os lados, José Moraes Vellinho (pelo Sindicato) e Humberto Lotti (representante das cooperativas). Contudo, alguns extremistas de ambas as partes, contrários ao acordo, tiveram de ser afastados para que a negociação pudesse se concretizar. Esse novo momento da vitivinicultura ficou marcado, em toda a Serra Gaúcha, pelo esforço na melhoria da qualidade do vinho. Sendo que, inclusive, alguns vinhos de baixa qualidade foram eliminados mediante a destilação e a indenização, pelo Estado, dos estoques inutilizados (FLORES, 2007).

O Instituto Rio-Grandense do Vinho é extinto em 1950, ante as desavenças com a Secretaria da Agricultura em relação à cobrança de taxas de embarque para o produto; das quebras de braço pela indicação de seus diretores, entre cooperativas e vinícolas independentes; e, principalmente, do descontentamento dos pequenos produtores de vinho com as exigências sanitárias impostas pela instituição. (ibid.).

A partir de 1957, o setor passa a se organizar em torno da Associação dos Vinicultores do Rio Grande do Sul e do Sindicato da Indústria do Vinho do Rio Grande do Sul, criado em 1948. Mais tarde, em 1967, surge a União Brasileira de Vitivinicultura, organização interprofissional que congrega as empresas e entidades setoriais da vitivinicultura de todo o país. As ações político-institucionais dessas organizações continuam a exercer influência sobre o setor vitivinícola (ibid.).

De acordo com Ortega (2005), organizações interprofissionais agrupam na mesma estrutura de representação tanto associações de agricultores quanto empresas agroindustriais, a fim de defender interesses comuns a todos os grupos ligados ao setor produtivo.

1.4 A entrada das multinacionais

As décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo ingresso de empresas multinacionais na produção e comercialização de vinhos, além de ter sido o período de adaptação das variedades viníferas. Foi também o momento em que houve um grande crescimento na comercialização do vinho fino, inclusive com investidas no mercado externo.

Na década de 1970, um conjunto importante de fatores passou a fazer parte da vitivinicultura nacional, a ponto de lhe reorganizar a estrutura produtiva, a saber: (i) a entrada de vinhos importados no mercado doméstico, produzidos a partir de variedades européias, com elevado padrão de qualidade; (ii) a presença de empresas multinacionais, que passaram a comprar boa parte da produção de uvas; (iii) a queda dos preços pagos pela uva, tanto pelas empresas como pelas cooperativas; e (iv) o enfraquecimento das cooperativas, que começaram a perder a fidelidade de seus associados (POLITA, 2002, apud FLORES, 2007).

De acordo com Santos (1978), a partir do ingresso das multinacionais[11] alteraram-se as bases da concorrência pela matéria-prima no mercado doméstico, e, com isso, também a forma pela qual se dava o acordo entre o fornecedor e o comprador da uva. Para o referido autor, é nesse momento que a instituição do freguês cede lugar ao contrato de compra e venda, e a relação comercial entre as partes começa a perder seu caráter *"paternalista"*.

De acordo com Teruchkin (2004), a política de substituição de importações favoreceu a produção nacional de vinho. Assim, as alíquotas de importação elevaram os preços do vinho estrangeiro, mas também houve a melhoria gradativa da qualidade do vinho nacional e o aumento do poder aquisitivo dos consumidores de classe média, abrindo espaço para o crescimento da produção nacional.

[11] Martini & Rossi, Möet & Chandon, Maison Forestier e Heublen, dentre outras.

Nessa perspectiva, as multinacionais realizaram um programa de estímulo à modificação do sistema de plantio[12] e fomentaram o desenvolvimento de cepas viníferas, ao mesmo tempo em que trouxeram técnicas mais modernas de vinificação. Consequentemente foi alterado o panorama da indústria vitivinícola nacional, com a ocorrência de certo progresso tecnológico e incremento na produção de vinhos finos. (TERUCHKIN, 2004).

Na década de 1970 surgem algumas estratégias de diversificação na indústria nacional de vinhos, com a incorporação de novas regiões produtoras, como a do Vale do São Francisco, no Nordeste brasileiro, e da Campanha, no Rio Grande do Sul. Examinemos, então, um pouco mais de perto alguns aspectos que envolvem as estratégias de diversificação por parte das firmas.

1.5. O Complexo agroindustrial da uva e do vinho: uma breve caracterização

De acordo com LAPOLLI et. al (1995, p. 10):

> O setor vitivinícola pode ser considerado como um complexo agroindustrial no seu sentido mais amplo, contemplando a produção de uvas, a indústria vinícola, os principais insumos para a produção primária e industrial, máquinas e equipamentos, infra-estrutura, crédito e outros serviços fundamentais para o funcionamento do Setor.

De acordo com o Centro Nacional de Pesquisa da Uva e do Vinho – CNPUV – da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, os principais segmentos da indústria vinícola são:

- Garrafas: A participação das garrafas na composição do custo dos vinhos é bastante elevada. Podendo chegar até a 25% do preço do produto (vinho comum). Além disso, a produção de garrafas no Brasil está organizada sob a forma de oligopólio. Cabe ressaltar também que a pequena escala produtiva da indústria vinícola no Brasil, quando comparada com a da cerveja ou aguardente, não facilita uma grande redução nos custos deste insumo através do aumento na escala de sua

[12] Substituição do sistema de condução da parreira, com o intuito de aumentar a irradiação solar sobre as frutas e, com isso, aumentar a qualidade das mesmas.

produção, pois a prioridade dos fornecedores é em atender a indústria cervejeira e de aguardente, seus principais clientes.

- Rolhas: as rolhas também representam uma parte bastante significativa na composição do custo dos vinhos, especialmente vinhos comuns. Segundo informa o sítio da EMBRAPA o custo unitário de uma rolha varia entre R$ 0,70 e R$1,30. Ou seja, aproximadamente 23% do preço de um vinho artesanal comprado em uma cantina familiar do Vale dos Vinhedos, ou cerca de 10% de um vinho comum comprado em um grande supermercado da capital do Estado, Porto Alegre. Diga-se de passagem, que a qualidade do vinho depende muito da qualidade das rolhas, que devem efetuar a vedação por um longo período sem interferir no sabor da bebida.
- Cápsulas e rótulos: o uso das cápsulas (películas que envolvem as rolhas) está ligado a tradição quanto à aparência e nobreza do vinho, e se apresenta como um indicativo de qualidade para o produto, uma vez que sugere a inviolabilidade da garrafa.
- Caixas de papelão: os vinhos são, em geral, acondicionados em caixas de 12 garrafas, sendo necessário um metro quadrado de papelão para confeccionar cada unidade.
- Equipamentos para a Indústria Vinícola: as características dos equipamentos para a indústria do vinho se assemelham a das outras indústrias de bebidas. São utilizados na confecção do vinho, equipamentos como tanques de aço inoxidável, caldeiras, bombas centrífugas, engarrafadoras, lavadoras, instalações para refrigeração, etc. Na fabricação destes equipamentos são utilizadas, largamente, as chapas de aço inoxidável.

De acordo com Mello (2007), no contexto internacional de 2006, a vitivinicultura brasileira ocupou a 22° posição em área de vinhedos, a 16° em produção de uvas e a 15° em produção de vinhos. No que se refere às transações internacionais, em 2005, o Brasil foi o 24° maior importador de vinhos em quantidade, o 26° em valor das importações de vinhos, o 15° em quantidade de uvas exportadas e o 9° em valor das exportações de vinhas.

No âmbito das exportações, as uvas de mesa obtiveram um crescimento bastante expressivo, pois, enquanto a circulação mundial do produto registrou aumento de 67,99%, o Brasil aumentou suas exportações em 1.032,96%, nos últimos dez anos. Além disso, o preço recebido pela uva exportada brasileira é superior à média internacional devido à escassez de uvas no mercado na época em que o Brasil produz as uvas para exportação[13] (MELLO, 2007).

As exportações brasileiras de uvas de mesa seguem em ascendência[14]. Em 2007 foram exportadas 79,08 mil toneladas, 27,04% superior ao ano anterior. Tais exportações renderam 118,43 milhões de dólares. Ainda que pese o fato de ter condições climáticas para produzir uvas o ano inteiro, o Brasil importou, em 2007, 19 mil toneladas de uvas de mesa, 28,45% a mais que no ano anterior. (MELLO, 2007).

Possivelmente, o fato da uva de mesa brasileira ter preço superior à média internacional, não apenas se traduza em estímulos às exportações, mas também faça com que sejam necessárias importações, para atender parte da demanda interna pelo produto. De acordo com o Instituto Brasileiro do Vinho[15] – IBRAVIN – o consumo de uvas no Brasil cresceu 145% de 1990 a 2006.

Os sucos de uvas, segundo principal produto em exportações do setor, obtiveram aumento de 21,46% na quantidade exportada, de 2006 para 2007. O Brasil embarcou 6,62 mil toneladas de sucos de uvas e recebeu 12,28 milhões de dólares em contrapartida, em 2007. Parte deste volume (1,54mil t) foi importado da Argentina e adicionado ao suco exportado pelo Brasil. (MELLO, 2007).

Quanto ao segmento dos vinhos, o Brasil se caracteriza por ser um deficitário na balança comercial. Em 2007 o déficit foi de 150,28 milhões de dólares. Mesmo diante do esforço do estado do Rio Grande do Sul, com a criação de um Consórcio de Exportação[16], o desempenho das exportações ficou abaixo do esperado. Foram exportados 3,28 milhões de litros de vinho, uma redução de 3,92 % em relação ao ano anterior. Foram importados, em 2007, 57,6 milhões de litros de vinhos, somando 154 milhões de dólares, 30% superior ao ano anterior. (MELLO, 2007).

---

[13] Essa é uma das vantagens do pólo vitícola tropical, produzir o ano inteiro.
[14] Entretanto, já há registros de fazendas exportadoras de uvas de mesa encerrando atividades no nordeste brasileiro em função da suspensão de compras por parte da União Européia, em face da crise financeira que se estende por aquele continente.
[15] IBRAVIN 2007
[16] Wines from Brazil

Em relação aos vinhos finos, em 2007, foram importados 57,63 milhões de litros, ou seja, 71,36% do que é comercializado no Brasil. Ademais, a quantidade de vinhos finos nacionais comercializados no país, em 2007, situou-se nos mesmos patamares de 2003, ao passo que os importados cresceram 115%. (MELLO, 2007).

Contudo, segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), de 2007 para 2008, o destino das exportações de vinhos e espumantes brasileiros passou de 22 para 27 países (até novembro), e somaram 4,52 milhões de dólares.

Em relação à situação do mercado de vinhos finos, Mello (2007) considera que o aumento na circulação de mercadorias no cenário internacional, aliado aos excedentes crescentes de vinhos e a taxa de câmbio que favorece as importações, têm colocado o setor de vinhos finos brasileiros em condições desfavoráveis. Em que pese este cenário, o setor está investindo no aumento da qualidade dos vinhos e na promoção de indicações geográficas buscando a valorização do produto pelos valores territoriais e culturais.

Nesse sentido, estaríamos a atravessar, hoje, no Brasil, o quarto período evolutivo da indústria vitivinícola de falava Tonietto (2001), marcado pela busca de caracterizações territoriais para o vinho. Para o referido autor, o mercado brasileiro mostra um consumidor cada vez mais exigente, à procura de vinhos de qualidade, que valoriza igualmente a origem do vinho como elemento desta qualidade.

De acordo com os dados da tabela 4 (abaixo), a produção de uvas no Brasil, em 2007, foi de 1,3 milhões de toneladas, um aumento de 10,30% em relação ao ano anterior. Deste volume, 47,02% foi direcionado à produção industrial, sendo matéria prima para a elaboração de vinhos, sucos e outros derivados. Os outros 53% destinaram-se ao consumo *in natura*. Houve redução na produção de uvas nos estados de São Paulo (-1,19%) e Minas Gerais (-2,62%). Nos demais, a produção aumentou em relação a 2006, sendo que os maiores acréscimos foram registrados nos estados da Bahia (34,45%), Santa Catarina (14,16%) e Rio Grande do Sul (13,04%). (MELLO 2008).

Com relação ao processamento industrial houve aumento de 35,35%, em relação a 2006, quando o montante foi de 38,32%. De acordo com Mello (2008), as condições climáticas favoráveis para a produção de uvas no Rio Grande do Sul, principal pólo vinícola brasileiro, foram as principais razões deste aumento. Em contrapartida, as uvas destinadas ao consumo in

natura apresentaram decréscimo de 5,26%. A área plantada com vinhedos aumentou em 42,25% desde 2001, o crescimento médio foi de 6,03% ao ano.

Tabela 3: Área cultivada com vinhedos no Brasil, em mil hectares por estado.

Estados/ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Rio Grande do Sul	34,7	36.6	38.5	40.3	42,4	47,5	48,5
São Paulo	11,1	12.1	12.4	11.6	13,7	18,7	18,8
Paraná	6.1	6.0	6.5	5.8	5,6	5,9	5,7
Santa Catarina	3.5	3.5	3.6	3.7	4,2	4,9	4,9
Pernambuco	3.7	3.4	3.4	4.7	4,9	6,4	7,1
Bahia	2.7	2.7	2.9	3.4	3,0	3,1	4,0
Minas Gerais	0,84	0,95	0,9	0,91	0,9	0,9	0,8
Brasil	63.2	65,4	68.3	70.5	75,0	87,7	89,9
RS/Brasil	0,55	0,56	0.56	0,57	0,56	0,54	0,54

Fonte: Anuário Brasileiro da Uva e do Vinho

Tabela 4: produção de uvas no Brasil em toneladas.

Estado/Ano	2005	2006	2007	2008
Pernambuco	150.827	155.783	170.326	162.977
Bahia	90.988	89.738	120.654	101.787
Minas Gerais	14.389	12.318	11.995	13.711
São Paulo	231.680	195.357	193.023	184.930
Paraná	99.253	95.357	99.180	101.500
Santa Catarina	47.971	47.787	54.554	58.330
Rio Grande do Sul	611.868	623.847	705.228	776.027
Brasil	1.246.976	1.220.187	1.354.960	1.399.262
RS/Brasil	0,49	0,51	0,52	0,55

Fonte: Embrapa

Segundo Mello (informação verbal)[17] o aumento verificado no total de área cultivada nos últimos anos, se deu, principalmente, pela incorporação de regiões sem tradição no cultivo da uva[18]. Isto tem ocorrido em virtude da característica da cultura, geradora de emprego e de renda, especialmente para apequena propriedade.

A uva é uma cultura que não necessita de uma quantidade de terra muito grande para propiciar um retorno capaz de oferecer, minimamente, condições de vida dignas, ao agricultor. Para um sistema de condução simples, o latado (pérgola), a produção média esperada para o 2º ano é de 3 toneladas por hectare, no 3° ano 8 toneladas e a partir do 4° ano 18 toneladas. (EMBRAPA UVA E VINHO)

Se multiplicarmos essas 18 toneladas de uva pelo preço mínimo pago, atualmente, pelo quilo da variedade americana, que é de R$ 0,46, chegamos a uma renda anual de R$ 8.280,00, no quarto ano. Ou seja, uma renda bruta mensal média de R$ 690,00 por hectare.

Contudo, é necessário um mecanismo eficiente de acesso ao crédito, pois, o produtor descapitalizado não possui condições de construir um vinhedo, em virtude de seus altos custos de implementação. Em 2002, os custos totais para implantação de um vinhedo, de variedade americana, por hectare, somavam R$ 20.724,46, distribuídos ao longo de quatro anos[19]. Os custos para as variedades viníferas eram de R$ 30.627,82. (EMBRAPA UVA E VINHO).

Considerando um preço de R$ 0,30 ao quilo para uva Isabel (preços de 2002), a receita do segundo ano seria de R$ 1.200,00, no terceiro ano de R$3.900,00 e a partir do 4° ano de R$ 6.600,00. A relação benefício/custo é de 1,52, ou seja, cada R$ 1,00 investido retorna R$ 0,52 para a remuneração do capital empregado e da terra. (EMBRAPA UVA E VINHO)

A viticultura está sendo implementada em vários estados como Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e Ceará, embora não conste nas estatísticas do IBGE. Atualmente no Brasil,

---

[17] Pesquisadora da Embrapa Uva e Vinho, entrevistada 03/02/2009.

[18] Podemos perceber pelos dados expostos na tabela 1, por exemplo, que o crescimento a área cultivada no Brasil foi levemente maior do que no Rio Grande do Sul, um estado com forte tradição no cultivo da uva.

[19] *"Considerou-se um vinhedo conduzido no sistema latada (pérgola), com espaçamento de 2,5 metros entre filas por 2,0 metros entre plantas, ou seja, 2.000 plantas por hectare. Para fins de cálculo considerou-se uma perda de 10% nas mudas, para reposição no segundo ano. Nos custos de instalação foram considerados todos os custos, exceto a remuneração da terra e os juros sobre o capital empregado. No primeiro ano os custos são mais elevados, somando R$ 16.050,01, pois é neste momento que é formada toda a estrutura do parreiral. Os itens que mais pesam são as mudas, os postes internos, postes externos e arame. Foi considerado o preço da muda pronta (custo de oportunidade), embora grande parte dos viticultores formem a muda no local definitivo, plantando o porta-enxerto no primeiro ano e enxertando no ano seguinte".* (Embrapa Uva e Vinho).

20 mil famílias[20], cerca de 100 mil brasileiros, vivem diretamente ligados à cadeia produtiva da uva e do vinho, um setor que movimenta 1,2 bilhão de reais por ano. (IBRAVIN, 2008).

Tabela 5: Produção, Exportação, Importação, Processamento e Consumo de Uvas no Brasil.

Ano	Produção	Exportação	Importação	Processamento	Consumo in natura
1990	786.218	1.845	14.682	490.930	308.125
1991	648.026	2.882	12.131	339.369	317.906
1992	800.112	6.877	4.786	398.089	399.932
1993	785.958	12.552	4.508	401.472	376.442
1994	800.609	7.092	8.384	450.561	351.340
1995	836.545	6.786	23.891	455.772	397.878
1996	730.885	4.516	56.817	313.331	442.945
1997	855.641	3.705	23.222	414.485	460.673
1998	736.470	4.405	26.492	348.523	410.034
1999	868.349	8.083	8.599	469.870	398.870
2000	978.577	14.343	9.903	549.306	424.831
2001	1.062.817	20.660	7.457	469.098	580.516
2002	1.120.574	26.357	11.003	506.799	598.421
2003	1.054.834	37.601	7.612	425.946	598.899
2004	1.281.802	28.815	6.072	624.450	634.609
2005	1.246.976	51.213	8.387	550.700	696.246
2006	1.228.390	62.250	12.106	470.705	757.685

Fonte: Ibravin

De acordo com o IBRAVIN, do total de produtos que são industrializados a partir da uva, 77% são vinhos de mesa e 9% são sucos de uva, ambos elaborados com uvas de origem americana. Cerca de 13% são vinhos finos, elaborados com castas de *Vitis vinifera*. O restante dos produtos industrializados, cerca de 1% do total, são outros derivados da uva e do vinho, como doces e geléias.

Sobre o desempenho dos espumantes a produção nacional saltou de 4,25 milhões de litros em 2002 para 8,55 milhões de litros em 2007. De janeiro a novembro de 2008, foram vendidos 8,035 milhões de litros. Em 2008 a produção deve fechar em 10 milhões de litros, a maior da

[20] Cerca de 62% da uva produzida no Brasil provém da agricultura familiar.

história da vitivinicultura brasileira. As vinícolas associadas à Aprovale são responsáveis pela produção de 35% dos espumantes gaúchos, conforme já salientado.

1.6. O panorama atual da viticultura no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional de uvas, e responde por cerca da metade da uva produzida no Brasil. A produção gaúcha passou de 430.372,38 toneladas em 1995, para 628.496,07 toneladas em 2007. O crescimento total foi de 46,03% nesse período, e a média de crescimento foi de 3,5% ao ano. A viticultura é uma atividade de grande importância para o estado. Para se ter uma idéia de sua relevância basta observar que aproximadamente 80% das famílias ligadas a vitivinicultura nacional vivem em solo gaúcho.

Sendo assim, atualmente, existem cerca de 16 mil famílias ligadas à viticultura no Rio Grande do Sul. Embora esse número não seja preciso, se faz uma boa aproximação pelo número de propriedades que contém a cultura da uva. Mesmo que algumas propriedades possuam mais de uma família, algumas famílias possuem mais de uma propriedade.

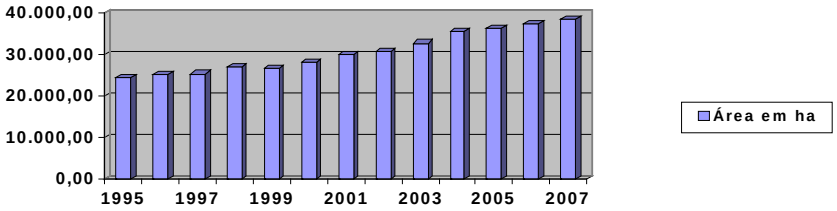
A produção de uvas no Rio Grande do Sul, por sua vez, se concentra na região colonial italiana (MR – 016 do IBGE, Região de Caxias do sul), onde se localiza 80,86% da produção estadual, ou seja, 520.823 toneladas. Todos os municípios com produção superior 10.000 toneladas localizam-se nesta região, destacando-se Bento Gonçalves com 114.780 toneladas (17,82% da produção estadual), Flores da Cunha com 82.040 toneladas, Caxias do Sul com 49.727 toneladas, Farroupilha com 48.736 toneladas, e Garibaldi com 41.940 toneladas. Recentemente, alguns municípios situados nas regiões da Fronteira Oeste (Santana do Livramento) e Campanha (Bagé), aumentaram sua participação no total de uvas produzidas no estado, devido ao desenvolvimento da vitivinicultura nessas regiões[21].

Segundo LAPOLLI et. al:

[21] Tal desenvolvimento é fruto da diversificação de algumas vinícolas da Serra Gaúcha, conforme visto anteriormente.

> [...] desde os primórdios do povoamento do Estado, com a chegada dos portugueses em Rio Grande, especialmente na Ilha dos Marinheiros, já se cultivava a parreira e se elaboravam vinhos. Foi, porém, com a imigração italiana que a produção da uva ganhou maior impulso, concorrendo para isso diversos fatores culturais e econômicos. A vitivinicultura da região colonial italiana ficou em um primeiro momento voltada para o consumo próprio. Posteriormente, com a gradual evolução e adaptação da produção local, ampliou suas vendas para os mercados estadual e nacional. (LAPOLLI et. al, 1995, p. 13).

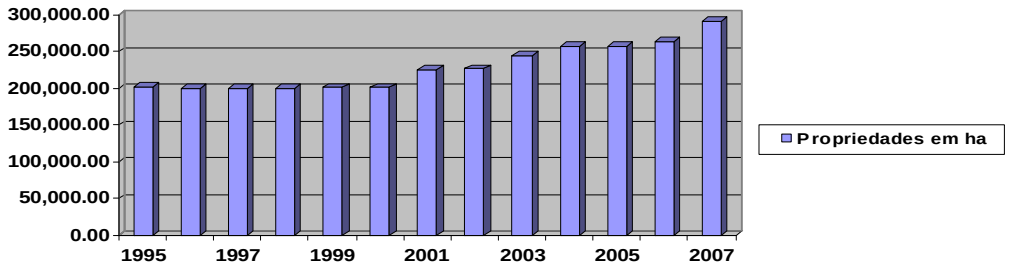
Figura 2: Evolução da área cultivada com vinhedos no RS 1995/2007, em ha.



Fonte: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. Evolução da área e produção de uvas de 1995 a 2007. In: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E.(Ed.). **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2005 a 2007**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2008. 1 CD-ROM.

Da **Figura 2**, acima, observamos que não foi apenas a quantidade produzida de uvas que se expandiu a partir de 1995, mas a área cultivada com vinhedos também apresentou aumento. Os dados revelam que a área cultivada em 2007 foi 58,34% superior à observada em 1995. Dessa forma, é possível descartar a hipótese de que os aumentos da produção tenham sido fruto, unicamente, de ganhos de produtividade no setor. Ao invés disso, observa-se que houve um aumento do total de área destinada ao cultivo da uva no Rio grande do Sul. Aparentemente, mais pessoas estão se dispondo a produzir uvas no estado desde 1995, mais um ponto que tangencia a importância da vinha para o estado. Além disso, aumentos na área cultivada com vinhedos, também coadunam com a idéia de que a importância deixou de repousar sobre a quantidade de uvas produzidas, para assentar sobre a qualidade desta uva.

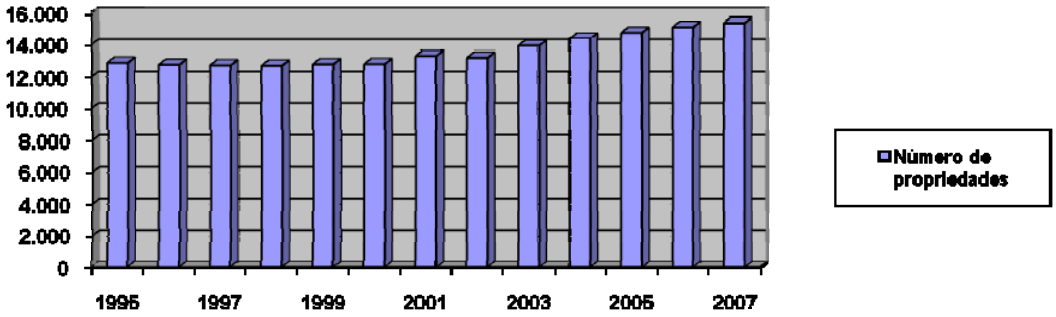
Figura 3: Área das propriedades com vinhedos no Rio Grande do Sul 1995/2007, em ha



Fonte: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. Evolução da área e produção de uvas de 1995 a 2007. In: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E.(Ed.). **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2005 a 2007**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2008. 1 CD-ROM.

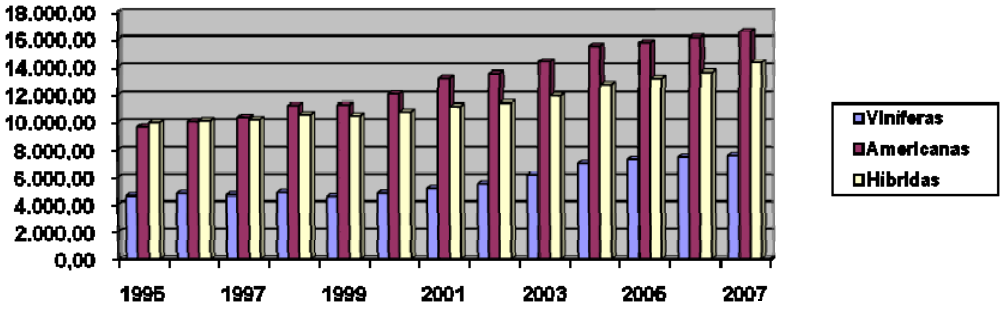
Os dados que foram expostos na **Figura 3** mostram a evolução na área total de propriedades que cultivam vinhedos no Rio Grande do Sul, no período 1995/2007. A **Figura 7**, abaixo, demonstra que houve aumento também no número total de propriedades que apresentam o cultivo da vinha no estado. Isto reflete, possivelmente, que houve aumento no número de pessoas, ou famílias, que se dedicam a atividade vitícola no Rio Grande do Sul. Em 1995 eram 12.906 propriedades, contra 15.384 em 2007. Um incremento de 19,20% no período.

Figura 4: Número de propriedades que cultivam uva.



Fonte: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. Evolução da área e produção de uvas de 1995 a 2007. In: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E.(Ed.). **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2005 a 2007**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2008. 1 CD-ROM

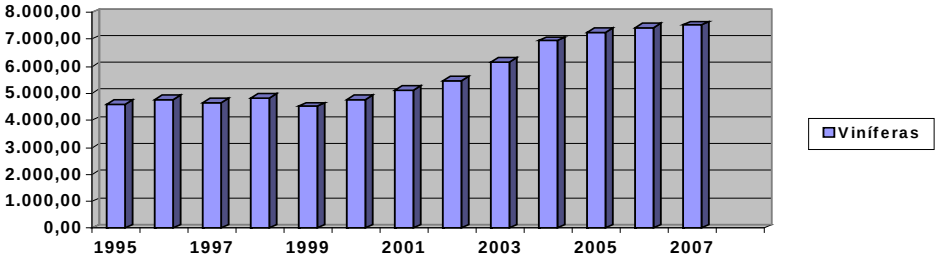
Figura 5: Vinhedos por classe de cultivar; Totais do estado 1995/2007, em ha.



Fonte: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. Evolução da área e produção de uvas de 1995 a 2007. In: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E.(Ed.). **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2005 a 2007**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2008. 1 CD-ROM.

Pela **Figura 5** observamos que houve expansão na área cultivada com vinhedos para todos os tipos de uvas no rio Grande do Sul, viníferas ou não. Esta homogeneidade no incremento de área cultivada, aliada ao aumento do número de propriedades reflete, mais uma vez, a importância do cultivo da uva, pois, independentemente do seu tipo, a uva parece estar fortemente associada à tradição de muitos lugares no Rio Grande do Sul.

Figura 6: Evolução da área com viníferas no RS 1995/2007 em ha.



Fonte: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. Evolução da área e produção de uvas de 1995 a 2007. In: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E.(Ed.). **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2005 a 2007**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2008. 1 CD-ROM.

Dados do Cadastro Vitícola, expostos na **Figura 6**, revelam que as cultivares *Vitis viníferas*, usadas para elaboração de vinhos finos e espumantes, apresentaram um incremento de 63,61%, passando de 4.606,45 ha, em 1995, para 7.536,21 ha, em 2007. A preferência entre estes cultivares é da *Cabernet Sauvignon*, seguida da *Merlot* e da *Moscato Branco*. Pelo gráfico, observamos que o período de maior evolução no cultivo de variedades viníferas no Rio Grande do Sul acontece a partir de 2002, justamente o momento em que se reconhece a indicação geográfica do Vale dos Vinhedos. Entretanto, em 2001 a região do Vale dos Vinhedos já produzia de acordo com a normativa da indicação geográfica.

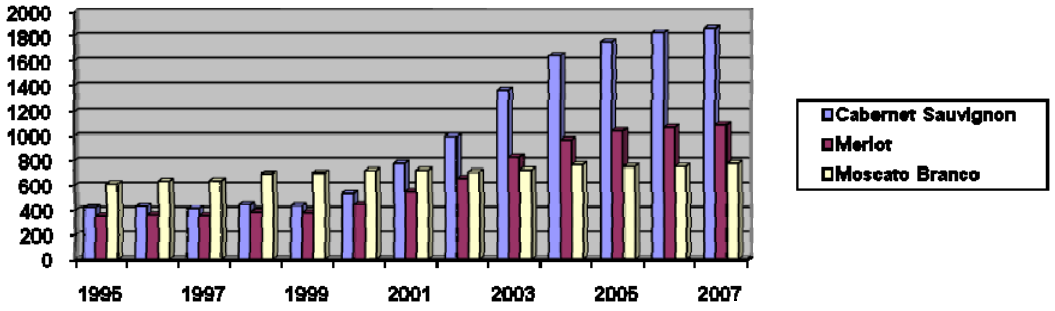
Com relação ao aumento da área plantada com viníferas, cabe ressaltar que, no âmbito o Vale dos Vinhedos, o produtor rural teve forte incentivo, via preço, para converter seus vinhedos para tais variedades de uvas finas. Pois, com vistas à implementação do selo de indicação geográfica, os proprietários de vinícolas passaram a pagar, em média, R$ 2,50 pelo kg da uva vitivinífera. O preço da uva comum, pago na época era de R$ 0,60. Contudo, o rápido aumento da oferta, fez o preço da uva vinífera cair, e hoje está entre R$ 0,80 e R$ 0,90 o kg (FLORES, 2007).

Ademais, aliada à vontade dos vinicultores em aumentar a qualidade dos vinhos finos produzidos na região, houve um aumento de demanda por este tipo de bebida em função da divulgação dos benefícios trazidos a saúde pelo consumo moderado de vinhos tintos finos. Ocorreu, então, um aumento expressivo na demanda por este tipo de bebida. O que tornou, naquela época, a oferta de uvas viníferas insuficiente.

Atualmente, a oferta de uvas finas está acima do que é demandado pelas vinícolas. De acordo com Mello[22], a grande quantidade de vinhos importados é o principal fator determinante desse desequilíbrio. Dessa forma, segundo a referida autora, se o mercado brasileiro fosse atendido apenas pelo vinho nacional, não haveria desequilíbrio entre a oferta e a demanda de uvas viníferas.

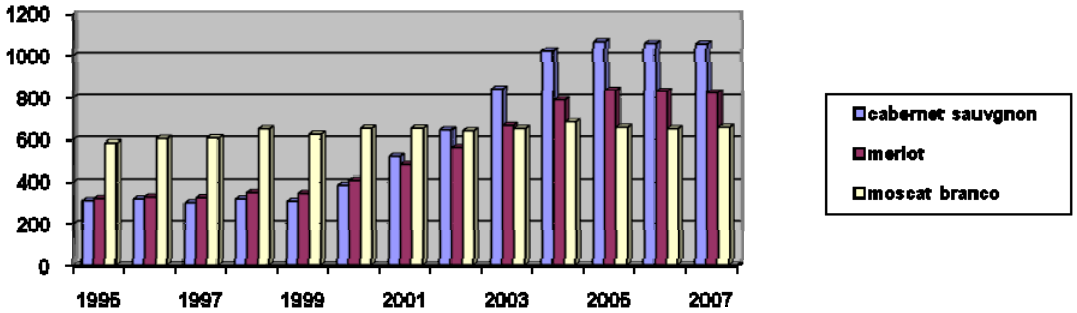
[22] Informação verbal, em 03/02/2009.

Figura 7: Principais cultivares de uvas viníferas no RS 1995/2007, em ha.



Fonte: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. Evolução da área e produção de uvas de 1995 a 2007. In: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E.(Ed.). Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2005 a 2007. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2008. 1 CD-ROM.

Figura 8: Principais Viníferas na região de Caxias do Sul.



Fonte: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. Evolução da área e produção de uvas de 1995 a 2007. In: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E.(Ed.). Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2005 a 2007. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2008. 1 CD-ROM.

As **figuras 7 e 8**, demonstram que, em comparação com o total do estado, na Serra Gaúcha, e em especial na região de Caxias do Sul, a diferença pela preferência do cultivo de *Cabernet Sauvignon* em relação a *Merlot* é menor. Isto se explica pela melhor adaptação desta variedade ao clima serrano. Assim, mesmo que a preferida dos agricultores, entre as variedades viníferas, continue sendo a *Cabernet Sauvignon*, a sua distância para a *Merlot*, é menor[23].

A liderança da *Cabernet Sauvignon* é explicada por questões mercadológicas. De acordo com Mello[24], o movimento da indústria vinícola acompanhou a seguinte lógica: inicialmente, havia

[23] A importância da Merlot para o Vale dos Vinhedos será melhor esclarecida adiante.
[24] Informação obtida em entrevista concedida em 03/02/2009

uma variedade muito grande de marcas de vinhos ofertadas no mercado. Com isso, não se conseguia ter um produto que fosse lembrado pelos consumidores, que tivesse identidade. A partir daí, os vinicultores passaram a restringir a quantidade das marcas oferecidas, e começaram a pensar mais em termos da identificação do produto com o consumidor.

Contudo, os produtores ainda não estavam de todo voltados para uma qualidade de uva que se caracterizasse regionalmente, ou seja, que trouxesse consigo uma referência regional ao mercado de vinhos. Dessa forma, como a *Cabernet Sauvignon* é, em todos os lugares, uma das mais aceitas, optou-se pelo cultivo dessa variedade. Assim, as vinícolas locais partiram para o cultivo dessa variedade com vistas a atender aquilo que elas entendiam como sendo uma demanda do consumidor. Este, por sua vez, respondeu de forma positiva, e o cultivo da *Cabernet Sauvignon* se difundiu bastante.

Entretanto, era necessário buscar a vocação da região para a produção de vinhos finos. E através de várias pesquisas, onde a Embrapa assume papel fundamental, se chegou a conclusão de que a variedade que melhor se adapta as condições climáticas da serra gaúcha é, de fato, a *Merlot*. O que explica o seu menor distanciamento em relação a *Cabernet Sauvignon* na preferência dos agricultores da região serrana do Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva, muitas vinícolas da serra gaúcha realizam testes com variedades de uvas importadas de outras regiões para averiguar sua adaptação as condições locais. Ainda nessa linha, as indicações geográficas são um elemento de grande relevância, pois, tanto contribuem para concretizar a vocação local na produção de vinhos finos, quanto dependem dela.

As indicações geográficas, através das associações de produtores em torno das quais se organizam, são importantes fóruns de discussões onde se definem melhor algumas demandas locais, dentre as quais, a da melhor variedade de cultivar que pode ser produzida regionalmente e que vá trazer melhores resultados para o conjunto dos produtores como um todo.

Considerações finais

Este capítulo dividiu-se em duas partes. Na primeira, versou-se sobre o histórico de constituição da vitivinicultura no Brasil. E diante disso, foi possível observar que ao se falar da história da produção de vinhos no Brasil, se está, em última instância, a fazer referências à história da indústria vitícola no Rio Grande do Sul, principal produtor entre os estados brasileiros, e grande responsável pelo desenvolvimento da indústria brasileira de vinho. Nesse sentido optou-se por um caminho que desse ênfase a alguns acontecimentos marcantes no processo de setorialização da indústria vitivinícola no Rio Grande do Sul.

E assim sendo, procuramos demonstrar que a indústria vitivinícola gaúcha se institucionalizou majoritariamente através da ação de dois grandes grupos que, invariavelmente, disputaram o controle de sua gestão. Em outras palavras, as condições de setorialização da indústria vitivinícola no Rio Grande do Sul ocorreram pelos conflitos e acordos entre os dois grandes grupos que disputaram, e ainda disputam, pelo controle da indústria da uva e do vinho. Tais grupos, de uma maneira geral, organizaram-se em torno da antiga Sociedade Vinícola Riograndense, vulgarmente chamada pelos produtores de "Sindicato do Vinho", e em torno das Cooperativas Vitivinícolas, que surgiram justamente como uma resposta ao oligopólio criado através do "Sindicato do Vinho".

Pois, como vimos, em 1927, com vistas a controlar o acirramento da concorrência entre os comerciantes de vinho, é organizado o Sindicato Vitivinícola Rio-Grandense, que mais tarde deu origem a Sociedade Vinícola Riograndense Ltda. O que ocorreu, nesse momento, foi a centralização dos capitais comerciais vinculados a atividade vinícola em uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

Em 1929, o "Sindicato do Vinho" aprovou junto ao Estado o Regulamento do Vinho, que tinha por finalidade principal efetuar a fiscalização sobre a produção vinícola. Através desse regulamento qualquer um que se dispusesse a fabricar e comercializar vinho estaria sujeito à fiscalização por parte da Fiscalização Sanitária do Estado, e deveria efetuar o registro de sua cantina, que implicava a adoção de uma normativa técnica de produção e de estruturação das construções, como altura mínima, caiação, prédio próprio, etc. O que onerava bastante a produção de vinho e praticamente excluía os pequenos produtores dessa atividade. Assim, muitos

destes acabaram por abandonar a produção vinícola para se tornarem fornecedores da matéria-prima, ou seja, produtores de uva.

Entretanto, um fato deve ser realçado neste processo, o de que, mesmo tendo gerado enormes divergências entre os pequenos produtores, a criação do "Sindicato do Vinho" foi de fundamental importância na constituição de um processo de padronização da produção vinícola.

Além disso, a reação dos colonos à Sociedade Vinícola Riograndense levou ao surgimento de cooperativas vitivinícolas em toda a região. O que conduziu à expansão e ao desenvolvimento da vitivinicultura, ao criar uma competição salutar e estimular o crescimento e o aperfeiçoamento do setor.

Dessa forma, a indústria vitivinícola institucionalizou-se, de uma maneira geral, dividida em dois grandes grupos: o dos negociantes associados ao "Sindicato do Vinho" e o dos agricultores e vinicultores organizados em torno das cooperativas. E nesse sentido, os conflitos envolvendo os dois grupos envolviam desde rancores pessoais até a disputa por espaços de mercado. O ambiente era de uma coexistência repleta de conflitos de interesses, onde foram construídas alianças que intervinham de diferentes formas nas possibilidades de acesso ao mercado por cada grupo. O balanço de poder do setor vitivinícola pendia de acordo com as disputas entre estes dois grupos, e as condições de setorialização da indústria da uva e do vinho no Rio Grande do Sul, derivaram justamente destas disputas. Diante destes fatos, pode-se perceber que o associativismo é uma das principais características da indústria vitivinícola riograndense e do território do Vale dos Vinhedos.

Com relação à evolução da indústria vitivinícola, destaca-se a existência de quatro períodos distintos que, conforme vimos, são:

- Período de 1870 a 1920, implantação da vitivinicultura e elaboração de vinhos com base nas uvas americanas (comuns);
- Período de 1930 a 1960, diversificação dos produtos, pela produção de vinhos de híbridas e de uvas européias (viníferas);
- Período de 1970 a 1990, busca da melhoria na qualidade, com base nos vinhos finos, sobretudo vinhos varietais de variedades viníferas, fase marcada pela entrada das multinacionais e pela adoção de técnicas mais modernas no cultivo da uva e na produção do vinho;

- Período dos anos 2000, marcado pelo movimento em busca de vinhos de qualidade, com a afirmação da identidade regional dos produtos e com a implementação das indicações geográficas.

Assim, na segunda parte deste capítulo se procurou dar uma idéia geral da magnitude da indústria vitivinícola, especialmente no Rio Grande do Sul, que é onde se produz a grande maioria dos vinhos brasileiros, cerca de 90%, e onde residem 80% das famílias ligadas ao setor vitivinícola nacional.

Nesse sentido, mostrou-se que a produção gaúcha de uvas passou de 430.372,38 toneladas em 1995, para 628.496,07 toneladas em 2007. O crescimento total foi de 46,03% nesse período, e a média de crescimento foi de 3,5% ao ano. Atualmente, a oferta de uvas finas está acima do que é demandado pelas vinícolas, sendo que a grande quantidade de vinhos importados é o principal fator determinante desse desequilíbrio.

Além disso, observamos que não foi apenas a quantidade produzida de uvas que se expandiu a partir de 1995, mas a área cultivada com vinhedos também apresentou aumento. A área cultivada em 2007 foi 58,34% superior à observada em 1995. Observamos também o crescimento da área cultivada com uvas de variedades viníferas, o que confirma a hipótese de que estamos a atravessar um período marcado pela busca na qualificação dos vinhos produzidos.

Capítulo 2

Diversificação, Indicações Geográficas e Globalização na Indústria Vitivinícola.

Neste capítulo, procuraremos analisar algumas implicações das estratégias de diversificação da produção por parte das vinícolas, e vitivinícolas, ao desenvolvimento da indústria da vinha e do vinho no Brasil. Assim, iniciamos a exposição com um resgate da análise de Penrose (1979) a respeito da diversificação das firmas, de forma que procuraremos relacionar os conceitos penrosianos com a realidade do setor vitivinícola brasileiro.

Logo em seguida, apresentamos uma seção que trata das capacidades organizacionais das firmas e das oportunidades que daí derivam para uma estratégia de diversificação. Logo, resgatamos a contribuição e os desdobramentos elaborados pela Visão Baseada em Recursos – VBR – para a análise da diversificação de Penrose, e mais uma vez procuramos relacionar tais desdobramentos com o que se verifica no setor vitivinícola.

Na sequência, versamos sobre o conteúdo das indicações geográficas e qual sua importância. Buscamos então alguns esclarecimentos a respeito do que se trata, fundamentalmente, uma indicação geográfica, e quais suas implicações sobre o território. Nesse sentido, procuraremos demonstrar que as indicações geográficas e a busca pela singularidade em que ela assenta possui forte correspondência com uma etapa do desenvolvimento capitalista.

E, dessa forma, engrenamos uma discussão sobre a globalização, de forma a provocar alguns questionamentos que induzem o leitor a uma reflexão a respeito deste fenômeno que, apesar de tão pronunciado, por muitas vezes tende a parecer tão pouco compreendido.

Encerramos este capítulo com uma discussão a respeito dos mercados singulares e, com base no aporte teórico da Nova Sociologia Econômica, procuraremos demonstrar que: mercados são, antes de tudo, construções sociais. Procuraremos então demonstrar de que forma se construiu o mercado dos grandes vinhos.

2.1 A economia da diversificação de Penrose e sua expressão no setor vitivinícola

De acordo com Penrose (1979), uma firma altamente especializada, pouco ou nada diversificada, encontra-se mais vulnerável às mudanças no ambiente capitalista do que aquela que diversifica sua produção. Sendo que, as transformações que acontecem no ambiente capitalista e que redefinem os parâmetros da competição, ocorrem, majoritariamente, quando há a possibilidade de ocorrerem alterações nos gostos dos consumidores ou nas tecnologias de produção da indústria na qual a firma se insere[25]. Como salvaguarda, as firmas podem, em muitos casos, fazer uso mais lucrativo de seus recursos ao diversificarem sua produção.

Contudo, para que surjam as necessidades de diversificação não é necessário que os mercados em que a firma opera se tornem menos lucrativos a novos investimentos que ela possa vir a realizar. Basta que se tornem relativamente menos atraentes em comparação com a lucratividade possível de ser obtida em outro mercado[26]. Estímulos para realização de novos investimentos, nos quais se inserem as diversificações, podem acontecer tanto no ambiente externo à firma, quanto interno. E nesse sentido, mudanças ocorridas no ambiente externo e que derivam das ações dos concorrentes, possuem força para alterarem também os patamares em que se estabelece a competição.

Para Penrose (1979, p. 9):

> [...] uma firma diversifica suas atividades sempre que, sem abandonar completamente suas antigas linhas de produtos, ela parte para a fabricação de outros, inclusive produtos intermediários, suficientemente diversos daqueles que ela já fabrica, e cuja produção implique em diferenças significativas nos programas de produção e distribuição da firma. A diversificação compreende, desta maneira, incrementos na variedade de produtos finais fabricados, incrementos na integração vertical e incrementos no número de áreas básicas de produção nas quais a firma opera.

[25] Com relação às motivações que conduzem as alterações nos gostos dos consumidores de vinhos finos, encontra-se uma seção mais detalhada no final deste capítulo.

[26] Mercados são, na análise de Penrose (1979), classificados de acordo com o tipo de consumidor, ou seja, se são donas de casa, funcionários públicos, aposentados, etc. Uma área de mercado, por sua vez, refere-se ao grupo de clientes influenciados pelo mesmo programa de vendas, independentemente do número de produtos a eles vendidos.

Em linhas gerais, para algumas das cantinas do Vale dos Vinhedos, o reconhecimento da importância da diversificação surgiu como uma alternativa para transpor a queda da lucratividade no mercado de vinhos finos brasileiro, que se agravou justamente em meados da década de 1990, quando a integração do Brasil ao MERCOSUL passou a expor os vinhos nacionais a concorrência de produtos oriundos de países onde o vinho possui maior importância nos hábitos de consumo da população e, em geral, é produzido em escalas maiores e com menores custos, como é o caso de muitos vinhedos chilenos e argentinos. Na Argentina, por exemplo, o vinho é um elemento cotidiano na mesa de grande parte da população, o que justifica, tanto o alto consumo per capita desta bebida, 55,9 litros ao ano, como o tamanho do parque vitivinícola argentino, muito maior do que o brasileiro[27]. (Lapolli et al, 1995).

Cabe ressaltar que o clima seco da região dos Andes favorece o não surgimento dos fungos que atacam as videiras[28], o que implica na necessidade de poucas aplicações de defensivos. Ao contrário da úmida região da Serra Gaúcha, onde o controle eficiente das doenças da videira implica em uma combinação mais onerosa de métodos de proteção[29].

Além disso, na maioria dos vinhedos comerciais ao norte de Santiago, no Chile, e na região de Mendoza, na Argentina, a mecanização é largamente utilizada. Pelo que, a produção de vinhos, nesses locais, parece corresponder ao padrão de consumo e de produção em massa, característico do Fordismo e da Revolução Verde[30]. Ou seja, a *"grande unidade de controle em larga escala"* de que falava Schumpeter (1984).

---

[27] O fato de o setor vitivinícola argentino ser maior do que o brasileiro implica, por exemplo, que a produção de insumos para a indústria vinícola argentina se realize em uma escala também maior, reduzindo-se portanto o custo destes insumos. O caso das garrafas talvez seja o exemplo mais emblemático.

[28] Duas, das principais doenças fúngicas, que costumam atacar as videiras são: o míldio e o oídio. Sendo que, quanto maior a umidade e menor a luminosidade, mais propensa a parreira a adquirir infecções destes fungos. Infecções de míldio podem ser graves quando o período de água livre [chuva, orvalho ou nevoeiro] for superior a três horas. As mais graves infecções desta doença ocorrem quando um inverno úmido é seguido de uma primavera também úmida e de um verão chuvoso. O clima da Serra Gaúcha é muito mais úmido do que o andino, e por isso a necessidade maiores aplicações de defensivos, o que encarece a produção.

[29] Com os adequados cuidados para que estes tragam o mínimo possível de reflexos negativos ao meio ambiente sem perder a viabilidade econômica

[30] De acordo com Abramovay (1998), o termo fordismo é adaptado de Gramsci e envolve o princípio de uma articulação do processo de produção e do modo de consumo, constituindo a produção de massa. Antes do fordismo, produção e consumo eram desarticulados, sendo que os salários eram bastante baixos e as jornadas de trabalho muito longas, o que fazia com que os trabalhadores fossem a força motriz do sistema pelo seu trabalho e não pelo seu consumo. O fordismo implica em um aumento espetacular da produtividade, mas, sobretudo a criação de novas normas de consumo que se tornariam essenciais para a acumulação capitalista. Segundo Ortega (2005) a Revolução Verde está relacionada à introdução de um pacote de inovações que aumentou significativamente a produtividade na

Devido o tamanho – as propriedades da Serra Gaúcha possuem em média 24 ha – e ao relevo fortemente acidentado, a mecanização do setor vitivinícola encontra empecilhos a sua plena implementação na região serrana do Rio Grande do Sul. Com isso, os produtores desta zona vitivinícola costumam arcar com custos mais elevados de produção, especialmente em relação aos que se verificam no Chile e na Argentina. Dessa forma, necessitam escapar a competição por preços com os vizinhos do Mercosul.

Em suma, os custos de produção na Serra Gaúcha são bastante superiores aos que se verificam no Chile e na Argentina, seja pelo clima, pela escala de produção, ou pela topografia do terreno onde se encontra a maioria das propriedades vitivinícolas no Rio Grande do Sul.

A análise da diversificação proposta por Penrose (1979) adota, basicamente, dois tipos de especialização da firma, em que podem se dar àquela ação: Na diversificação da produção e no posicionamento mercadológico.

Nesse sentido, cada tipo de atividade produtiva utiliza uma *base tecnológica* ou *base de produção,* sendo que esta compreende as máquinas, os processo, as habilidades e as matérias-primas que são utilizados no processo produtivo pela firma.

A firma estará diversificando quando:

- Expandir o conjunto de produtos que oferece ao seu mercado, utilizando-se da mesma base tecnológica;
- Entrar em novos mercados, com os mesmos produtos e mesma base tecnológica;
- Entrar em novos mercados com novos produtos, e mesma base tecnológica;
- Expandir o mercado em que já atua, com novos produtos de base tecnológica diferente;
- Entrar em novos mercados, com novos produtos, e base tecnológica diferente.

No caso dos produtores que se associaram a APROVALE, a Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedo implicou, num primeiro momento, na modificação da base tecnológica, com o aumento na qualidade da matéria-prima através da reconversão dos vinhedos para variedades viníferas, da utilização de mudas selecionadas, de insumos de qualidade, de sistemas de

---

agricultura. Nesse novo padrão tecnológico encontram-se sementes geneticamente modificadas, maquinários e insumos químicos, sobretudo fertilizantes e fitossanitários.

condução[31] mais eficientes e da restrição de produtividade máxima por hectare. Também ocorreu a modificação no maquinário utilizado, principalmente a partir da utilização de tanques de aço inoxidável e do melhoramento das leveduras utilizadas na elaboração do vinho. Tudo isso acabou por gerar um produto de melhor qualidade. Ou seja, ampliou-se o mercado existente com novos produtos e nova base tecnológica.

Posteriormente, com o crescente reconhecimento do selo de Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos (I.P.V.V.), os produtores dessa região passaram a colocar seus produtos em nichos de mercados mais exigentes, como o europeu. Em outras palavras, entraram em novos mercados, com novos produtos e nova base tecnológica. Não obstante, ainda incrementaram a pauta de produtos oferecidos através do enoturismo. Neste caso, trata-se de um produto oferecido pelo território, e não apenas pelo setor vitivinícola. Embora tenha sido este o responsável pela introdução deste novo produto no mercado turístico brasileiro, como veremos no capítulo 4.

Em relação à fronteira entre um mercado e outro Penrose (1979, p. 10) enfatiza que:

> [...] a importância das fronteiras está no fato de que o impulso em direção a uma nova área exige uma concentração de recursos no desenvolvimento de um novo tipo de programa de vendas e capacidade para enfrentar um tipo diferente de pressão competitiva.

Não obstante, como veremos adiante, o enoturismo, ou seja, o turismo do vinho, está, entre outras coisas, fortemente ligado ao desenvolvimento de um novo programa de vendas por parte das vinícolas do Vale dos Vinhedos.

[31] Como a videira é uma planta trepadeira ela precisa de suportes para poder crescer. Pois, justamente esses suportes, são chamados de sistemas de condução. Mais detalhes sobre os sistemas de condução são expostos no próximo capítulo.

2.2 Oportunidades para diversificação e a importância da pesquisa científica a partir de uma Visão Baseada em Recursos

A Visão Baseada em Recursos – VBR – é uma proposta de análise e interpretação mais próxima das decisões estratégicas dos empresários e, portanto, uma teorização que se reveste de um forte componente de praticidade, ou empirismo. Além disso, a VBR harmoniza-se com a teoria econômica evolucionária, ao assumir que o capitalismo é um processo histórico e dinâmico, onde a mudança, e não a estabilidade é o fato de maior relevância.

De acordo com Burlamaqui & Proença (2003), a VBR tem suas raízes atribuídas a Penrose (1959) e postula que empresas portadoras de recursos específicos são capazes de gerar vantagens competitivas que lhes garantam uma posição favorável frente às demais. Como recursos específicos podemos entender aquelas capacidades oriundas do aprimoramento de processos e rotinas ao longo do tempo. Um tipo de recurso que não pode ser encontrado no mercado, logo, um recurso específico da firma.

Da capacidade da firma de fazer uso de seus recursos, nascem suas capacidades organizacionais, que são nada mais do que combinações de ativos, pessoas, valores culturais e processos operacionais. Capacidades organizacionais incluem a habilidade de saber fazer com menor custo ou com maior eficácia, ou seja, saber o que e como fazer. Segundo Burlamaqui e Proença (2003), para Penrose não são os recursos os verdadeiros insumos da produção, mas sim, os serviços por eles produzidos.

Os recursos que uma firma possui podem ser classificados como tangíveis e intangíveis, de forma que os primeiros estão relacionados aos bens materiais, como máquinas e equipamentos, ao passo em que os últimos abrangem atributos como marca, cultura, conhecimento tecnológico, patentes, aprendizado e experiência. Ativos intangíveis geralmente não de desvalorizam com o tempo, pois sua utilização de forma inteligente torna-os cada vez mais fortalecidos. (Burlamaqui & Proença, 2003.).

Para Penrose (1979), pesquisa pode ser entendida como a investigação deliberada de propriedades ainda desconhecidas de produtos ou máquinas utilizadas na produção, ou ainda, a prospecção de novos modos de se utilizar o que já existe. Com a finalidade de melhorar a

qualidade dos produtos existentes, reduzir os custos de produção ou criar novos produtos ou processos.

Diante disso, os laboratórios de pesquisa industrial constituem a resposta da firma aos desafios da *Destruição Criativa* de Schumpeter (1984). Pois, conforme ressaltamos anteriormente, toda firma especializada encontra-se vulnerável a mudanças na demanda de seus produtos ou ao crescimento de seus concorrentes. Ao mesmo tempo em que, seu crescimento se encontra limitado pelo crescimento do mercado em que atua.

Segundo Penrose (1979), salvo raras exceções, a tendência é que cada firma se concentre no desenvolvimento das competências que adquiriu ao longo do tempo. Logo, uma vinícola, ao analisar as possibilidades de diversificar, dará prioridade àquelas ações que estejam ligadas à produção vitivinícola ou a penetração em uma nova área do mercado vinícola.

Nessa perspectiva, encaixa-se o exemplo de uma das maiores vinícolas do Vale dos Vinhedos que buscou diversificar sua produção passando a produzir vinhos no pólo vitivinícola tropical brasileiro. Ou seja, no Vale do São Francisco, onde as condições climáticas permitem que a videira tenha de dois a três ciclos vegetativos por ano. E onde a quantidade de irradiação solar proporciona que a parreira permaneça em atividade constante, sem hibernar. Contudo, é a partir da hibernação induzida, pelo corte no fornecimento de água, que se torna possível planejar o momento da brotação em cada parreiral, e sistematizar a colheita de uvas durante todo o ano.

Este é, de fato, um ponto importante que permeia as estratégias de diversificação de algumas vinícolas do Vale dos Vinhedos, assim como outras que buscaram produzir vinho nas terras áridas do limite entre o Pernambuco e a Bahia, pois, conforme lembra Graziano da Silva (1999): na agricultura não é como na indústria onde diversas peças podem ser produzidas concomitantemente em seções diferentes e montadas no final. Nas palavras do próprio Graziano da Silva (1999, p. 25): “No caso da agricultura, a continuidade do processo biológico impõe que haja um tempo para plantar; outro para crescer e outro para colher. E a seqüência dessas atividades está determinada pelo próprio ciclo produtivo”.

Além disso, para Graziano da Silva (1999, p. 27):

> Do ponto de vista do capital, os tempos de não-trabalho são períodos em que ele não está sendo valorizado, em que ele está “parado”; representando apenas um prolongamento “desnecessário” do período de produção que se traduz numa

> menor velocidade de rotação do capital. Daí o esforço do progresso técnico em reduzir esses tempos de não-trabalho.

Com as videiras mantidas em estado de atividade constante, cultivadas em largas extensões de terra fortemente mecanizadas, cria-se, no pólo tropical vitivinícola brasileiro, um ambiente totalmente distinto daquele que se verifica na serra gaúcha, onde a pequena propriedade, o solo acidentado e o clima úmido e chuvoso, impossibilitam a completa "industrialização" do setor vitivinícola. No pólo tropical, a velocidade de rotação do capital investido na vitivinicultura é maior, pois, os tempos de não-trabalho, são menores.

Além disso, no pólo tropical, tornam-se possíveis os ganhos de escala na produção de vinhos, tal qual nos grandes empreendimentos vitivinícolas, não apenas chilenos, mas em muitos outros lugares ao redor do mundo (Califórnia, Austrália, etc.). Tais vantagens são fruto, tanto da possibilidade de utilização de inovações mecânicas, como o uso de tratores que reduzem o tempo de trabalho gasto na aplicação dos defensivos; quanto das biológicas, que produzem mudas mais adaptáveis às peculiaridades do clima e do solo da região semi-árida.

Entretanto, a produção vitícola naquela região só pôde ser viabilizada, nestes termos, a partir da possibilidade aberta pela irrigação do solo com a água do rio São Francisco. Bem como pela correção deste solo, mediante a utilização de fertilizantes. Portanto, trata-se de uma produção vitícola mais próxima aos padrões produtivos da Revolução Verde. Ao oposto da produção de vinhos no Vale dos Vinhedos que busca não a massificação, mas a singularidade[32].

No caso, por exemplo, da Vinícola Miolo e de sua produção de uvas e vinhos na região do Vale do São Francisco, temos, justamente, uma diversificação que incorreu na mudança de um tipo de produção, ou de base tecnológica, que passou do declive acentuado para o solo plano e de fácil mecanização; da umidade propícia aos fungos, para o clima seco do sertão nordestino; e dos invernos frios e de pouca luminosidade, para o ambiente quente e de farta irradiação solar do Vale do São Francisco. Tudo isso, em um investimento de grande escala.

Dessa forma, as capacitações organizacionais, desenvolvidas por uma empresa com larga experiência na produção vinícola, são potencializadas pelos avanços tecnológicos que possibilitaram transformar a luz do sol em um fator determinante de vantagens competitivas.

[32] De acordo com Karpik (2007), o mercado de produtos singulares é distinto do mercado de bens homogêneos. Os produtos singulares apresentam uma configuração particular de "qualidades" que englobam características não necessariamente inerentes ao produto. Veremos mais sobre isso em uma seção mais à frente.

Mas, isso só se tornou realidade a partir dos resultados que os investimentos em pesquisa, não apenas privados, mas também públicos, trouxeram.

Nesse contexto, as ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – foram de importância fundamental, e em muito contribuíram para a criação das condições de alavancagem para um projeto que, com base na diversificação, tem tido um desempenho acima do esperado. Apesar da indústria vitivinícola existir há mais de duas décadas na região do Sub Médio do São Francisco, os investimentos em pesquisa e na implementação de técnicas adequadas às peculiaridades do clima tropical vieram a ter crescimento significativo apenas nos últimos cinco anos.

O crescimento decorre de novos vinhedos que estão sendo implantados, fruto de pesquisas realizadas pela Embrapa, com apoio da Financiadora de Estudo e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia; do Governo de Pernambuco, por meio do ITEP – Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco; e dos produtores, por meio do Instituto do Vinho.

De qualquer forma, a diversificação por parte das vinícolas do Vale dos Vinhedos não se encerra nem na produção do Vale do São Francisco e nem na Indicação de Procedência. Pois, novas regiões passaram a produzir uva no Rio Grande do Sul, principalmente a partir de estratégias diversificantes destas vinícolas. E nesse sentido, pode-se destacar a inclusão de novos municípios que integram a lista de regiões gaúchas na produção vitícola. É o caso de Candiota e Rosário do Sul, que passaram a figurar na lista de localidades produtoras uvas a partir do ano de 2005.

Contudo, é no município gaúcho de Encruzilhada do Sul, localizado na Serra de Sudeste, na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, e que passou a registrar o cultivo de uvas viníferas a partir de 2002, que se verifica um bom exemplo de estratégia de diversificação adotada por algumas das vinícolas do Vale dos Vinhedos.

Sendo assim, Encruzilhada do Sul tem sido o alvo de projetos de diversificação de diversas destas cantinas, dentre as quais a Casa Valduga, que possui 280 hectares de terras no município, de onde nascem as uvas que dão origem a uma linha de vinhos específica da empresa, a *Identidade*[33].

[33] Não obstante, duas curiosidades podem ser levantadas a respeito da produção vitícola no município de Encruzilhada do Sul: (i) O potencial vitícola da região foi desvendado através de uma pesquisa, realizada por formando de um curso de enologia. Como trabalho de conclusão o estudante utilizou informações do Zoneamento

As uvas que provém dos vinhedos de Encruzilhada do Sul são levadas para beneficiamento no Vale dos Vinhedos, o que exprime que tal estratégia possa ser entendida como uma integração vertical (retrospectiva) por parte das vinícolas.

De acordo com Penrose (1979), a integração vertical é uma forma especial de diversificação, e pode ser entendida como o aumento do número de produtos intermediários que a firma passa a produzir para consumo próprio. Tal integração pode se dar retrospectivamente, como na produção de matéria-prima que era comprada de terceiros; ou para frente, mediante a integração de elos produtivos mais próximos ao consumidor final, como no caso de serviços de distribuição.

Da mesma forma que o empresário schumpeteriano é premiado com os lucros extraordinários, por ter sido o pioneiro na introdução da inovação, na análise da diversificação de Penrose (1979) as firmas que primeiro introduzem uma inovação são as que conseguem se apropriar das vantagens competitivas, por intermédio das patentes, ou simplesmente pelo seu pioneirismo. Nesse sentido, enquanto as imitadoras realizam esforços para alcançarem seu nível tecnológico, a firma pioneira já estará em movimento para a próxima inovação.

Penrose (1979), ainda chama a atenção para uma outra característica importante, relacionada à pesquisa: O fato de que mesmo tendo como objetivo central a redução dos custos de produção ou a melhoria da qualidade dos produtos existentes, as pesquisas podem, certamente, acelerar a produção de conhecimentos e a criação de uma nova série de processos produtivos no âmbito da firma.

Entretanto, a produção de novos conhecimentos através dos esforços em pesquisa costuma ocorrer mediante grandes dispêndios. Ou seja, os custos da pesquisa são, muitas vezes, bastante elevados, o que dificulta a ação das empresas de pequeno porte. Além disso, segundo Nelson & Winter (1977), o processo inovativo é recheado de incerteza, tanto *ex ante* quanto *ex post*, pois não sabemos, a priori, se as inovações serão bem sucedidas, ou em outras palavras, bem aceitas pelo mercado.

Agroclimático do Rio Grande do Sul para concluir que Encruzilhada do Sul é uma das melhores regiões para a produção de uvas viníferas no Brasil; (ii) Ao iniciar a produção de uvas em Encruzilhada do Sul, os sócios da vinícola Casa Valduga envolveram-se em conflitos com assentados, dado que a região possui cinco assentamentos de terras. Em 2001, quando foram plantadas as primeiras 25 mil mudas de uvas viníferas para teste, de cinco a seis mil foram simplesmente arrancadas em uma única noite, pelos assentados. Hoje, 55 destes, fazem parte do quadro de funcionários da empresa, em Encruzilhada do Sul, que além de lhes ensinarem as técnicas vitícolas ainda lhes forneceram mudas de parreiras e caixas de abelhas para uso próprio.

Justamente por isso, a ação estatal, por meio de seus órgãos de pesquisa científica, como a EMBRAPA, e de suas instituições promotoras de conhecimento e capacitação, como as universidades e escolas técnicas, tornam-se elementos chave no processo de geração de conhecimento e inovação. Principalmente, para os setores constituídos, majoritariamente, por pequenas empresas. Ou por empresas familiares como no Vale dos Vinhedos.

E nesse sentido, a presença de uma unidade da EMBRAPA em Bento Gonçalves, especificamente voltada para as demandas do setor vitivinícola, a EMBRAPA Uva e Vinho, foi de fundamental importância para que a estratégia da indicação geográfica fosse posta em marcha pelos agentes do antigo distrito de Bento Gonçalves, atual Vale dos Vinhedos.

Não obstante, a participação de profissionais da Universidade de Caxias do Sul, que auxiliaram na delimitação geográfica da região que, hoje, se constitui no Vale dos Vinhedos, foi também de grande importância para que a I.P.V.V. pudesse se concretizar.

Além disso, a existência de um Centro Federal de Educação Tecnológica, também em Bento Gonçalves, contribui largamente para a formação de mão-de-obra qualificada para o setor, principalmente enólogos.

Em suma, a diversificação que se fortaleceu por meio da produção vitivinícola no pólo tropical, e que culminou com a Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos, buscou esteio na pesquisa e na geração de conhecimento. Entretanto, esse conhecimento só pode ser oferecido eficientemente e eficazmente através da participação das instituições públicas especialmente voltadas para essa finalidade. A Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos é, portanto, fruto da ação dos produtores privados de vinhos, mas estes combinaram o conhecimento fornecido pelas instituições públicas com aqueles que construíram ao longo do tempo pela experiência prática. Ou seja, combinou-se o conhecimento codificado e gerado pelas instituições públicas, com o conhecimento tácito proveniente das capacidades organizacionais das firmas.

2.3 O que são e qual a importância das Indicações Geográficas

O mercado de vinhos brasileiro se divide, de uma maneira geral, em dois grandes segmentos: a dos vinhos comuns, elaborados com castas não viníferas; e a dos vinhos finos, produzidos a partir de variedades de uvas viníferas. Contudo, a esfera dos vinhos finos ganhou ainda uma outra subcategoria: a dos vinhos que são produzidos em regiões geograficamente delimitadas e que, justamente por isso, ostentam os selos de indicações geográficas.

Antes de tudo, isto significa que aqueles vinhos que estampam em suas garrafas um selo de indicação geográfica respeitam uma normativa de produção e são obtidos a partir de insumos que são típicos de um determinado território e, assim, tornam-se, sobretudo, representantes de um padrão local. E, com isso, eles reduzem a incerteza dos consumidores, ao mesmo tempo em que absorvem para si uma dose de singularidade, de tipicidade, que os diferencia e distingue dos demais.

Entretanto, as próprias indicações geográficas se dividem em duas novas categorias, a saber: as Indicações de Procedência e as Denominações de Origem. Ambas, refletem normas de produção erguidas sobre a delimitação das regiões de produção com base no potencial qualitativo dos ecossistemas. De uma maneira geral, tal avanço se deu graças aos resultados de diversos trabalhos realizados, principalmente, na França e na Itália. E, a partir destes esforços, gerou-se um conjunto multidisciplinar de aspectos que tornou possível avaliar objetivamente o potencial vitivinícola de uma determinada região. Designa-se, no Brasil, esta abordagem acerca do meio natural, com vistas a escolher o melhor ecossistema vitícola, por **Zoneamento Vitícola**.

Nesse sentido, o Zoneamento Vitícola busca selecionar aquelas regiões que possuem melhor potencial para a produção vitivinícola, com base em suas características naturais típicas, como solo, relevo, clima e subsolo, que são analisadas dentro de um contexto de práticas agronômicas particulares. E tudo isso é feito para que se possa produzir um vinho diferenciado, mas também para que o consumidor saiba, de antemão, que está a comprar um produto carregado de singularidade.

A Lei de Propriedade Industrial (LPI nº 9.279), de 14 de maio de 1996, é o marco legal das indicações geográficas no Brasil[34]. Segundo ela, constitui Indicação Geográfica a Indicação de Procedência ou a Denominação de Origem, sendo que: Considera-se **Indicação de Procedência** o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. E considera-se **Denominação de Origem,** o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

A LPI dá competência ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI – para estabelecer as condições de registro das indicações geográficas, as quais estão explicitadas na Resolução INPI nº 75. Observa-se que não há especificidades que diferenciem um pedido de reconhecimento de indicação geográfica de vinhos em relação a outros produtos.

Podem requerer uma indicação geográfica as associações, os institutos e as pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico e estabelecidas no respectivo território. De acordo com Tonietto (2007) são:

<u>Requisitos específicos para efetuar o requerimento de uma Indicação de Procedência:</u>

- Elementos que comprovem ter o nome geográfico se tornado conhecido como centro de produção do produto em questão;
- Elementos que comprovem a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores que tenham o direito ao uso exclusivo da indicação de procedência, bem como sobre o produto a ser distinguido com a indicação de procedência;
- Elementos que comprovem estar os produtores estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo, efetivamente, as atividades de produção.

<u>Requisitos específicos para efetuar o requerimento de uma Denominação de Origem:</u>

- Descrição das qualidades e características do produto que se devam, exclusiva ou essencialmente, ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos;
- Descrição do processo ou método de obtenção do produto, que devem ser locais, leais e constantes;

[34] De acordo com a Resolução de Madri (O.I.V., 1992), adotada pelo Brasil e pela Norma Vitivinícola do Mercosul.

- Elementos que comprovem a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores que tenham o direito ao uso exclusivo da denominação de origem, bem como sobre o produto distinguido com a denominação de origem;
- Elementos que comprovem estar os produtores estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo, efetivamente, as atividades de produção ou de prestação do serviço.

Portanto, um selo de indicação geográfica do tipo Denominação de Origem não admite que, em nenhuma hipótese, alguma parte do processo de produção tenha acontecido fora do meio geográfico delimitado. No caso dos vinhos, por exemplo, uma Indicação de Procedência pode admitir que parte das uvas utilizadas na vinificação seja oriunda de vinhedos de fora do território demarcado, bastando que a cantina faça parte tanto deste território quanto da entidade que regule o processo, e que esteja a produzir de acordo com a normativa de produção estabelecida por esta entidade. Logo, uma Denominação de Origem representa uma normativa de produção mais restrita e, por isso, os vinhos que a sustentam são aqueles que se encontram no topo da pirâmide de qualidade dos vinhos finos.

A figura 2, abaixo, apresenta o desenho da classificação de qualidade no mercado de vinhos finos:

Fonte: Tonietto (2000)

Figura 9: Pirâmide das indicações geográficas para vinhos de qualidade.

Nos dias de hoje, o mercado vinícola encontra-se cada vez mais mundializado, e as oportunidades de escolha que se abrem aos consumidores de vinho são cada vez mais amplas. Cabe, portanto, às vinícolas, incrementarem sua competitividade que, como demonstrou

Schumpeter (1984), passou da eficiência estática para a melhoria dinâmica. E, assim, as vantagens competitivas não se baseiam unicamente em insumos baratos e em economias de escala. Pelo contrário, estão cada vez mais associadas à capacidade das empresas em se aprimorar e em gerar conhecimento e inovação que proporcionem uma posição mais confortável frente à concorrência. Resulta disto que as vantagens competitivas (dinâmicas) estão cada vez mais atreladas às capacidades organizacionais das firmas.

Nessa perspectiva, lançar mão de um produto diferenciado pode representar a oportunidade de construir a ponte para nichos de mercado mais exigentes. Posto de outra forma, as indicações geográficas são estratégias que possibilitam agregar valor aos produtos de origem agrícola. E abrem oportunidades de diversificação que se traduzem, também, em novos mercados.

Diante disso, uma indicação geográfica pode abrir a possibilidade de se escapar à competição por preços em mercados consumidores não tão exigentes ou, não tão atentos a qualidade dos produtos. O que se torna fundamental, principalmente quando se trata de uma região vitivinícola aberta à concorrência internacional e caracterizada pela agricultura familiar, onde as unidades produtivas não se compatibilizam com a produção em larga escala, tal qual o Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha.

Ao mesmo tempo, produtos que estampam selos de indicação geográfica reduzem a incerteza dos consumidores com relação à sua qualidade. Os signos distintivos dão a sinalização crível de que o produto guarda um certo padrão de qualidade, pois este reflete uma dada normativa de produção, que diz respeito tanto à vinha quanto ao vinho.

Dessa forma, o que emerge como elemento central das estratégias de indicações geográficas são, justamente, as diferenças regionais, pois, o princípio em que se baseia toda forma de certificação de origem controlada é a singularidade que se atribui ao produto. Por exemplo, o vinho do Vale dos Vinhedos é único por que carrega consigo características que só podem ser encontradas em um único lugar: o Vale dos Vinhedos.

Portanto, o que torna as estratégias de competição capitalista baseadas nas indicações geográficas tão promissoras repousa sobre o fato de que estas se baseiam em um atributo que não pode ser igualado: o território. Entretanto, quando nos referimos a um território não estamos a evocar, simplesmente, seus estoques de recursos naturais, mas também e, principalmente, suas

densidades econômicas, seu estoque de conhecimento contextualizado, sua forma de enxergar o mundo e de resolver problemas, ou seja, suas instituições[35].

Não obstante, as estratégias de indicações geográficas estão, ao nosso ver, associadas ao conceito de concorrência capitalista, nos termos em que esta ficou definida na literatura schumpeteriana. Nesse sentido, uma indicação geográfica é uma salvaguarda contra a imitação, e garante a detenção de uma vantagem competitiva dinâmica praticamente impossível de ser plenamente replicada.

Nessa linha, a indicação geográfica é uma ferramenta coletiva de promoção mercadológica, de diferenciação de produto e de enfrentamento concorrencial. Mas, o mais importante, é que essa ferramenta não é apenas coletiva, mas também e, principalmente, localizada espacialmente. É no espaço, construído socialmente, que se encontram os elementos que podem ser capturados e trabalhados para virarem uma indicação geográfica, incluída aí a herança cultural que vem com a historicidade do lugar. Nesse sentido, o saber fazer local é de grande importância para uma indicação geográfica, pois faz parte do núcleo que a sustenta.

As indicações geográficas permitem, portanto, que um grupo de produtores, que tenha o mesmo território com substrato de sua existência, promovam seus produtos coletivamente, com forte apelo em atributos locais, como técnicas agronômicas e recursos naturais que são típicos do lugar. Ou seja, com forte apelo nesse substrato, nesse espaço onde as relações sociais se concretizaram para, historicamente, transformá-lo no que ele é.

Portanto, o que as indicações geográficas afirmam é que existem espaços com diferentes conteúdos, e que exatamente nessas diferenças é que residem as vantagens competitivas. Contudo, para que possam ser dinamizadas é necessário que as ações individuais estejam orquestradas e caminhem no mesmo sentido. Qual seja: o de enaltecer o território de maneira organizada, para que dele possam ser captadas as externalidades positivas que são, como aponta a literatura neomarshalliana, externas à firma, porém internas ao território.

Todavia, não basta apenas que os lugares tenham suas peculiaridades, e que estas sejam a fonte de vantagens competitivas. É preciso que esses lugares não estejam isolados, que não sejam hermeticamente fechados, inatingíveis ao mundo exterior. É necessário que participem das mudanças que ocorrem a todo instante no ambiente capitalista. Pois, não faz sentido pensar em

[35] Reservamos o terceiro capítulo para falar sobre isso.

diferenças regionais como vantagens, se estas regiões não forem postas em contato, em oposição, em comparação. De que adiantaria que o vinho da região do Douro, em Portugal, ou do Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha, tivessem cada um, sua singularidade, se não se pudesse mostrar, de fato, que estas singularidades existem?

Nesse sentido, o que aparece como um movimento que pôs em marcha diversas estratégias de indicação geográfica é o caráter cada vez mais global da competição, que aumentou o número de concorrentes em muitos mercados locais. E que passou a confrontar produtos obtidos a partir de técnicas e recursos específicos e diversos.

2.4 A globalização, uma metáfora da perplexidade ou universo de trajetórias inesperadas;

De acordo com Milton Santos (1997), a história das relações entre sociedade e natureza se reflete, em última análise, na história da substituição dos meios naturais pelos meios técnicos, e apresenta características que se distinguem nas várias frações do globo. Nas sociedades primitivas o uso da técnica estava intimamente relacionado às condições naturais de determinada região, os sistemas técnicos não possuíam autonomia, encontravam-se diretamente interligados com as motivações locais e com as características da natureza.

Entretanto, com o passar do tempo, o processo técnico foi se libertando de sua dependência à natureza e, assim, a técnica começava a ganhar protagonismo, até encontrar um fim em si mesma. Os objetos técnicos, portanto, criaram sua própria razão e passaram a se sobrepor às questões naturais. Nesse momento, países, regiões e espaços passaram a se diferenciar também pelo seu estado da técnica, e não apenas pelos seus estoques de recursos naturais. (SANTOS, 1997).

Com isso emerge a crença de que o homem adquire novos poderes, que lhe conferem uma maior capacidade de enfrentar os desígnios da Natureza, não mais com objetos que seriam o prolongamento do seu corpo, mas com objetos que representam o prolongamento do território[36].

[36] Um objeto como prolongamento do corpo poderia ser, por exemplo, uma vara para apanhar frutas na parte cimeira de uma árvore.

Esse mecanismo, ao mesmo tempo em que proporciona uma certa autonomia do homem em relação à Natureza, também conduz a um aumento da divisão internacional do trabalho, ao distinguir regiões em relação ao seu grau de evolução técnica e especialização. Não obstante, faz crescer a necessidade dessas regiões em se relacionarem mutuamente, dado que o componente de especialização da produção as obriga a realizar, cada vez mais, trocas comerciais. A razão do comércio passa a ganhar maior importância e ultrapassa a lógica da Natureza. (SANTOS, 2007).

Entretanto, o referido autor alerta para o fato de que o caminho em que se dá a passagem do meio natural (pré-técnico) ao meio que ele chamou de técnico-científico-informacional, acontece de forma particular em cada lugar. Ademais, este último caracteriza-se pela profunda interação entre a ciência e a técnica (tecnociência), sob a égide do mercado, que se torna global exatamente em função da evolução da técnica e da ciência. A energia principal do funcionamento do meio técnico-científico-informacional é a informação, vetor fundamental do processo social e que possui, nos territórios, os equipamentos para facilitar sua circulação. (ibid.).

Ademais, para Santos (1997, p. 190):

> Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifícios. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural.

O processo de especialização[37], que fez surgir áreas onde a produção de certos produtos é mais vantajosa, ao mesmo tempo em que aumentou a necessidade de intercâmbio, criou, cada vez mais, valores de troca. Com isso, aumentou exponencialmente a necessidade de circulação de mercadorias. (SANTOS, 1997).

Conforme alertou Marx a revolução nos meios de produção na indústria e na agricultura tornaram necessária a revolução nos meios de transporte e comunicação. Ou seja, os novos estados da técnica, a crescente especialização da produção e o próprio imperativo da acumulação capitalista implicam, necessariamente, a superação das barreiras espaciais.

Dessa forma, as novas tecnologias de informação, comunicação e transporte colaboram com a anulação das barreiras espaciais e, nesse contexto, em que observamos a anulação do

[37] Esse processo não depende apenas da técnica e de condições naturais, mas também de condições sociais e econômicas. Como no caso dos agricultores do Vale dos Vinhedos que tiveram que se especializar na produção de vinho em função de não conseguirem escoar todos os produtos rurais que produziam com custos mais baixos do que os colonos alemães.

espaço pelo tempo[38], surge o sentimento de que o mundo tem se tornado cada vez menor (ou mais integrado). Portanto, ao se tornar "menor" o espaço também se torna mais competitivo, pois a conexão entre os lugares ficou mais rápida e mais barata.

Nessa perspectiva a abordagem neo-schumpeteriana enfatiza o papel das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na formação de um novo paradigma tecno-econômico, baseado num pacote de inovações que reduzem drasticamente os custos de armazenagem, processamento, comunicação e disseminação da informação. (Cassiolato & Lastres, 2003).

Nesse sentido, a evolução da técnica, associada, ou especialmente dirigida, para o desenvolvimento do setor de transportes encontra-se bastante relacionada com a necessidade de se "encurtar as distâncias". "A expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação de capital".(HARVEY, 2005, p. 53).

A globalização, por assim dizer, pode ser encarada com um processo de ações e reações, das regiões que se envolvem nesse movimento. E, por isso, "as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam".(SANTOS, 1997, p. 196).

Dessa forma, algumas empresas se defrontam com uma situação onde o estabelecimento de relações cooperativas ou associativas se torna quase como um caminho único para a sobrevivência. Sendo assim, muitas empresas buscam estipular parcerias para alcançarem as externalidades positivas que se produzem territorialmente, e que podem remeter às vantagens competitivas. Ademais, as estratégias de cooperação interfirma, não necessariamente em processos produtivos, mas também em ações de marketing ou esforços de vendas, podem ser uma forma de se contornar as barreiras impostas pelas exigências de grandes escalas, principalmente em um mercado "globalizado".

A globalização, nesse sentido pode ser interpretada como um fenômeno que, entre outras coisas, "reduziu" o espaço, abriu novas oportunidades de mercado, e colocou nas gôndolas dos supermercados um número cada vez maior de produtos, das mais variadas procedências. Diante desse quadro, foi que a diferenciação de produto ganhou importância e as garantias de qualidade tornaram-se importantes instrumentos de enfrentamento da concorrência, especialmente para produtos de origem agrícola.

[38] A redução no tempo gasto para se deslocar de um lugar ao outro tem provocado a sensação de que as distâncias se tornam menores.

E, assim, atributos como denominação de origem, rastreabilidade e transparência produtiva, vêm ganhando um espaço cada vez maior nos últimos anos. Pois, com isso, cria-se boa oportunidade para as empresas inserirem-se no ambiente competitivo. A diferenciação dos produtos, fruto de ações coletivas locais, através da criação de marcas geográficas, como forma de valorizar os usos e costumes locais, é capaz de proporcionar um diferencial competitivo para as empresas agroalimentares. Acredita-se que esta seja uma forma viável de desenvolvimento em áreas locais atingidas pelo processo de globalização e modernização da agricultura. (LYNS, 2004; GIORDANO, 2003).

Dessa forma, respostas locais (organizadas) ao novo espaço econômico da competição, tendem a valorizar aspectos da cultura local, como uma forma de atribuir peculiaridade e identidade, ou seja, singularidade ao produto. Com isso, cria-se um produto diferenciado, em meio a um movimento, muitas vezes, caracterizado pela homogeneização dos costumes, seja através dos hábitos de consumo, de alimentação ou mesmo de lazer. Basta ver o alerta de Graziano da Silva (1998) sobre a difusão da chamada dieta fordista, composta basicamente por massas, carnes e alimentos do tipo enlatados/congelados.

Entretanto, o próprio Graziano da Silva afirma (1998, p. 31) que:

> A grande novidade dos anos noventa é a globalização dos chamados alimentos frescos: frutas, legumes e verduras. O Chile é o paradigma dessa nova cadeia ("filier") de produtos frescos, que se estende para além daquele momento da produção (agrícola ou agroindustrial), em direção ao consumo. A novidade é que agregam, nessa ponta da cadeia, cada vez mais, novos serviços e novos agentes, reduzindo o peso dos elos tradicionais, de modo que o peso do que se chama "logística da distribuição" passa a responder pelo maior valor agregado da cadeia produtiva.

Cabe ressaltar que, como veremos, a produção de uvas de mesa no pólo vitícola tropical do Brasil, apresentou grande crescimento nos últimos anos, principalmente em função das exportações para países europeus.

Se, para Milton Santos, a gênese do processo de globalização se deu a partir da evolução técnica, que permitiu que as regiões se especializassem na produção daqueles produtos em que tivessem vantagens competitivas, para José Reis (2007), globalização é um termo que exprime uma metáfora: a da perplexidade das ciências sociais diante de uma série de acontecimentos, os quais lhe faltam argumentos para explicar.

Portanto, para Reis (2007), o recurso recorrente ao termo globalização manifesta, principalmente, as dificuldades de explicação das ciências sociais ante as transformações contemporâneas, especialmente dos últimos trinta anos. Segundo o referido autor, a ânsia de explicar tudo através de um paradigma da globalidade exprime uma atitude frágil: a de enxergar as regiões como parte de uma hierarquia, ou melhor, como prestadoras de um serviço às forças (globais) que as comandam. A lógica da globalização seria, assim, externa aos territórios.

Todavia, o referido autor chama a atenção para o fato de que essa abordagem ganha força em meio à falta de atenção para as capacidades de construção de dinâmicas diferenciadas, a partir da materialidade própria de cada espaço. Ou seja, a partir do que ele designou por territorializações, e que são, sobretudo, contextualizações do funcionamento econômico e social, onde a proximidade é determinante e onde se aproveitam iniciativas com raízes locais. Justamente por isso, é que as proximidades, quando postas em relação, geram as densidades econômicas de cada lugar.

E quanto a isso Reis (2007, p. 129) afirma que:

> É a formação e o uso do capital relacional gerado territorialmente que evidencia as escalas em presença e esclarece qual é a natureza do sistema urbano e o seu papel nos contextos mais vastos que o rodeiam (se é apenas local, infranacional, nacional ou transnacional).

Logo, o tipo de participação (ou não) no processo de globalização se torna fruto das iniciativas locais. Com isso, cria-se uma alternativa à idéia de que as regiões estariam a prestar um serviço as forças globais, heterônimas. Além disso, Reis (2007), assim como Graziano da Silva (1998), levanta uma questão importante: a de saber qual o alcance e os impactos da globalização?

Se, para o segundo, existem várias extensões da globalização na agricultura, com diferentes alcances e impactos; para o primeiro, as tensões que existem entre mobilidades e territorializações, podem definir diferentes dimensões e morfologias da globalização, para os diferentes territórios, em seus diferentes arranjos institucionais.

Além disso, para Reis (2007), o mundo é, em geral, maior do que se pressupõe, e a idéia da globalização é, em grande medida, uma metáfora justificada por um universo, o *universo-da-globalização*. Contudo, este universo é apenas uma parte do *universo-propriamente-dito,* que

integra outras duas partes importantes: a do *universo-da-não-globalização* e a do *universo-das-trajetórias-inesperadas*.

O *universo-da-não-globalização* seria, segundo Reis (2007), caracterizado por dois ambientes diferentes: o da exclusão, que resulta da procura não revelável pelos fatores globais; e o de um conjunto de práticas morais e econômicas que são completamente alheias ao processo de globalização, assentes em contextos essencialmente autônomos, não-sistêmicos.

O *universo-das-trajetórias-inesperadas* é aquele que sem ser excluído ou sem ser não-sistêmico, é tão universal quanto a globalização, porém parte de contextos próprios e tem a capacidade para criar as suas próprias trajetórias, a sua própria dinâmica, a sua própria forma de interagir globalmente. (REIS, 2007).

Nesse sentido, o que define este último universo é um conjunto de processos de vida que ocorrem em um contexto diferenciado, onde as instituições locais, como as normas sociais, as regras de comportamento, os códigos de conduta e os hábitos, configuram comportamentos de natureza particular, além de incertezas. Não há, portanto, garantia de que as economias, ao se tornarem desenvolvidas, estariam a convergir para um mesmo modelo.

Diante disso, Reis (2007) propõe que se faça uma leitura desapegada de preconceitos, onde se procure ler com imparcialidade os dados relacionados ao processo de globalização, como se nunca se tivesse ouvido falar neste termo. Com isso, segundo ele, identificaríamos velhas e novas problemáticas. Sendo que as novas são, justamente, as que convidam a reler os modos de funcionamento dos sistemas coletivos. Ou seja, a entender e a valorizar a importância das densidades econômicas locais, que são o resultado das interações e dos processos gerados socialmente, em um determinado espaço. As velhas ficariam a cargo das migrações e do comércio internacional.

Ao enaltecer a importância das dinâmicas locais, o referido autor não está a negar a importância das regulações supranacionais, e a intensificação dos processos de integração econômica, tal qual a formação de blocos como o Mercosul ou a União Européia, mas a defender que os caminhos da globalização se cruzam com caminhos contra-globalizantes, de diferenciação, e que estamos diante de tendências e contra-tendências, em que a convergência não é o destino certo de todos os lugares. E, por isso, é preciso reconhecer a tensão entre mobilidades e territorializações.

Para Graziano da Silva (1998), como já dissemos, paralelamente a homogeneização global no consumo e na produção de alguns produtos alimentícios, como carnes, massas e enlatados, existem, também, estratégias que buscam diferenciar produtos ao atribuir-lhes características territoriais, ou seja, singularidades, e isso se trata de um outro tipo de globalização.

Assim, para Reis (2007), existem quatro pilares críticos para interpretar a globalização:

1. Analisar os processos econômicos contrapondo mobilidades e territorializações, pois a idéia de que a dinâmica econômica procede da mobilidade dos fatores é tributária da hierarquização, além de desconsiderar a significância dos processos gerados localmente;
2. Considerar os limites da racionalidade e da organização, pois racionalidade absoluta e intencionalidade encontram limites nas dimensões morais e na incapacidade de processamento de informação;
3. Assumir a existência de incerteza e contingência, pois os modelos interpretativos assentes na racionalização e no formalismo ignoram essas questões porque reconhecem apenas as práticas mecanizadas. Sendo necessário, portanto, resgatar a dimensão humana e moral da vida;
4. Assumir a diversidade dos processos socioeconômicos, onde instituições diferentes geram trajetórias de crescimento diferentes, mas também existem para reduzir e contextualizar a incerteza.

Assim sendo, para Reis (2007), é necessário enxergar o processo de globalização sob a luz da tensão que se gera entre mobilidades e territorializações. Ou seja, contrapondo tendências heterônomas, como imitação, concorrência, difusão de práticas, comércio e mobilidade de capital (que empurram as nações para a convergência), com economias de aglomeração e formação de dinâmicas territoriais, como cooperação, conhecimento tácito, inter-relação sinérgica e culturas técnicas específicas (que puxam as nações para trajetórias próprias).

Nas suas palavras:

> É neste contexto que insisto na convicção de que a análise das tensões entre mobilidades e localizações não pode ser remetida para a busca das duas faces da mesma moeda a que nos conduz uma visão apenas dialética. Acho mais importante a procura das singularidades. A globalização e a localização são processos conflituais e, até, potencialmente independentes. Ambos, mas

> especialmente a localização, são constitutivos de trajetórias inesperadas. (REIS, 2007 p. 116).

Para Reis (2007), a economia do conhecimento e da aprendizagem é um dos recursos do território e, portanto, uma das formas de restrição à mobilidade. Pois, a questão central do conhecimento reside em seu armazenamento e não apenas na sua circulação em redes materiais. Em poucas palavras: informação não possui aplicabilidade sem conhecimento.

Quanto aos limites da racionalidade, o referido autor afirma que a economia da escolha coletiva, por exemplo, está para além do uso dos critérios de eficiência e maximização dos interesses individuais, e por isso parte de processos onde a proximidade entre as pessoas e o sentimento de pertencimento a um grupo social são relevantes no momento em que os indivíduos tomam suas escolhas. Além disso, o pressuposto da racionalidade plena dos agentes e o formalismo em que ela opera construíram um mundo habitado por seres dotados de uma simples psicologia hedonista, que reifica, atomizado, o indivíduo. Contudo, também existe um outro mundo, o da vida coletiva, o dos agentes dinâmicos, por ventura irracionais e até passíveis de gerarem desequilíbrios. (REIS, 2007).

Em relação às instituições, ou a economia institucional, Reis (ibid.), afirma que se trata de uma abordagem fortemente interacionista e evolucionista, que se nutre do sentido da ação coletiva e da dimensão moral das práticas humanas. As instituições são, para ele, *um mapa da complexidade do mundo*, e suas idéias centrais são: normas, hábitos, cultura, regras e ação coletiva; que resultam da idéia de que todas as culturas produzem significados materiais concretos, que são usados nas trocas, na produção e em tantas outras finalidades, como na satisfação moral dos indivíduos.

Nesse sentido, e:

> Exactamente porque há lugar para a construção voluntarista de instituições e mecanismos de coordenação, (que) cada economia tem que ser vista como um **sistema social de produção** e não apenas como um mercado. É por isso mesmo que as alternativas ao sistema de produção em massa, segundo tecnologias e produtos padronizados, são alternativas plurais e até divergentes. (REIS, 2007, p. 119 grifo e parênteses nossos).

Não há, portanto, *one best way*, mas uma diversidade de formas de produção aptas a conviver com, ou mesmo suceder, o modelo de produção em massa. Sinteticamente, falar de

elementos como normas e convenções sociais é falar de processos da vida e, portanto, é falar do institucionalismo que se iniciou com Veblen. Entretanto, tratar de institucionalismo, é tratar de uma série de imperativos ligados a ação racional, e não apenas ao autointeresse e ao pressuposto de que os indivíduos são egoístas e sempre preferem maximizar sua função utilidade. Tratar de institucionalismo é tratar da diversidade e da complexidade e, por isso, Reis (ibid.) vê nas visões institucionalistas a base para uma alternativa à perplexidade.

Nesse sentido, ao tocar na questão da diversidade econômica, ou seja, dos diferentes arranjos institucionais que geram diferentes sistemas sociais de produção, Reis (ibid.) nos relembra o debate que se tem feito sobre a natureza dos processos que originam os arranjos institucionais locais. E, assim, refaz a questão tão cara a esse debate: são exogenamente determinados ou tem uma gênese de base endógena?

É nesse momento, que cita Vázquez Barquero, dentre outros[39], como um dos representantes dos que acreditam no predomínio das bases endógenas para os processos constituintes de arranjos institucionais diversos.

Para Vázquez Barquero (1999; 2001), as empresas não competem isoladamente, mas o fazem de forma conjunta com o entorno produtivo e institucional de que fazem parte. Por isso é que as regiões competem entre si. Conseqüentemente, os territórios buscam fortalecer suas vantagens competitivas, mediante a melhora dos recursos locais e a especialização com respeito às demais regiões. Na medida em que se define este novo cenário, surgem novos espaços produtivos e as empresas e territórios começam a dar respostas estratégicas ao aumento da competição, com a recuperação dos laços entre as empresas e os territórios, o que permite redefinir as economias de escala das organizações produtivas.

Nessa perspectiva abre-se espaço para a ação de políticas públicas de cunho local, regionalizadas, mais ao estilo *botton-up* do que *top-down.* Como, por exemplo, o desenvolvimento de pesquisas especializadas, capazes de gerar conhecimento de forma atrelada ao território, nos moldes das que são realizadas pelo Centro Nacional de Pesquisa da Uva e do Vinho, da Embrapa, e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica que, em Bento Gonçalves, costumam trabalhar diretamente ligados às demandas dos atores locais, especialmente os do setor vitivinícola.

[39] Becatini e Garafoli são outros dos autores que acreditam no predomínio das bases endógenas para a formação de arranjos institucionais contextualizados e que também são citados por Reis (2007).

Além disso, para Vázquez Barquero (2001) a globalização é um processo liderado por aquelas regiões urbanas, bem equipadas, onde se concentra o conhecimento, a organização e a capacidade de produção, o que viabiliza as empresas a utilização de recursos de qualidade e a obtenção de economias de aglomeração.

Ademais, para Barquero (2001), a introdução de inovações nos métodos de produção e organização empresarial, tem gerado maior flexibilidade e proporcionado a formação de redes de firmas, em especial aquelas de caráter horizontal, com ampla capacidade de potencializar os sistemas locais de produção e de reduzir custos de transação. Como se verifica na APROVALE, uma rede de firmas mais ou menos horizontal que busca não apenas a redução de custos, mas também a promoção e o desenvolvimento do território como um todo, onde as empresas possuem uma ligação muito forte, mas também uma grande dependência.

Para Vázquez Barquero (1999, p. 19):

> El fortalecimiento de los sistemas productivos locales y los cambios en la organización de las grandes empresas y grupos industriales propician la recuperación de las relaciones entre empresa y territorio, lo que permite redefinir las economías de escala de las organizaciones productivas.

Além disso, para o referido autor, o conceito de desenvolvimento endógeno surge como uma alternativa de grande utilidade, tanto para que se possam analisar as mudanças em curso nas sociedades contemporâneas, quanto para que se possam tomar decisões, que orientem as economias locais. Dessa forma, a perspectiva do desenvolvimento endógeno leva em conta, em suas análises, não apenas aquelas variáveis de cunho essencialmente econômico, mas busca resgatar também o papel das instituições e das relações sociais que se produzem dentro do território e que servem de base para as relações econômicas.

Antes de tudo, afirma Vázquez Barquero (1999, p. 20):

> [...] la teoría del desarrollo endógeno considera que en los procesos de desarrollo intervienen los actores económicos, sociales e institucionales que forman el entorno en el que se desarrolla la actividad productiva y, entre ellos, se forma un sistema de relaciones productivas, comerciales, tecnológicas, culturales e institucionales, cuya densidad y carácter innovador va a favorecer los procesos de crecimiento y cambio estructural.

Nesse contexto, a criação e difusão de inovações exprimem fenômenos que surgem da relação das empreses com o ambiente ao seu redor, tendo em vista que são partes de uma resposta social e institucional ante as demandas de um mercado mais competitivo. E, dessa forma, Vázquez Barquero identifica uma política de desenvolvimento local como um conjunto de iniciativas que surgem da estratégia dos atores locais com vistas a aumentar a competitividade local, sendo imprescindível a presença de sinergia entre os inversores e o território, no sentido de estarem comprometidos com o desenvolvimento da região.

> Por ello, la sociedad civil y las organizaciones locales recuperan un nuevo protagonismo y sus respuestas a los retos del aumento de la competitividad son estratégicas para la configuración de la nueva división internacional del trabajo. La interacción de los actores presentes en los múltiples mercados, necesaria para dar respuestas eficaces en tiempos de globalización, requiere fortalecer los procesos de desarrollo endógeno". (VÁZQUEZ BARQUERO, 1999, p. 23).

Em suma, o processo de globalização é inegável, tanto em suas novas particularidades, como o fluxo instantâneo de informação, quanto nas velhas, como as migrações e o comércio internacional. Entretanto, muito se tem atribuído a esse fenômeno como uma medida evasiva à falta de argumentos para explicar a totalidade de transformações que se verificam nas sociedades contemporâneas, especialmente nos últimos trinta anos. Nesse sentido, fragiliza-se a análise econômica, na medida em que se deixa de dar atenção à importância das dinâmicas locais que emergem das inter-relações entre os agentes.

Entre essas dinâmicas, encontram-se formas de transmissão de conhecimento não codificado (tácito) e processos de geração de inovação que são contextualizados e que, portanto, são territorializações que se contrapõem às forças mobilizantes da globalização. Dessa tensão é que emergem as trajetórias inesperadas de inserção dos lugares no processo global, de que fala Reis (2007), justamente tratando-as como estratégias não necessariamente convergentes e, que por isso, são respostas autônomas à pressão da globalização caracterizada, principalmente, pelo aumento da concorrência nos mercados locais. Esse é o caso dos agentes do Vale dos Vinhedos que enfrentam uma situação de mercado na qual os importados representam mais de 70% do consumo.

2.5 Nova Sociologia Econômica, os mercados singulares e o mercado dos grandes vinhos;

De acordo com Rafael Marques (2003), a Nova Sociologia Econômica (NSE) pode ser lida como uma teorização sociológica dos fenômenos econômicos. Seu impulso inicial foi dado por Harrison White (1981) em sua discussão sobre a origem social dos mercados, e, posteriormente, a NSE recebeu grande destaque com Granovetter (1985), que retoma a noção de incrustação dos fenômenos econômicos em fenômenos sociais, e constituiu a postura epistemológica básica dessa corrente.

De qualquer forma, a NSE dirige suas críticas para alguns pressupostos básicos da economia neoclássica e para o programa de pesquisa estabelecido pela Nova Economia Institucional. Seus alvos são, sobretudo, os modelos de equilíbrio e racionalidade, mas também alguns pontos da sociologia clássica que costumam empobrecer os fenômenos econômicos em suas análises. Logo, a NSE nasce como um esforço para romper com as concepções sub e hiper socializadas da natureza humana. (MARQUES, 2003).

E assim sendo, a NSE parte de um interacionismo metodológico para afirmar a importância, ou melhor, o primado da confiança e das redes como tópicos principais de um projeto de investigação que concebe os atores sociais não como marionetes culturais, mas também não como um decisor estratégico capaz de maximizar suas utilidades em todos os momentos. Para a NSE o mecanismo de preços é mais opaco e socialmente construído do que o que se costuma ler nas formalizações da economia convencional, ou ortodoxa. E uma questão central permeia suas investigações: Qual a razão social subjacente a qualquer norma de fixação de preços no mercado? (MARQUES, 2003.).

Diante disso, não basta para NSE afirmar que os mercados são construções sociais, é preciso apontar as condições em que isso ocorre. Assim, se faz necessário entender a historicidade de cada mercado, para que se possam sublinhar seus aspectos de divergência. Logo, os mercados e as indústrias podem ser vistos como construções contingentes, que se constituíram de tal forma e não por outras, pelas razões sociais que lhes eram subjacentes e lhes deram a direção.(MARQUES, 2003).

Todavia, para os teóricos da NSE existe outro aspecto a considerar no conjunto de elementos que determinam a construção de um mercado: a criação de valores. Por isso, na indústria de lacticínios, por exemplo, há um trabalho para associar o consumo de leite e seus derivados a uma imagem de saúde. Da mesma forma, no mercado dos grandes vinhos, há um trabalho para associar o consumo de vinho fino a uma imagem de civilidade e erudição.

De acordo com Karpik (2007), foi através de um conjunto diversificado de dispositivos de julgamento que a crítica vinícola cresceu e, mais do que isso, constituiu um mundo estético, econômico e social dos grandes vinhos. Ela se encarnou nos papéis de técnico, de juiz, de pedagogo, de guia, de jornalista e, por vezes, se tornou onipresente.

Dessa forma, atrelados a uma determinada imagem (de saúde, de sucesso, de rebeldia, etc.), são construídos os nichos de mercado onde se difundem certos hábitos de consumo. Os mercados singulares, como pode ser o dos grandes vinhos, costumam fazer parte desse conjunto. Assim sendo, foi criada, pela crítica vinícola, a celebração dos grandes vinhos como obras de arte. A crença coletiva, associada à arte, de que a escolha do bom vinho integra os devotos de um mundo mais civilizado. E com isso, os críticos conseguiram partilhar a paixão pelo vinho, com as camadas sociais novas, bem de dinheiro e com desejo de participar à arte da mesa, como uma fração da arte de bem viver. (KARPIK, 2007).

E, assim, afirma Marques (2003, p. 8) que:

> Reflectir sobre esta modalidade de consumo surge como um alerta para a multiplicidade de dimensões do consumo que não se pautam necessariamente pela dupla regra da funcionalidade e da necessidade. Se o consumo dos economistas revela quase sempre esta dimensão mecânica e funcional, apostada na satisfação de necessidades ou na criação de utilidades, a NSE está bem mais interessada nos mecanismos do desejo, ultrapassando a ilusão da transparência das necessidades. Importa, pois, repensar a dinâmica social de criação de necessidades. Importa saber como do vazio se criam desejos. Importa saber como opera a economia libidinal [...] A NSE procura revelar até que ponto a luta pelo status e pela aquisição está patente em bens e serviços.

Dessa forma, paralelamente ao mercado convencional, da massificação dos padrões de conduta econômica que retira do consumidor sua capacidade de julgamento, evolui outro tipo de mercado, o das singularidades, onde os consumidores atribuem valor aos produtos, não em conformidade com utilidades marginais, mas em consonância com a subjetividade incomensurável de seu gosto pessoal.

É o caso, por exemplo, da busca de um psicanalista, de um advogado, de um bom restaurante, de um bom vinho, de um produto ou um serviço ecologicamente sustentável. Por mais que os preços contem, os mercados desses produtos não se formam com base nas mesmas regras que caracterizam os mercados de bens de massa e indiferenciados. (ABRAMOVAY, 2007).

Para Karpik (2007), mercados singulares são aqueles que possuem os seus funcionamentos caracterizados pela primazia da qualidade sobre os preços. Nesta perspectiva, uma singularidade pode, e deve ser compreendida como uma qualidade específica de um produto, que embora não esteja explicitamente aparente, sirva para lhe atribuir unicidade. Uma característica singular pode surgir de uma técnica produtiva ou mesmo de uma condição territorial, como no caso de uma matéria-prima utilizada para fabricação de determinado bem. É nesse contexto que se insere o *terroir*, como fonte de singularidade para os vinhos finos.

De acordo com Tonietto (2007), *terroir* é uma palavra francesa originária do ano de 1.229, proveniente do latim popular *territorium.* Atualmente, na França, o termo está associado a uma conotação positiva em relação ao vinho, e pode ser encontrado em dicionários como sinônimo de: "um gosto particular que resulta da natureza do solo onde a videira é cultivada".

Entretanto, a palavra *terroir* ultrapassa esse conceito, e representa a interação entre o meio ambiente e o homem. E, de acordo com Tonietto (2007, p. 8):

> [...] esse é um dos aspectos essenciais do terroir, de não abranger somente aspectos do meio natural (clima, solo, relevo), mas também, de forma simultânea, os fatores humanos da produção - incluindo a escolha das variedades, aspectos agronômicos e aspectos de elaboração dos produtos. Na verdade o terroir é revelado, no vinho, pelo homem, pelo saber-fazer local. O terroir através dos vinhos se opõe a tudo o que é uniformização, padronização, estandardização e é convergente ao natural, ao que tem origem, ao que é original, ao típico, ao que tem caráter distintivo e ao que é característico [...] não existe terroir sem o homem. O termo terroir, então, apresenta uma coerência geográfica, sócio-econômica e jurídica. Na verdade ele está na base do conceito das denominações de origem.

Assim, o *terroir*, além de ser um elemento de diferenciação para os vinhos finos, é também uma espécie de conhecimento contextualizado, ou territorializado. Pois, como afirmou Tonietto (ibid.), ele está ligado ao saber fazer local. Por isso, ao não estar associado unicamente aos aspectos do meio natural, mas também aos fatores humanos, ou seja, a forma pela qual os

homens transformam este meio natural, o *terroir* acaba por se tornar um fator de diferenciação regional, e contribui de forma especial para o desenvolvimento de territórios que se caracterizem pela tradição vitivinícola, como o Vale dos Vinhedos, na serra gaúcha, ou a região de Bordeaux, na França. Por ser localizado, esse conhecimento depende, em larga medida, da interação e da cooperação entre os agentes locais para se difundir.

Além disso, um vinho que possui *terroir* é um vinho que não pode ser considerado como um produto homogêneo, caracterizado pela padronização. E, dessa forma, se trata de um produto distinto, singular, e que, portanto, não pode ser interpretado a partir da lógica de mercado da economia convencional. Por isso, os grandes vinhos enquadram-se numa modalidade de consumo diferente, onde as escolhas e, principalmente, as diferenças não estão assentes em preços, mas em padrões de qualidade. E onde os preços e as quantidades produzidas não se dão pela intersecção das curvas de oferta e demanda, justamente como afirma a NSE.

Ademais, Simões (2006) afirma que a evolução da legislação em termos de qualificações para os vinhos reflete de forma clara o processo de construção social das diversas convenções de qualidade. Numa perspectiva próxima a esta, Karpik (2007), coloca que a dimensão qualitativa dos produtos advém do espaço das relações sociais e não de sua capacidade para satisfazer necessidades[40].

Por exemplo, o consumidor não costuma se guiar apenas pelas características sensoriais dos vinhos, mas pela classificação de atributos escolhidos (socialmente) para compor uma cesta de atributos que servem para o julgamento da qualidade, que nem sempre está em conformidade com o seu gosto. Nesse conjunto de dispositivos de julgamento aparece então uma série de mecanismos que servem para auxiliar os consumidores nas suas escolhas, como revistas especializadas, guias de consumo e selos de denominação de origem. (KARPIK, 2007).

Produtos singulares apresentam uma configuração própria de qualidades que englobam características não necessariamente inerentes ao produto. Trata-se de um conjunto incomensurável de significações particulares que estão associadas às bases do julgamento dos consumidores, que são indeterminadas. Por exemplo, a escolha de um roteiro turístico, depende largamente do gosto do viajante para com uma série de situações e produtos nelas envolvidos, e

[40] Características que apontam realmente para a qualidade não são os determinantes da escolha dos consumidores, mas sim suas características secundárias, ou classificações, como no caso dos vinhos.

não há como medir tal preferência, pois ela não se baseia em critérios objetivos, mas em critérios que são amplamente subjetivos.

Nessa perspectiva, quando um consumidor decide comprar um vinho numa cantina do Vale dos Vinhedos, por exemplo, ele está adquirindo não apenas uma garrafa de um varietal que lhe apraze o paladar, mas também a paisagem dos vinhedos e toda a aura que envolve o universo onde esse vinho foi produzido. A mensuração deste valor é impossível de ser feita, assim como o vinho carrega uma qualidade que lhe é, ao mesmo tempo intrínseca e subjetiva. Trata-se, portanto, de um produto singular.

Dentro dessa perspectiva, é que cresce a incerteza sobre a qualidade dos produtos, não mais homogêneos como os do padrão fordista, mas diferenciados. Com isso, protela-se o julgamento a respeito dessa qualidade. Se, para os produtos de consumo em massa, a qualidade é conhecida de antemão, para os produtos singulares ela só será revelada após a compra. (KARPIK, 2007).

Dessa forma, como a incerteza sobre a qualidade é maior no mercado de produtos singulares do que nos produtos massificados, é necessária a criação de um conjunto de dispositivos que servem para guiar a escolha dos consumidores. É nessa perspectiva que se enquadram as críticas especializadas sobre vinhos, mas, sobretudo, é por essa via que se erguem as estratégias de certificações e rastreabilidade, como as indicações geográficas.

Não obstante, o que importa reter é que esses dispositivos são construídos socialmente, e não devem ser vistos como mecanismos de dominação sobre um consumidor passivo. Os dispositivos de julgamento são modalidades de construção da confiança, indispensável ao mercado das singularidades, e onde os consumidores dialogam com os produtores e com a crítica especializada.

Nesse sentido, a NSE trabalha com três conceitos nucleares: confiança, capital social e redes. Com isso, se propõe a estudar os mecanismos sociais que proporcionam o estabelecimento de redes de relações sociais continuadas. Justamente por isso, é que a NSE utiliza uma acepção que estabelece o primado de uma ordem interacionista, ou seja, parte do interacionismo metodológico para entender diversas dinâmicas que ocorrem nas sociedades, como a formalização de contratos, grupos empresariais e instituições econômicas. Ao contrário da

economia ortodoxa que trabalha com o individualismo metodológico (o do ser atomizado e egoísta).

Nesse sentido, ou seja, o da importância das inter-relações, o capital social e a confiança são, para os teóricos da NSE, os óleos que lubrificam as juntas econômicas e garantem a presença da dimensão social nos fenômenos econômicos, ao passo que as redes compõem a estrutura que define os padrões de comunicação e as hipóteses de difusão. Diante disso, parece que a questão territorial harmoniza-se com o aporte do interacionismo metodológico da NSE, pois, elementos como capital social e redes, são frutos de interações que só podem se materializar em um espaço e em um tempo determinado.

De acordo com Marques (2003), a importância da confiança para as relações econômicas assenta-se no fato de que ela funciona como um óleo que acelera as relações sociais e econômicas. Além disso, a confiança garante arranjos menos complexos de organização da vida social e econômica. Pois, confiar no parceiro relacional, estabelece um mecanismo mais simples das relações sociais, sem que seja preciso uma forma excessivamente coercitiva de garantia da ordem.

Nas palavras de Marques (2003, p.13): “Os contextos, os sistemas de interação, as oportunidades estruturais, os recursos disponíveis e, sobretudo, as molduras decisionais (frames) definem as margens entre as quais flutua o quadro de escolhas de um ator”.

Dessa forma, os sistemas de interação dão o crivo às escolhas dos agentes, ao revelarem que, de fato, as ações econômicas estariam enraizadas em contextos sociais. Justamente por isso, Reis (2007) afirma que as preferências são endógenas, ou seja, os indivíduos tomam decisões por meio de interações de natureza contextual, política e social. Assim, também o conhecimento se torna contextual, especialmente aquele de ordem tácita, e que não pode ser transmitido por códigos formais.

Numa perspectiva semelhante, Fligstein (2003) criou a metáfora do “mercado enquanto política” e, com esta, procura explicar a criação de estruturas sociais que servem de base para o mercado. Essas estruturas buscariam mitigar os efeitos da concorrência por meio da construção de um “mundo estável”, em que a sobrevivência é o grande objetivo. É o caso da APROVALE, uma estrutura de governança privada, que nasce da necessidade dos atores locais em se organizarem para um melhor enfrentamento à concorrência em nível global. Seu sucesso depende

diretamente da capacidade local de efetivar tal organização, o que é facilitado pelo sentimento de pertencimento à comunidade, mas também pelo estoque de capital social do território, uma vez que este último facilita a ação coordenada.

Para NSE, não existe, pois, uma forma padrão de mercado eficiente, para a qual as sociedades industriais tendem a convergir, conforme indicam os pressupostos da teoria neoclássica. Ou seja, a seleção de formas eficazes de mercado pode não estar orientada por escolhas egoísticas, mecanicamente atomizadas. Sendo assim, a "mão invisível" pode, em alguns casos, materializar-se sob a forma de alguma estrutura de governança, estrategicamente montada pelo conjunto social.

De acordo com Abramovay (2004, p. 44):

> A sociologia econômica contemporânea tem justamente esta característica de conceber os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social e não como premissas cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva.

Nesse sentido, Reis (2007) defende a existência da intencionalidade dos agentes, ou seja, o desejo dos atores sociais de tomarem para si o controle das situações mediante a criação de contextos que sejam mais estáveis ou, em outras palavras, menos incertos e potencialmente mais manejáveis. Por isso, a afirmação de que os indivíduos possuem intencionalidade. Nas palavras de Reis (2007, p. 35):

> [...] uma visão mais sofisticada dos atores sociais que intervêm nas interações que formam a vida coletiva parece necessária e útil. As visões institucionalistas do mundo econômico, social e político e as perspectivas sobre a governação não se estruturam plenamente sem uma noção clara de que os atores são relevantes. E eles apenas o são na medida em que se lhes reconheça intencionalidade, consciência e identidade.

Na construção do arcabouço teórico do "mercado enquanto política", Fligstein (2003) atribuiu papel central às instituições, com poder de orientação das ações dos agentes pelos caminhos da competição, cooperação e transação. Nesse sentido, Reis (2007) chama a atenção para o fato de que as instituições reduzem a incerteza, pois servem de base para a ação individual. Dada a impossibilidade de deduzir o futuro a partir do passado, as instituições servem de referenciais à escassez de previsibilidade.

Baseado no conceito de incrustação, a construção social dos mercados ganha relevância, e a visão deste como o amorfo palco do jogo entre oferta e demanda cede lugar a uma análise fundamentada nos mecanismos de ordem social que conduziram a determinada organização mercantil em diferentes regiões. Nesse sentido, a NSE busca apreender as características históricas de construção dos distintos mercados, realçando suas peculiaridades e, portanto, suas divergências. Ressalta-se, pois, que:

> A teoria complexa da ação proposta pela NSE vive de atores sociais dotados de racionalidades limitadas, conduzidos por boas razões e por lógicas sociais dominantes, submetidos ao crivo de sistemas de interação que atualizam e reorientam as próprias decisões tomadas. (MARQUES, 2003, p. 13).

Portanto, se os agentes não são atomizados, são capazes de considerar, em suas escolhas, razões sociais, que obedecem às lógicas sociais prevalecentes, podemos entender que as regras de comportamento e os códigos de conduta são instituições de caráter informal. Essas instituições são mais facilmente identificadas em nível territorial e servem de base para a ação dos agentes na configuração da estrutura econômica local. Incluindo-se aí a formação de sistemas produtivos locais, como encontrado no âmbito do Vale dos Vinhedos.

Considerações finais

Neste capítulo, nos ocupamos em analisar alguns aspectos relacionados às estratégias de diversificação das vinícolas e, com isso, nos foi possível não apenas observar, mas principalmente, sublinhar a importância da pesquisa científica para o desenvolvimento destas estratégias e, consequentemente, para o desenvolvimento da própria indústria vitivinícola brasileira.

Procuramos realçar que o acirramento da concorrência no mercado nacional de vinhos finos, pós-integração ao MERCOSUL, expôs a fragilidade dos vitivinicultores da Serra Gaúcha, especialmente em relação aos seus concorrentes chilenos e argentinos. Fragilidade esta que se

traduz em maiores custos de produção tanto para as vinhas quanto para os vinhos da Serra Gaúcha.

Buscamos demonstrar que algumas vinícolas, da tradicional região produtora do Vale dos Vinhedos, têm procurado diversificar sua produção seja pela indicação geográfica, seja pela inclusão de novas regiões produtivas no mapa da vitivinicultura brasileira. Nesse sentido, o desenvolvimento de pólos vitivinícolas na Campanha Gaúcha e no Vale do São Francisco são expoentes de diversificações que têm conduzido o setor vitivinícola a um desenvolvimento que é fortemente tributário dos resultados das pesquisas e dos avanços científicos liderados principalmente pelas instituições estatais, como a EMBRAPA.

Não obstante, procuramos realçar a importância das capacidades organizacionais desenvolvidas pelas vinícolas do Vale dos Vinhedos, capacidades estas que são oriundas do aprimoramento de processos e rotinas ao longo do tempo, de forma a criar um tipo de recurso específico para as firmas, um recurso que não se encontra disponível no mercado e, portanto, um recurso que origina vantagens competitivas dinâmicas. São estas vantagens que, por seu turno, possuem a capacidade de sustentar a firma em uma posição mais favorável frente às demais concorrentes.

Assim, a diversificação que se fortaleceu por meio da produção vitivinícola no pólo tropical e da Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos, buscou esteio na pesquisa e na geração de conhecimento por parte das instituições públicas. A I.P.V.V. é, acima de tudo, fruto da ação dos produtores privados de vinhos, mas estes combinaram o conhecimento fornecido pelas instituições públicas com aqueles que construíram ao longo do tempo pela experiência prática. Ou seja, combinou-se o conhecimento codificado e gerado pelas instituições públicas de apoio a pesquisa com o conhecimento proveniente das capacidades organizacionais das vinícolas.

Não obstante, procuramos demonstrar que o reconhecimento obtido pela I.P.V.V., no contexto vinícola internacional, tem proporcionado aos vitivinicultores do Vale dos Vinhedos a exploração de nichos de mercado mais sofisticados e exigentes, como o europeu.

Além disso, procuramos esclarecer do que se trata e qual a importância das indicações geográficas. E, dessa forma, sublinhamos que estas são, antes de tudo, construções sociais, erguidas sobre as características típicas dos territórios capazes de atribuir singularidade aos produtos. Dentre estas, aparecem tanto os recursos naturais quanto o saber fazer local. E,

portanto, constatamos que a maneira pela qual o homem interage com os recursos físicos, naturais do território, importa, não apenas para gerar produto, mas também e principalmente para gerar um produto diferenciado.

Logo, o que as indicações geográficas afirmam é que existem espaços com diferentes conteúdos, e que exatamente nessas diferenças é que residem as vantagens competitivas. Contudo, para que possam ser dinamizadas é necessário que as ações individuais estejam orquestradas e caminhem no mesmo sentido. Qual seja: o de enaltecer o território de maneira organizada, para que dele possam ser captadas as externalidades positivas que são, como aponta a literatura neomarshalliana, externas à firma, porém internas ao território.

Assim, concluímos que o que emerge como elemento central das indicações geográficas são os atributos do território que não podem ser replicados em outros contextos, mas sim trabalhados e potencializados em seus respectivos ambientes para se tornarem fornecedores de singularidade ao produto local.

Outrossim, concluímos que uma indicação geográfica é uma ferramenta coletiva de promoção mercadológica, de diversificação e diferenciação da produção e de enfrentamento concorrencial por parte dos produtores de determinado território. O que reforça a idéia de que os atores do Vale dos Vinhedos buscam soluções baseadas no associativismo.

Além disso, as indicações geográficas constróem-se através da singularização da produção. E, dessa forma, a par do mercado convencional, da massificação dos padrões de conduta econômica que retira do consumidor sua capacidade de julgamento, evolui outro tipo de mercado, o das singularidades, onde os consumidores atribuem valor aos produtos, não em conformidade com utilidades marginais, mas em consonância com a subjetividade incomensurável de seu gosto pessoal. Destacamos, portanto, que mercados são, acima de tudo, construções sociais, e não apenas o amorfo palco de interação entre curvas de oferta e demanda.

Nesse sentido, emergem o mercados singulares, justamente aqueles que possuem os seus funcionamentos caracterizados pela primazia da qualidade sobre os preços. Nesta perspectiva, uma singularidade deve ser compreendida como uma qualidade específica de um produto, que embora não esteja explicitamente aparente, sirva para lhe atribuir unicidade. Uma característica singular pode surgir de uma técnica produtiva ou mesmo de uma condição territorial, como no caso de uma matéria-prima utilizada para fabricação de determinado bem.

É nesse contexto que se insere o *terroir*, como fonte de singularidade para os vinhos finos. Logo, o *terroir*, é um elemento de diferenciação para os vinhos finos, construído a partir do conhecimento contextualizado, ou territorializado, intimamente ligado ao saber fazer local. Por conseguinte, um vinho que possui *terroir* é um produto distinto, singular, e que, portanto, não pode ser interpretado a partir da lógica de mercado da economia convencional.

Procuramos demonstrar, também, que a busca pela criação de um produto singular por parte dos vitivinicultores do Vale dos Vinhedos faz parte de um universo que engloba múltiplas trajetórias: o *universo da globalização*. E, com isso, resgatamos a opinião de autores que salientam que, em vez de continuar se constituindo em uma metáfora da perplexidade, a globalização deve ser analisada na totalidade de suas manifestações.

Ou seja, a globalização implica em diferentes trajetórias, diversas formas de inserção para os diferentes lugares. Nestas, há espaço para a padronização e massificação dos hábitos de consumo e produção, sem dúvida alguma; mas também há espaço para a singularização da produção e para a valorização do que é essencialmente local e distintivo.

Procuramos demonstrar, outrossim, que as regiões não estão a prestar um serviço as forças globais, heterônomas. Não se trata de incluir espaços de forma hierárquica em uma geografia que vai se alargando ao sabor do mais forte, ou a serviço de um centro. Pelo contrário, os lugares possuem voz ativa que lhes permitem pleitear de que forma se dará sua participação neste processo, ou mesmo a sua não participação.

Nesse sentido, a globalização deve ser entendida a partir da tensão que é gerada entre as mobilidades e as territorializações. Pois, falar em territorializações é reforçar o papel central dos lugares, e das densidades socioeconômicas que se geram territorialmente e que servem como elementos distintivos da produção, da organização mercantil, da vida social e, portanto, das trajetórias de inserção dos espaços naquilo que Reis (2007) chamou de *universo-da-globalização*.

Em suma, o processo de globalização é inegável, tanto em suas novas particularidades, como o fluxo instantâneo de informação, quanto nas velhas, como as migrações e o comércio internacional. Entretanto, muito se tem atribuído a esse fenômeno como uma medida evasiva à falta de argumentos para explicar a totalidade de transformações que se verificam nas sociedades contemporâneas, especialmente nos últimos trinta anos. Nesse sentido, fragiliza-se a análise

econômica na medida em que se deixa de dar atenção à importância das dinâmicas locais que emergem das inter-relações entre os agentes.

Por fim, gostaríamos de destacar que, a nosso ver, a economia convencional peca em considerar o indivíduo unicamente como um ser que não estabelece inter-relações sociais significantes em suas escolhas econômicas. Logo, o pressuposto da atomização dos agentes, empobrece a análise econômica ao inviabilizar que a ela se acrescente a estrutura social. Tal procedimento, a par do pressuposto do egoísmo, desemboca, aos nossos olhos, em um reducionismo da natureza humana, e em um enfraquecimento da análise econômica, uma vez que muitos dos fenômenos econômicos encontram-se imbricados em uma estrutura social que lhes fornecem não apenas esteio, mas também direção.

E assim sendo, é preciso fazer-se jus a NSE por partir de um interacionismo metodológico em um projeto de investigação que concebe os atores sociais não como marionetes culturais, mas também não como um decisor estratégico capaz de maximizar suas utilidades em todos os momentos. Para a NSE o mecanismo de preços é mais opaco e socialmente construído do que o que se costuma ler nas formalizações da economia convencional, ou ortodoxa. E uma questão central permeia suas investigações: Qual a razão social subjacente a qualquer norma de fixação de preços no mercado?

Diante disso, não basta para NSE afirmar que os mercados são construções sociais, é preciso apontar as condições em que isso ocorre. Assim, se faz necessário entender a historicidade de cada mercado, para que se possam sublinhar seus aspectos de divergência. Logo, os mercados e as indústrias devem ser vistos como construções contingentes, ao passo que as economias, como sistemas sociais de produção.

Todavia, para os teóricos da NSE existe outro aspecto a considerar no conjunto de elementos que determinam a construção de um mercado: a criação de valores. Por isso, na indústria de lacticínios, por exemplo, há um trabalho para associar o consumo de leite e seus derivados a uma imagem de saúde. Da mesma forma, no mercado dos grandes vinhos, há um trabalho para associar o consumo de vinho fino a uma imagem de civilidade e erudição.

Portanto, procuramos demonstrar que foi através de um conjunto diversificado de dispositivos de julgamento que a crítica vinícola cresceu e colaborou para constituir um mundo

estético, econômico e social dos grandes vinhos. Ela se encarnou em diversos papéis: de técnico, de juiz, de pedagogo, de guia, de jornalista e, por vezes, se tornou onipresente.

Dessa forma, atrelados a uma determinada imagem (de saúde, de sucesso, de rebeldia, etc.), são construídos os nichos de mercado onde se difundem certos hábitos de consumo. Os mercados singulares, como o dos grandes vinhos, costumam fazer parte desse conjunto. Assim sendo, foi criada, pela crítica vinícola, a celebração dos grandes vinhos como obras de arte. A crença coletiva, associada à arte, de que a escolha do bom vinho integra os devotos de um mundo mais civilizado. E com isso, os críticos conseguiram partilhar a paixão pelo vinho, com as camadas sociais novas, bem de dinheiro e com desejo de participar à arte da mesa, como uma fração da arte de bem viver.

Capítulo 3

O território Vale dos Vinhedos

Nesse capítulo nossa missão principal é a de esclarecer qual a visão que temos a respeito do conceito de território. O que enfim entendemos por ele. Nesse sentido, percorreremos o caminho que nos coloca, a cada passo, frente a uma série de elementos que entendemos ser de boa importância para a análise de desenvolvimento territorial.

Portanto, trazemos à baila nesta parte do trabalho uma conceituação de território, que se dá mediante uma breve descrição de alguns de seus principais elementos constitutivos. Mas, sobretudo, daqueles que entendemos ser os mais importantes para alavancar um processo de desenvolvimento endógeno.

Não obstante, à medida que se avance a leitura, ficará cada vez mais patente a sensação de que estamos, na verdade, a realizar uma discussão que tem por de trás a intenção de resgatar a síntese de uma análise institucionalista. Pois, por ser uma construção social é que o território se fundamenta em suas instituições.

3.1 Perspectiva de território

Uma vez que o presente trabalho propõe uma tentativa de utilizar a noção de território como um elemento articulador de várias dimensões, dentre as quais a política, a institucional, a tecnológica, a econômica e a social. Ressalta-se, logo de início, que o território deve ser entendido como uma porção do espaço, que é socialmente construído levando em consideração o histórico de inter-relações sociais e econômicas geograficamente localizadas. (Abramovay, 2004).

Dessa forma, argumenta-se que noção de territorialidade abarca questões que vão além de sua dotação de recursos naturais, mas evoca o papel central que as instituições exercem sobre a

dinâmica da economia e da sociedade local, bem como a importância de sua trajetória histórica. Em outras palavras, as instituições locais importam e suas dinâmicas são determinadas pelo contexto social e pelo processo de desenvolvimento histórico do território.

Nesse contexto, as instituições:

> quer as entendamos de forma soft como os hábitos, as rotinas, as convenções, as normas e as regras que enquadram a vida individual e coletiva, quer as entendamos de forma hard como as organizações e os aparelhos em que assentam as configurações político-institucionais, **são as entidades através das quais se definem restrições e possibilidades da ação humana**. São também o grande elemento de diferenciação das economias. (REIS, 2007, p. 30, grifo nosso).

Em territórios como o do Vale dos Vinhedos, a formação de um determinado arranjo institucional se deu com base no comportamento recorrente dos agentes locais que, ao longo do tempo, acabaram por se transformar em normas e em hábitos. Estas instituições, por sua vez, auxiliaram na organização de certos mecanismos de coordenação das ações individuais e coletivas, e contribuíram, muitas vezes, na formação das condições de setorialização da indústria vitivinícola no Rio Grande do Sul, como no surgimento do movimento cooperativista, por exemplo.

Portanto, no âmbito de um território existe historicidade que lhe confere certas idiossincrasias. E assim sendo, aquilo que emerge do histórico de inter-relações sociais aparece como um dos elementos centrais a condicionar suas dinâmicas econômicas, como no caso dos processos inovativos, cooperativos, associativos e etc. Em outras palavras, as densidades econômicas que se formam territorialmente pela interação e proximidade entre os atores são, de fato, relevantes. Justamente como afirma Reis (2007).

Sendo assim, dentro do conjunto de elementos que caracterizam determinado território, sobressaem-se alguns que podem ser considerados, a nosso ver, como de maior relevância ao processo de desenvolvimento local. Dentre os quais, gostaríamos de destacar: (i) capacidade organizativa por parte dos atores locais; (ii) capacidade de difundir conhecimento, informação e inovações; e (iii) tendência/facilidade de se articular em torno de redes. As idéias de autores como Reis (2007), Barquero (1999; 2001), Cassiolato e Lastres (2003), dentre outros, avalizam essa idéia.

Nessa perspectiva, cada território produz, ao longo do tempo, um determinado conjunto de instituições, que servem de base para a ação dos agentes locais. No âmbito destas instituições, encontram-se as concepções de controle, de caráter *soft*; e as estruturas de governança, de caráter *hard*[41]. A ação conjunta de ambas conduz a uma espécie de ordenamento das ações individuais.

As concepções de controle podem ser entendidas como sendo os parâmetros do entendimento, ou seja, constituem-se nas formas pelas quais os atores enxergam o universo a sua volta. Nas palavras de Fligstein (2003): suas *"visões de mundo"*. No que tange ao Estado, o referido autor afirma que este deve ratificar a concepção de controle vigente, contribuindo para a sua criação ou, pelo menos, não se constituindo em uma oposição.

Com relação às estruturas de governança, apreende-se uma definição adequada a partir da formulada por Cassiolato & Lastres (2003, p. 42), na qual:

> O conceito de governança parte da idéia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores – Estado, em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais etc. – nos processos de decisões locais.

Assim, emerge a importância de questões como a das sinergias entre o poder público e a sociedade civil organizada, para se levantar uma estratégia de desenvolvimento local. As estruturas de governança, por seu turno, caminham no sentido de promover esse diálogo, de construir essa relação sinérgica entre diferentes esferas da sociedade. Além disso, sempre que houver certa homogeneidade entre as concepções de controle por parte dos agentes locais, torna-se mais fácil construir uma estrutura de governança que consiga equacionar os problemas do território.

Já Reis, é tributário de uma noção de governação (governança) social um pouco mais ampla, mas muito parecida com a formulada por Cassiolato e Lastres, e que:

> [...] parte de uma taxonomia dos arranjos institucionais e inclui vários modos de coordenação da ação coletiva: mercados e hierarquias empresarias (que exprimem o auto-interesse e assentam, os primeiros, em formas de poder horizontal e, as segundas, numa forma de poder vertical); comunidades e Estado (que exprimem normas sociais compulsórias, assentando as primeiras em formas de poder horizontal e o Estado em forma de poder vertical); associações e redes

[41] Para utilizar a conceituação de Reis (2007), vide citação da página anterior.

> (em que se registra uma combinatória de formas de poder e de motivos para ação). (REIS, 2007, p.128).

Para Reis, a coordenação aparece de várias formas e se concretiza em diferentes territórios. Além disso, para ele, a governação define e é definida pelos diversos territórios. A coordenação se faz em várias escalas, e seu objetivo teórico principal é o dos mecanismos de coordenar os atores, individuais e coletivos, e os espaços em que a economia funciona. *"O problema central da governação é o de governação de diversas ordens relacionais"* (REIS, 2007, p. 37).

Ademais, para ele, o mercado enquanto espaço único da coordenação só acontece sob as estritas exigências da economia convencional, ou seja, em um ambiente perfeitamente concorrencial e desprovido de assimetrias de informação. Contudo, em muitas situações, a realidade é outra, onde existe fricção, e onde são necessários outros mecanismos de coordenação, além do mercado.

Assim, abre-se espaço para o surgimento de mecanismos de coordenação das ações individuais como a associação em torno de cooperativas, sindicatos, associações de produtores, etc. Nesse sentido, acreditamos que a APROVALE desponta como uma estrutura de governança que visa coordenar as ações dos agentes no Vale dos Vinhedos, e, por isso, reflete o sentimento que existe em cada associado em se tornar sujeito do processo de desenvolvimento local. Ou seja, a intencionalidade, de que fala Reis (ibid.), e que manifesta a tentativa por parte dos indivíduos de manejar o contexto, ou seja, de torná-lo menos incerto.

Em suma, uma estrutura de governança emerge a partir da vontade dos atores em se tornar protagonistas dos processos de desenvolvimento econômico, especialmente em um âmbito territorial, onde uma ação individual possui fortes efeitos sobre o conjunto da sociedade, e onde a regulação deixada a cabo do mercado não é suficiente para equacionar os problemas locais. Nessa perspectiva, a ação estatal pode ter, na estrutura de governança organizada pela comunidade, um canal eficiente de comunicação para o arranjo de políticas públicas.

A APROVALE, nesse sentido, torna-se um exemplo da importância das estruturas de governança para o desenvolvimento local. Pois reflete, enquanto organização norteada por instituições locais, a base social que fundamenta grande parte das relações econômicas que se realizam no território do Vale dos Vinhedos. A APROVALE é resultado de um projeto político-

social constituído localmente, a partir de sua base e não de uma tentativa de imposição de políticas públicas que partam de cima para baixo. Seu traço mais marcante é a conformidade com a história do território. O associativismo é, como vimos no primeiro capítulo, uma prática bastante difundida entre aqueles que produzem uva e vinho.

Além disso, uma estrutura de governança nos termos da APROVALE também pode ser lida como uma entidade de representação de interesses em que a ação ultrapassa os assuntos ligados estritamente a um produto específico, ou setor. Em outra palavras, as reivindicações e as ações da APROVALE repousam também sobre questões, por exemplo, de caráter ambiental. A preocupação com a descaracterização do território está sempre na pauta desta associação de produtores, pois a manutenção da identidade territorial é requerimento essencial para que a estratégia com base no enoturismo e na indicação geográfica não venha a se esgotar. Justamente por isso, a APROVALE exerceu forte pressão para que se estabelecesse um plano diretor para o território do Vale dos Vinhedos.

Se o Plano Diretor do Vale dos Vinhedos atende aos interesses do conjunto da comunidade ou está a defender somente os de um grupo social que figura como grande beneficiário da indicação geográfica e do turismo local é uma questão pertinente, não há dúvidas disso. E sua resposta é também facilmente descoberta quando se pergunta para cada ator local, independentemente da atividade profissional em que esteja envolvido, se a indicação geográfica e o turismo do vinho – enoturismo – são positivos para a comunidade como um todo. Não menos do que todos, dos que foram entrevistados para a confecção deste trabalho responderam que sim, a I.P.V.V. é positiva para a comunidade do Vale dos Vinhedos como um todo. E, mais do que isso, é consenso local de que sem o turismo a situação seria pior, para todos.

Portanto, entendemos que no âmbito do território, é passível de aparecerem estruturas de governança que dialoguem com o poder público no sentido de apurar demandas da comunidade local. Como no caso da implementação de regulamentações que evitem a descaracterização da paisagem local.

Ademais, além das questões naturais e econômicas, existe uma série de ordenamentos sociais que contribuem para a construção de determinado território. Para Weber (1989), uma ordem social pode ser definida como uma relação social orientada por máximas, que devem ser vivenciadas pelos agentes como obrigatórias ou exemplares.

Portanto, o indivíduo encontra-se numa situação na qual seus interesses estão **enraizados** (*embededdness*) nas relações sociais que mantêm com outros agentes. Assim, estes são, de fato, racionais, porém suas racionalidades não são ilimitadas, mas sim restringidas pelo contexto social (*context-bound*). Em suma, os indivíduos são racionais, mas não são atomizados. E suas inter-relações são peças fundamentais na construção da realidade territorial.

Em contrapartida, o território, através da história, fornece aos atores locais os significados para cada evento. E, dessa forma, lhes dá a o modelo de racionalidade para a ação. No território, portanto, se constroem formas de pensar e de agir. Isto é, se constroem instituições que moldam, enquadram, orientam, inclinam a ação dos atores.

De acordo com Durkheim (1990), existem fatos que estipulam formas de agir e de pensar, mas que são externos ao indivíduo, tais fenômenos são aquilo que ele chamou de **fato social**. A educação, por exemplo, que é dada pelos pais e mestres às crianças, tem como único objetivo fazê-las aderir as convenções sociais. Essas, por seu turno, são estipuladas através da interação, e são contextuais.

Para Durkheim (1990, p. 49):

> [...] a educação tem justamente por objeto formar o ser social; pode-se então perceber, como que num resumo, de que maneira este ser se constitui através da história. A pressão de todos os instantes que sofre a criança é a própria pressão do meio social tendendo a molda-la à sua imagem, pressão de que tanto os pais quanto os mestres não são senão representantes e intermediários.

Segundo o sociólogo francês, quando desempenhamos nosso papel de irmão, esposo, cidadão, etc., estamos a praticar deveres que foram definidos fora de nós mesmos, pelos costumes e pelo direito. Por exemplo, o devoto, quando nasce, já encontra prontas as crenças e as práticas religiosas nas quais irá depositar sua fé. Assim, se estas já lhe estão prontas, é unicamente porque lhe pré-existem. O mesmo ocorre com o sistema de sinais que usamos para nos comunicar ou com o sistema monetário que usamos para pagar nossas dívidas. Estamos, portanto, diante de maneiras de pensar, de agir e até mesmo de sentir que se caracterizam por serem definidas externamente em relação à consciência individual. (DURKHEIM, 1990).

Segundo Durkheim (1990), tais tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo, mas são também dotadas de um poder coercitivo, que se lhe impõe, mesmo contra sua vontade. Assim ocorre com as leis, no âmbito do direito, e com a vigilância

social, no âmbito das máximas puramente morais. Dessa forma, as condutas tidas como indesejáveis pela comunidade, podem acarretar a exclusão do indivíduo que as venha a adotar. Portanto, é pelo afastamento social que se impõe a pena àqueles que optam por não adotar as convenções sociais.

No âmbito territorial pode estar presente, entre outras convenções, e sob a forma de uma instituição local, ou fato social, o hábito de cooperar. Tal costume acaba por se tornar, em muitos casos, uma regra de comportamento local. Contudo, essa instituição possui força para interferir de forma positiva sobre a geração e difusão de conhecimento, especialmente aquele de ordem tácita, e que não pode ser transmitido por códigos formais. Com isso, podem surgir elementos importantes como as inovações localizadas, ou territorializadas, e que são frutos da cooperação local. Com isso, surge a capacidade para o desenvolvimento endógeno, ou territorial.(VÁZQUEZ BARQUERO, 1999; 2001).

As análises de desenvolvimento territorial prezam por uma abordagem multidimensional do processo de desenvolvimento e, dessa forma, procuram ir além das análises setoriais ao estimularem uma combinação multidisciplinar no campo das ciências sociais, aproximando economistas, sociólogos e geógrafos, dentre outros.

Ao mesmo tempo, o enfoque territorial apresenta uma boa adequação aos estudos direcionados às regiões rurais, dado que as transformações observadas no campo são cada vez mais heterogêneas. Nesse sentido, o próprio conceito de ruralidade vem adquirindo novo significado, e a velha dicotomia urbano-rural começa a se enfraquecer, na medida em que o campo e a cidade se tornam cada vez mais integrados.

No Brasil, as experiências de desenvolvimento territorial começaram a ganhar maior expressão durante a crise econômica dos anos 1990. Nesse contexto, e em algumas localidades, a sociedade civil se organizou na luta por mais espaço na gestão de políticas públicas. O que essas iniciativas buscavam? A possibilidade de construírem-se rotas alternativas de desenvolvimento que desviassem daquelas políticas de planejamento do tipo *top-down,* típicas do regime autoritário e que desconsideravam as opiniões da sociedade local com respeito a sua formulação.

A própria Carta Constitucional de 1988 abriu espaço para a descentralização, outorgando poderes e responsabilidades às várias esferas do governo e aos representantes da sociedade civil organizada. Dessa forma, estados e municípios ampliam suas responsabilidades na gestão de

políticas públicas, enquanto que os arranjos sociais locais organizam-se com vistas a auxiliarem nesses processos. Nas palavras de Ortega (2007, p. 94):

> Como resultado dos processos reivindicatórios em torno da maior participação da sociedade civil na formulação e gestão de políticas públicas locais, inscreve-se, na Carta Constitucional de 1988 um forte processo de descentralização no país, com a ampliação das responsabilidades dos estados e municípios.

Dessa forma, valorizam-se os espaços de concertação social, à medida que os atores locais ganham protagonismo quanto à formulação das políticas públicas. Conseqüentemente, essas políticas tendem a obedecer às estratégias autônomas de desenvolvimento local, adquirindo assim, um caráter mais específico à região e, portanto, encontram-se mais próximas do real atendimento às necessidades locais.

Sendo assim, ao salientarmos a importância dos atores locais na formulação das políticas públicas, estamos, paralelamente, a evocar a centralidade do conjunto de relações sociais, subjacentes à forma pela qual esses atores se organizam. Não obstante, essa forma de se organizar abarca questões de legitimação social e de controle político-cultural, que se tornam guias importantes para as tomadas de decisão individuais.

Portanto, quando falamos em questões de legitimação social fazemos referência, em última instância, ao papel atribuído às instituições enquanto entidades reguladoras, enquanto reflexos dos consensos e dos conflitos sociais inerentes à determinada região e enquanto resultado de um processo histórico, derivado de um padrão recorrente de comportamento coletivo, racional, embora não necessariamente maximizador. Para Abramovay (2004, p. 48):

> [...] a relação entre os atores econômicos não é apenas indireta, por meio dos preços, mas exige a construção de instâncias, instituições que as regulem. As questões centrais de uma economia descentralizada não podem ser resolvidas pela experiência e erro dos mecanismos mercantis: elas exigem formas variadas de coordenação.

Em suma, território não é apenas uma questão geofísica, mas sim uma construção social sobre uma determinada base geográfica. Obviamente, o conjunto de recursos naturais disponíveis nesse espaço integra o conjunto de elementos estruturantes do território. Contudo, a maneira pela qual se dará o aproveitamento desses recursos é fortemente relacionada com a historicidade da

região e leva consigo as bases sociais historicamente construídas através do processo de inter-relação pessoal e institucional.

Se hoje em dia, no território do Vale dos Vinhedos, os recursos naturais são utilizados majoritariamente de forma a proteger o turismo e a indicação geográfica, foi senão através de um processo histórico que se chegou a esse ordenamento territorial. Diga-se de passagem, que este envolveu disputas pelo controle da gestão vitivinícola, e as ações associativas e cooperativas de que falamos, sumariamente, no primeiro capítulo, demonstram justamente isso.

Portanto, o território é uma construção social. É uma porção do espaço onde se territorializam as relações humanas e, dentre elas, os fenômenos econômicos. Mas é também um lugar que oferece um mapa cognitivo, um modelo de racionalidade pela qual os atores se habilitam a tomar suas decisões.

No território, se produz conhecimento, que é contextual, e que está intimamente ligado a diversidade entre as regiões. Segundo Reis (2007), a razão por que se liga conhecimento e diversidade é que aqueles são utilizados pelos indivíduos e pelas organizações e institucionalizam-se em rotinas que constituem mecanismos reguladores das aprendizagens.

Surgem, portanto, no território, densidades, como a geração e difusão de conhecimento e inovação. Nesse sentido, a busca pelo papel da inovação localizada, tem sido um dos principais alvos das pesquisas que visam entender as disparidades regionais.

Por isso, Reis (2007, p. 199) afirma que:

> [...] o conhecimento, os mecanismos de aprendizagem, as complementaridades entre utilizadores e as redes que desse modo se criam são uma fonte essencial para criar trajetórias socioeconômicas ou tecnológicas distintas, diferenciadas e, portanto, caracterizadoras da estrutura dos sistemas sociais – heterogeneidade é, enfim, um processo onde intervêm interações complexas.

Território, portanto, é interação, é fornecimento de modelos de racionalidade, é fonte de conhecimento e de geração e difusão de inovação. Território é conjunto de instituições que condicionam o desempenho econômico e que tornam as indústrias elementos contingentes. É o local onde se fundem as relações humanas, econômicas e sociais. É o substrato dos processos de vida de que falava Veblen.

Território é criação de redes entre empresas e entre pessoas, que se sustentam. Território é identidade cultural que diferencia um grupo de outro. É onde se preserva ou se destrói o meio-

ambiente. É onde o homem interage com esse ambiente para criar algo novo, ou para valorizar o velho produto, a velha capacidade organizacional de suas firmas, aquilo que aparece como uma vocação construída através do tempo.

Território é onde acontecem a inter-relações sociais que evidenciam o fato de que não somos atomizados. É onde se produzem as externalidades positivas, que são externas as firmas, mas internas ao território. Território é onde se dá o processo de acumulação de capital, é onde se faz pesquisa e onde se criam e se aplicam pacotes tecnológicos. É onde se produz cultura, hábitos, normas de comportamentos, fatos sociais que se reproduzem através do tempo. É onde se constrói a história e a experiência que fornecem os significados para os acontecimentos e que auxiliam a entender o mundo. É onde se geram as economias de aglomeração.

Território é onde se produz a tensão entre mobilidades e territorializações, é onde as forças globais colidem com as forças locais para gerarem, ou não, uma nova força, uma nova estrutura produtiva. É onde se dão e se modificam as relações de trabalho, onde se observam os efeitos das políticas macroeconômicas. É onde se verifica o balanço de poder local, onde se consubstanciam os grupos de interesses e suas entidades representativas, onde as disputas pelo poder político tomam forma. É onde as corporações articulam-se entre si para gerar as configurações setoriais e políticas.

Território é onde se formam as visões de mundo, e não onde, simplesmente, se projetam visões pré-estabelecidas. É onde se criam as estruturas de governança, que evidenciam a intenção dos indivíduos de serem protagonistas, ao invés de passivos observadores da ação da mão invisível, ou eternos dependentes do Estado de providência. Território é onde os humanos produzem e trocam, competem e cooperam.

Entretanto, o território não é a fonte de todas as explicações, e não dá a resposta para todas as indagações acerca dos fenômenos econômicos É preciso, conforme nos alerta Reis (2007), que se evite o erro de reificar a noção de território. Embora o território sirva para explicar muito dos fenômenos econômicos, ele não é capaz de explica-los em sua totalidade, pois, existem ações que são tomadas fora de seu âmbito e que lhes impõe efeitos. É o caso, por exemplo, das políticas macroeconômicas. Muitas vezes, estas são definidas em uma escala que ultrapassa a territorial, mas podem ser profundos seus efeitos sobre determinado território, mesmo que este não tenha tido influência alguma sobre a sua determinação.

Nesse sentido, é preciso entender que o território não é algo que está hermeticamente fechado, mas como algo que produz tensões com o que vem de fora, e também como algo que evolui com estas tensões. A evolução do território, em muitos casos, tem como impulso alguma força que lhe é exógena. Alguns casos de incorporação de tecnologia são bons exemplos disso, e a indústria vitivinícola gaúcha e o próprio território do Vale dos Vinhedos comprovam essa idéia, a partir do que se verificou nas décadas de 1960 e 1970, especialmente. Outro exemplo, e que toca diretamente o escopo deste trabalho, é o aumento da competição nos mercados locais, como fruto da globalização. Trata-se de uma força exógena que gera uma tensão com as territorialidades, a ponto de reorganizar algumas estruturas territoriais. É dessa forma que os territórios evoluem.

Portanto, note-se bem, o território não é a panacéia para explicar a exuberância dos fenômenos econômicos que estão a ocorrer com tremenda intensidade, principalmente nos últimos trinta anos. Mas é a base dos fenômenos sociais que balizam os fenômenos econômicos, como afirma a Nova Sociologia Econômica. Além disso, como enfatiza Reis (2007, p. 212):

> [...] as economias tem sido atravessadas por processos locais que se caracterizam fundamentalmente por contextos relacionais de sociabilidade, de organização produtiva e de mobilização dos recursos de meios territoriais específicos. São contextos de co-presença, que justificam a análise das articulações sócio-economicas que os estruturam, a identificação dos agentes coletivos envolvidos e a apreciação dos universos de sociabilidade e de comunicação em que se formam os habitus que caracterizam os sistemas locais.

3.2 A racionalidade situada, um parâmetro contextual para a tomada de decisão;

John Stuart Mill afirmou ser a economia uma ciência autônoma que utiliza métodos dedutivos baseados num postulado psicológico básico: os indivíduos, ao tomarem suas escolhas, sempre irão preferir uma quantidade maior de riqueza a uma menor. Abramovay (2004), conclui que esse princípio, não necessariamente realista, além de possuir a vantagem de ser “bastante

operacional[42]", ainda foi suficiente para "fundar a economia como uma ciência autônoma", fechada em si mesma. Uma ciência pura.

A ortodoxia econômica e sua teoria do consumidor se apóiam, portanto, nessa simplificação da racionalidade humana, ou seja, elegem um modelo comportamental específico como sendo o único[43]. E com isso, fazem emergir a figura do *homo economicus*, um ser essencialmente movido pela ação estratégica, leia-se, pela frieza dos cálculos de maximização de utilidade.

De acordo com Abramovay (2004), na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Adam Smith constrói um aparato moral específico ao funcionamento da economia e transforma o egoísmo num atributo eticamente aceitável. A economia tem a particularidade de permitir ao egoísmo transformar-se de vício em virtude.

Assim, a racionalidade ilimitada dos agentes surge como um pressuposto necessário à confecção do arcabouço teórico da economia convencional. Já que, pressupor um ser capaz de realizar todos os cálculos de maximização de utilidades – sem custo, através da comparação de cestas de bens perfeitamente transitivas entre si – é essencial para a modelagem tradicional da teoria econômica neoclássica faça sentido. Do contrário, a base microeconômica da teoria do consumidor (marginalista) entraria, muito provavelmente, em contradição com a lógica em que se fundamenta, ou seja, aquela que foi importada da física e da matemática. Com ela, a economia se tornou uma ciência autônoma, lógica em si mesma.

Entretanto, para muitos autores, dentre os quais Zaoual (2006, p. 25), "uma construção abstrata e coerente, em si mesma, não constitui uma garantia de verdade diante da exuberância do mundo factual". Já para José Reis (2007, p. 30), o campo da economia pura:

> É um terreno solidamente murado pelo pressuposto de que os indivíduos dispõem de um modelo comportamental assente na escolha racional, atribuindo-se ao atores (sociais, políticos e econômicos) plena capacidade para lidar com objetos clara e objetivamente descritos.

Contudo, o referido autor refuta essa idéia de pureza da ciência econômica, ao alegar que para a maioria dos problemas econômicos com os quais nos defrontamos o "*mundo encantado*"

[42] Operacional no sentido de ajustar-se aos modelos matemáticos que se desenvolveram com a intenção de explicar o comportamento humano.
[43] Como uma forma de reduzir a ação humana ao egoísmo e ao auto-interesse.

da racionalidade ilimitada não possui validade. Ou seja, os atores possuem, sim, mapas cognitivos que fornecem modelos de mundo, mas não há garantias de que esses modelos estejam refletindo o mundo como, de fato, ele é. A *vida secular* – como afirmava Veblen – é feita de atores que processam informações de diversas maneiras. Por isso, os modelos subjetivos são diferenciados, porventura divergentes, e não há garantias de que venham a convergir.

Para Reis (2007), a economia é impura, pois se trata de um campo aberto, não fechado em si mesmo. É um ramo do conhecimento que dialoga com vários outros territórios das ciências sociais. É uma ciência que lida com problemas plurais que envolvem múltiplas visões e múltiplas formas de solução. Nesse terreno impuro em que a economia assenta, a racionalidade é limitada e a informação imperfeita, pois a capacidade de processamento da informação por parte da mente humana é limitada. Conforme procurou demonstrar Simon (1982, apud REIS 2007, p. 30).

Segundo Weber (1989), o erro dos economistas que acreditam na visão convencional da economia, encontra-se no fato de que o comportamento racional, no sentido que lhe é dado pela ortodoxia econômica, é uma variável e não um pressuposto. A partir daí, Weber (ibid.) difere a racionalidade formal da racionalidade substantiva.

Assim, Weber (1989) acreditava que a ação econômica seria motivada primeiramente pelo interesse individual, contudo estaria voltada para o comportamento dos outros. A ação racional define-se em linhas gerais como a ação voltada para interesses. Contudo, esses interesses podem ser de dois tipos, material ou ideal. Sendo assim, teríamos dois tipos distintos de racionalidade econômica na análise weberiana: a instrumental (ligada aos interesses materiais) e a racionalidade substantiva (ligada aos interesses ideais). Os interesses ideais, por sua vez, estão ligados aos valores dos indivíduos, que lhes são passados pela educação[44] e que, portanto, são fatos sociais.

Daí que as questões relacionadas à ética e a economia são encaradas por Weber (ibid.) por um ângulo diferente daquele que caracteriza a teoria econômica convencional:

> Enquanto que a economia do bem-estar às vezes procura tirar conclusões éticas diretamente dos exercícios econômicos formais (como, digamos, no caso do conceito de ótimo de Pareto), Weber toma uma direção completamente diferente ao afirmar que a ação orientada pelo valor pode não ser tão racional quanto o raciocínio econômico formal. (SWEDEBERG, 2005, p.62).

[44] Neste caso nos referimos à educação num sentido amplo, como por exemplo, aquela que é passada pela família. E não apenas a educação formal, ou em outras palavras, aos anos de estudo.

Swedberg (ibid.) ainda afirma que:

> Vale muito a pena considerar ambas as perspectivas, mas enquanto o ótimo de Pareto e as abordagens semelhantes já foram exaustivamente discutidas, ninguém procurou explorar seriamente as idéias de Weber sobre a racionalidade substantiva para ver onde elas podem chegar.

Swedberg (2005), afirma que, para a sociologia econômica contemporânea, a racionalidade perfeita dos agentes não seria um ponto de partida adequado porque apresenta pressupostos irreais. Nas suas palavras: "A análise da escolha racional está construída sobre pressupostos irreais: os agentes são, por exemplo, isolados uns dos outros e têm informações perfeitas. A estrutura social precisa ser introduzida na análise econômica".(SWEDBERG, 2005, p. 290).

Por isso:

> [...] o que Weber fez foi uma tentativa interessante de desenvolver, na sociologia, uma série de categorias a partir da perspectiva do comportamento voltado para o outro: luta, convenção, troca, organização e assim por diante.(SWEDBERG, 2005, p.286).

Dessa forma, a ação humana com base no egoísmo pode excluir uma série de ordenamentos sociais, orientados por máximas não necessariamente maximizadoras de lucros. Além do mais, como afirma Swedberg (2005, p.292, grifo nosso), é plausível que "os agentes tentem satisfazer seus interesses, ou, para ser mais preciso **o que eles entendem que são seus interesses"**.

Essa afirmação nos revela uma característica importante: os homens não são seres a-sociais. São atores com mapas cognitivos moldados, principalmente, pelas experiências que acumulam ao longo da história. Portanto, nossas escolhas não são tão livres o quanto acreditamos ou, o quanto gostaríamos que fossem. Pois, aquilo que guardamos como valores e que nos servem para avaliar cada situação nos foi dado pela experiência que acumulamos. Assim, nossas escolhas sofrem a influência dos contextos e das diversas situações que experimentamos ao longo de nossa existência. Estas, por sua vez, moldam nossa forma de enxergar o mundo. Isto é, nos fornecem os significados com os quais avaliamos cada evento e, assim, se constituem em nossas concepções de controle. Nossas "formas de ver o mundo", nas palavras de Fligstein (2003).

A partir daí, é possível entender a figura do *homo situs,* um ser que possui sua racionalidade vinculada ao ambiente em que se encontra, ou mais especificamente, a situação em que vive. *Homo situs,* é definido por Zaoual (2006, p. 50) como sendo " um homem concreto que combina vários imperativos ao mesmo tempo. Devido ao peso do sítio sobre seu comportamento, o homo situs tem ética, identidade e racionalidade que ele constrói *in situ*. Ademais, o *homo situs* propõe uma alternativa mais realista para a análise de estratégias de desenvolvimento, em relação aquela, já bastante conhecida, representada pela figura do *homo oeconomicus* e consagrada pela teoria econômica convencional. Isso se deve ao fato de que, "nos campos de atuação, as pessoas da base combinam vários imperativos na conduta de seus negócios cotidianos". (ZAOUAL, 2006, p. 50).

Justamente por isso Zaoual (2006, p.46) afirma que: "a racionalidade não estaria unicamente limitada a uma adequação puramente técnica entre meios e fins, mas leva em conta também a natureza moral e social". Nesse sentido, regras, códigos de conduta e normas comportamentais definem a coerência entre o comportamento e os valores locais, ou seja, entre as ações individuais e o que é tido como normal pelo grupo no qual esse se insere.

Segundo o referido autor:

> Ser racional consiste em usar adequadamente os costumes do sítio dentro dos limites possíveis. Isso coloca, freqüentemente, o ator em uma situação de dilemas por causa dos múltiplos imperativos aos quais ele deve responder. Em situação, trata-se de agir de modo razoável, combinando objetivos que podem ser contraditórios – por exemplo, o interesse individual e as exigências comunitárias de solidariedade. Para a pessoa, um egoísmo excessivo pode tornar-se irracional, no sentido da racionalidade econômica, se esse comportamento a afastar das externalidades positivas do grupo. (ZAOUAL, 2006, P. 46).

Com isto, temos que a racionalidade econômica, ou posto de outra forma, a racionalidade do *homo economicus,* pode aparecer desvinculada do egoísmo, pois, dada uma determinada situação, este traria prejuízos econômicos ao ator. Que tipo de situações poderíamos enquadrar nesta realidade? Exatamente aquelas em que a existência de uma proximidade entre os atores aparece de forma economicamente relevante, como as que costumam aparecer em contextos territoriais específicos, dotados de uma herança de reciprocidade. Pois, dado que se trata de um

jogo de rodadas repetitivas, não aderir a uma convenção social implica justamente na exclusão imediata das externalidades positivas que dela advém.

A proximidade das interações, ou seja, o contato face a face, proporciona não apenas a averiguação rápida de qualquer desvio de conduta que prejudique a ordem socioeconômica estabelecida, mas o faz sem grandes custos, na medida em que os mecanismos de averiguação são nada mais do que os contatos do cotidiano. Não obstante, esse ordenamento socioeconômico, na maioria das vezes é o resultado prático daquilo que se convencionou ao longo da história do lugar – sítio – sendo fruto, portanto, de um histórico de inter-relações pessoais que se estende ao longo do tempo e que costuma reproduzir aquelas atitudes que deram certo. A cooperação costuma estar entre elas.

Quando falamos, portanto, do território do Vale dos Vinhedos, nos referimos a um universo de aproximadamente 400 famílias, que convivem sobre uma base geográfica de 81.123 km², desde a sua colonização, ou seja, basicamente desde o ano de 1875. Dessa forma, é plausível reconhecer no histórico de inter-relações pessoais deste lugar uma forma de construir uma racionalidade situada, tal qual enfatizada por Zaoual (2006).

A construção do território do Vale dos Vinhedos foi concretizada com base na cooperação e na reciprocidade, pois essa foi a maneira que os colonos italianos encontraram para construírem suas vidas em meio ao ambiente selvagem e hostil a que se depararam quando lá chegaram. A construção de estradas, escolas, postos de saúde, etc. se deu com base na conjunção de esforços da comunidade. Essa cooperação, de certa forma, persistiu no tempo, virando uma instituição local, fortemente ativa nas decisões daquela comunidade, e na sua forma de organização.

De acordo com Abramovay (1998), a racionalidade do homem do campo é incompleta, pois ele se norteia por um conjunto de vínculos sociais dados pela tradição, pela comunidade, e que se traduzem em regras não redutíveis a elementos puramente econômicos.

Por isso, Zaoual (2006, p. 47), afirma que os atores, racionais *in situ*, procuram manter uma certa reputação, não apenas moral, mas social e economicamente necessária, pois o homem que vive em sociedade, faz acordo com seus semelhantes, e daí emerge tanto a necessidade dos procedimentos de coordenação, quanto a figura do já mencionado *homo situs.*

Dessa forma, em um modelo de racionalidade para além daquele consagrado pela ortodoxia econômica, há espaço para ações com base não apenas no egoísmo e na maximização

de lucros. *In situ*, os indivíduos podem preferir tomar uma atitude recíproca, mesmo que isso não lhes traga uma maximização de utilidade marginal. Com base nos valores da comunidade em que se insere, ou seja, com base nos valores do sítio, os atores podem adotar um comportamento cooperativo, ao invés de egoísta, pois, por não estarem muitas vezes atomizados, os indivíduos tomam suas decisões sob a influência do ambiente onde assentam suas vidas. E quando este ambiente impele à cooperação e a reciprocidade das ações, é passível de surgirem atributos sociais, ou instituições, tais quais o capital social.

3.3 Capital Social

Já é bastante antiga na Ciência Econômica a preocupação em tentar explicar as causas das diferenças entre o desempenho econômico das diversas nações. Além disso, a partir, principalmente, das décadas de 80 e 90 com a experiência da terceira Itália, novos desafios se apresentaram aos que buscavam, e talvez ainda busquem, por essas explicações, pois as diferenças de desempenho acentuaram-se não apenas entre as nações, mas também dentro destas.

Nesse sentido, ganha corpo nas ciências sociais a tentativa de compreensão das causas que levam sociedades pertencentes a um mesmo macro-ambiente geográfico e, portanto, dotadas de recursos naturais muito semelhantes, a alcançarem níveis completamente distintos de desempenho econômico. A partir daí, começa-se a moldar o conceito de desenvolvimento endógeno. Ao passo em que as teorias do crescimento, como as de Robert Solow, perdem espaço e abrem caminho para novas formulações que tentam incorporar, mesmo que em modelagens, variáveis que viessem a explicar o crescimento econômico de maneira endógena. Surgem então as novas teorias do crescimento.

Daí em diante, os modelos de crescimento endógenos, passaram a desconsiderar que o progresso tecnológico fosse determinado exógeneamente. Lucas (1988) incluiu na função de produção neoclássica o insumo capital humano, concebido como o estoque de conhecimento acumulado da população de determinada sociedade. Romer (1996) abandonou a hipótese de concorrência perfeita e retorno decrescente dos fatores, e afirmou a existência de externalidades advindas do aprendizado adquirido no processo produtivo. Foi a partir desses dois importantes

marcos teóricos, que proliferou a literatura que associa o crescimento econômico ao nível educacional.

A partir da década de 80, passa a ganhar força a abordagem territorial de desenvolvimento, sustentada pela literatura neomarshalliana, que identifica a importância das relações entre os atores como uma das principais condicionantes para a formação de arranjos produtivos locais. Assim, conceitos como cooperação, reciprocidade, normas de comportamento e formas de regulação privada, ganham importância, e passam a figurar em muitos dos trabalhos que evocam o papel das instituições como relevante para explicar as diferenças de desempenho econômico entre as regiões. Nesse contexto, cresce a utilização de conceitos como o de **capital social,** principalmente a partir dos trabalhos de Putnam (2000).

Contudo, antes de nos aprofundarmos em uma tentativa de elucidação a respeito das definições de capital social, gostaríamos de mencionar qual o principal problema que normalmente costuma se atribuir às sociedades em que se verifica a sua fraca expressão, ou mesmo ausência. Tal entrave é justamente o que Putnam (2000) designou por *dilema da ação coletiva*. Ou seja, aquele dilema que assenta sobre a preocupação quanto a uma ação oportunista e que, por isso, gera dúvidas quanto aos benefícios da cooperação. É, por exemplo, o medo de se aderir a uma greve, e ser prejudicado pelo fato de que alguns colegas não o fizeram. Nesse caso, quando todos aderem a greve, os benefícios são alcançados e compartilhados pelo conjunto dos trabalhadores, entretanto, o medo de que nem todos venham a parar de trabalhar, faz com que muitos deixem de aderir à greve[45].

O termo capital social, embora seja um daqueles dotados de polissemia, alcançou maior popularidade em meados da década de 1990, a partir dos estudos de Putnam, acerca das diferenças de desempenho econômico e institucional entre as regiões italianas[46]. Capital social, para Putnam, pode ser entendido, sinteticamente, como as características da organização social,

---

[45] O que justifica esse medo é a possibilidade do comportamento oportunista.

[46] *"Para Putnam, uma das principais causas da desvantagem do Mezzogiorno italiano quanto à dotação de capital social deveu-se ao fato de que, a partir da conquista normanda da Sicília, na Idade Média, construiu-se nessa região uma tradição cultural autoritária que fez com que nela viessem a predominar relações sociais de tipo vertical, hierárquicas, gerando um campo pouco fértil para a cooperação, em torno de questões de interesse coletivo. Nesses ambientes, a "cultura" participativa é muito frágil e a vida pública tende a ser vista como da alçada exclusiva de elites relativamente fechadas.[...] ao contrário, no centro e no norte do país – onde as relações feudais foram menos duradouras e cuja tradição democrática remonta às cidades medievais, berço de instituições de tipo republicano – as redes sociais tornaram-se mais densas ao longo da história, criando um ambiente em que predominam ligações horizontais, que favorecem o surgimento de uma cultura mais propícia à participação, à colaboração e ao associativismo".* (Bandeira, 2003, p.17/18).

como a confiança, as normas e sistemas de reciprocidade, que contribuem para facilitar ações coordenadas e, com isso, aumentar a eficiência das sociedades.

Segundo Putnam (2000, p. 177):

> A superação dos dilemas da ação coletiva e do oportunismo contraproducente daí resultante dependem do contexto social mais amplo em que determinado jogo é disputado. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. [...] o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

Ademais, afirma Putnam (ibid.), que é geralmente mais fácil de se alcançar a cooperação quando os jogadores estão a participar de um jogo no qual as rodadas se repetem indefinidamente. Pois, dessa forma, a cooperação estaria ligada à reciprocidade das ações e as expectativas que são formuladas em relação ao comportamento alheio, conforme visto pela abordagem da Nova Sociologia Econômica.

Segundo Putnam (2000), existem ainda outras condições que favorecem a ação cooperativa como, por exemplo, um número limitado de jogadores e a abundância de informações sobre o comportamento passado de cada jogador[47]. No caso do Vale dos Vinhedos, por exemplo, a cooperação poderia ser facilitada em função de tratar-se de uma população de mais ou menos 400 famílias que, ao cooperarem para construir a base social do território, acabaram por construir também os laços que lhes permitiram estabelecer uma rede de confiança, baseada no conhecimento do comportamento de cada um, mas principalmente na reciprocidade das ações. Portanto, é cabível de se entender que, no Vale dos Vinhedos, há reciprocidade, cooperação, número limitado de jogadores e informações a respeito da reputação de cada indivíduo. E é justamente a existência de todas essas condições que segundo Putnam (2000) facilita o surgimento de um bom estoque de capital social.

De acordo com Putnam (2000), as sociedades que dispõem de capital social estão mais propensas a acumular mais deste, da mesma forma que acontece com o capital convencional. Sendo assim, quando uma comunidade cria uma instituição baseada na cooperação e na

[47] Além disso, para o referido autor, uma cadeia de relações sociais permite disseminar a confiança, ou seja, eu confio em você, porque confio nela, que me garante que você é confiável.

reciprocidade, ela habilita-se a usar o capital social, ali gerado, para resolver problemas mais complexos que envolvam o dilema da ação coletiva. E, justamente por serem mais complexos é que estes problemas requerem um nível mais elevado de organização e sinergia entre os atores locais, pois, dessa forma, alcança-se mais facilmente uma solução conciliadora, ou seja, uma solução onde a soma dos resultados individuais seja diferente de zero[48].

Entretanto, ações, como a cooperação ou o oportunismo, são associadas por cada indivíduo a uma imagem, ou a um significado, que pode ser tanto de fracasso quanto de sucesso. E o que vai determinar se essa imagem será de sucesso ou fracasso, é a própria experiência que resultar da ação, ou das ações cooperativas. É pela prática, ou pela história, que se entende que cooperar gera resultados positivos, ou negativos. Portanto, quando nossas experiências nos proporcionam relacionar uma ação cooperativa com uma imagem de sucesso, passamos a entender que a cooperação nos traz resultados positivos[49].

O fato é que, no histórico de inter-relacionamentos dos atores do Vale dos Vinhedos, a cooperação e a reciprocidade se fizeram muito presentes. Mas não somente isso, elas relacionaram-se a exemplos de superação de dificuldades. Pois, foi através de ações organizadas, que se ergueu boa parte do aparato de sustentação social daquela comunidade. A cooperação esteve presente no momento de construção das capelas e escolas e, a reciprocidade, por exemplo, nos mutirões para colheita da uva.

Diante disso, Santos (1978) afirma que são muitos os relatos que retratam a necessidade de cooperação para a construção de estradas, casas, igrejas, postos de saúde, enfim todo o aparato que serve de base social para a construção de uma sociedade civilizada. Além disso, a cooperação e reciprocidade no trato da terra eram também de caráter fundamental, pois só dessa forma conseguiam extrair o máximo de seu potencial.

Nesse sentido, a comunidade aparece como dimensão da consciência do colono, as relações sociais são relações diretas, pessoa a pessoa, sem nenhuma intervenção mediadora. O movimento social se norteia pela construção e desenvolvimento da comunidade. Todas as

[48] Uma negação do ótimo de Paretto.

[49]Nesse sentido, faz-se jus a abordagem de Hume (1996) com respeito ao conhecimento, ou melhor, com respeito ao entendimento humano que, segundo ele, adviria da experiência. Dessa forma, seria através da associação de idéias baseada num mecanismo de causa e efeito que conseguiríamos elaborar um conjunto lógico de acontecimentos.

relações convergem para um sentimento de pertencimento e responsabilidade para com a comunidade. (SANTOS, 1978).

Nessa perspectiva, a construção da *Capela Nossa Senhora das Neves*, no Vale dos Vinhedos, pode ser vista com um exemplo de organização, por parte dos agentes locais. Tendo visto que, durante a construção desta capela, em 1906, sucedeu-se uma grande estiagem, de tal forma que, a falta de água acabou por comprometer a obra. Contudo, os imigrantes acordaram que cada um doaria um tanto de sua produção doméstica de vinho e, ao invés de utilizarem a água para amassar o barro, utilizaram o vinho, e assim formaram a liga que uniu os tijolos[50].

Além disso, um outro exemplo sugere de forma bastante significativa que, de fato, os atores do Vale dos Vinhedos dispõem de habilidade para por em marcha ações organizadas com vistas ao desenvolvimento da comunidade. As obras que resultaram nas redes de telefonia e transmissão de água foram pagas pela própria comunidade e, hoje, o fornecimento de água é vinculado a uma associação de moradores locais. Portanto, assim como no passado distante da colonização a cooperação e a ação organizada foram essenciais para a construção do aparato social da comunidade, assim também foi num passado bem mais recente.

[50] Todos os entrevistados afirmaram conhecer essa história, que está contada em melhores detalhes em Valduga (2005). Além disso, pareceu consenso entre os atores locais de que a Capela Nossa Senhora das Neves funcione, de fato, como um exemplo de que a ação organizada é digna de trazer resultados positivos.

Figura 10: Capela Nossa Senhora das Neves.

Além disso, segundo Flores (2007), o catolicismo, trazido da Itália, exerceu um papel central na formação dos hábitos e costumes locais. Desde o início, as comunidades do Vale dos Vinhedos se estruturaram em torno de capelas construídas pelos próprios imigrantes através de mutirões. Boa parte da vida social, que incluía os padrões de comportamento e as festas nos dias santos, ocorriam em função das crenças religiosas. Em torno das capelas desenvolveram-se outros esteios da vida comunitária, como o cemitério, a bodega e a escola. Ademais, os sinos das capelas costumavam orientar as rotinas diárias das famílias, como, por exemplo, ao chamarem para se deixar a atividade na roça ou os afazeres domésticos, pois se iniciava o horário de almoço.

Dessa forma:

> [...] desde o início da colonização a Igreja Católica cumpriu um papel importante na definição das regras e normas de comportamento, ou seja, sobre a formação da institucionalidade local, tanto relacionada a aspectos formais como informais da vida diária das comunidades que se formavam. (FLORES, 2007, p. 97).

Ademais, o referido autor chama a atenção para uma série de outros costumes, que contribuíram para a criação da institucionalidade local, ao mesmo tempo em que mantiveram a fidelidade à cultura italiana. Dentre os quais: a manutenção da cultura gastronômica (como o consumo de salames e copas), que era fortalecida pelas festas comunitárias, cuja preparação

durava semanas. Mas também as festas religiosas, que incluíam as novenas, os tríduos (festas eclesiásticas que duram três dias) e a missa na véspera, além da sagra (festa) com os jogos (bocha, tômbola, roleta, tiro ao alvo, argolas, cavalinhos, cartas), os sorteios, as rifas e os leilões.

De exemplos como o da construção da *Capela Nossa Senhora das Neves* se constitui, historicamente, a formação de laços de solidariedade, cooperação e reciprocidade, vigentes em territórios como o do Vale dos Vinhedos. Onde a solidariedade entre seus agentes é cristalizada em suas instituições, que servem de marco regulatório da vida social. Em termos simplificados, a reciprocidade nestes locais é, basicamente, a norma a ser seguida, e os sentimentos de pertencimento, assim como o medo da exclusão, que deles resultam, garantem o seu funcionamento.

Além disso, a agricultura familiar reforçou as relações de vizinhança. A cooperação foi fundamental para que se explorasse ao máximo o potencial da terra, e a reciprocidade das ações garantiu que se pudesse contar com a força de trabalho que residia do outro lado da cerca. No momento do preparo da terra, mas, principalmente, nas épocas de colheita da uva é que se necessitou mais dessa força, e foi exatamente nesses momentos em que ela se fez mais presente. Os mutirões para colheita da uva eram uma prática comum, e costumavam evitar perdas desnecessárias, como as que resultariam da incapacidade de colher todas as uvas no tempo certo, e que certamente não seria bom para a qualidade do vinho.

De acordo com Costa (apud FLORES, 2007, p.98):

> [...] havia um alto grau de solidariedade entre as famílias nos momentos difíceis, como no surgimento de doenças ou falecimentos. Para o autor, tanto os momentos de alegria como de dor, eram sagrados e a vizinhança se transformava numa única família.

Nesse sentido, a solidariedade e a reciprocidade entre as famílias faziam parte da norma de comportamento local. E, segundo Veblen[51] (1983), o comportamento humano é passível de revelar tendências definidas, que terminam por configurar um padrão de ação coletiva. Com o tempo, esse padrão acaba por se transformar numa instituição. Sendo que, a permanência das instituições expressa a existência de modos de pensar e de agir arraigados no grupo social. Um

[51] Veblen criticava largamente a ciência econômica de seu tempo, ou seja, a ciência econômica da escola clássica. Em especial a preocupação constante desta em descobrir as leis universais que regeriam uma ordem natural apoiada numa concepção hedonista da natureza humana.

mapa cognitivo do lugar, ou uma concepção de controle típica da comunidade, ou, ainda, um fato social, na linguagem de Durkheim. E é onde a cooperação deve estar associada a uma imagem de sucesso, para que enfim se torne uma instituição.

Nessa perspectiva, os atores, não apenas do Vale dos Vinhedos, mas de toda a região serrana do Rio Grande do Sul, lançaram mão de sua experiência em articular ações coordenadas para por em marcha movimentos tais quais os que resultaram na formação das cooperativas vitivinícolas. Pois, diante da necessidade de dar uma resposta ao oligopólio dos cantineiros, organizados em torno do "Sindicato do Vinho", os pequenos vitivinicultores da serra gaúcha agiram associativamente e, assim, se organizaram em torno de cooperativas. Tal movimento pode ser tomado como mais um exemplo de consciência coletiva, organização e cooperação, por parte dos viticultores da serra gaúcha.

Assim, é pela experiência histórica, transmitida entre as gerações, que os atores do Vale dos Vinhedos identificam as ações recíprocas, e a cooperação, como elementos que se harmonizam ao desenvolvimento do lugar. Dessa forma, a reciprocidade se alia a um significado positivo, de sucesso contra problemas coletivos, o que a torna uma norma de comportamento local. Entretanto, a confiança que deriva, em grande medida, da reciprocidade, deve ser constantemente realimentada, pois, como afirmam os autores da Nova Sociologia Econômica, apesar de aumentar com uso, ela mingua com o desuso.

De acordo com nossas entrevistas, ficou sugerido que o estoque de capital social vigente no Vale dos Vinhedos pode estar se enfraquecendo. Nesse sentido, do total de 30 agricultores locais entrevistados não raro apareceram afirmações do tipo: "antigamente tinha cooperação, cheguei até a dar uva para ajudar na construção do salão (da sociedade paroquial)"; "antigamente a gente se visitava, mas parece que de uns três a quatro anos para cá o mundo mudou"; "antigamente havia mais cooperação, hoje em dia é cada um por si". Das trinta entrevistas realizadas entre os agricultores familiares, oito, ou seja, 26,66%, responderam que não há cooperação entre os atores locais. Fora os quatro que acreditam que, apesar de existir, a cooperação tem se enfraquecido muito.

Tabela 6: Questionário para agricultores e atores locais não cantineiros

PERGUNTA[52] / RESPOSTA	SIM	NÃO	SIM (%)	NÃO (%)
Há a presença de pluriatividade na unidade familiar?	22	8	73,34	26,66
Participa voluntariamente de alguma associação?	28	2	93,33	6,67
Acredita na presença de Cooperação entre os atores locais?	22	8	73,34	26,66
Possui o hábito de visitar os vizinhos?	19	11	63	37
Faz uso conjunto de máquinas com vizinhos?	8	22	26,66	73,34

Com relação a uma pergunta específica de nosso questionário e que indagava sobre o hábito de visitar os vizinhos, 37% dos entrevistados responderam que não costumam mais visitar os vizinhos, ou melhor, que "antigamente" costumavam fazê-lo, mas que hoje em dia não. Sendo que a principal justificativa (quase a totalidade das respostas) para essa mudança de hábito foi a falta de tempo para realizar as visitas. Nesse sentido, faz-se jus a afirmação de Putnam (ibid.) de que nas grandes metrópoles o capital social é difícil de ser gerado, também pela escassez de tempo, que inviabiliza o envolvimento das pessoas em atividades sociais[53].

Entretanto, 93,33% dos agricultores entrevistados declararam participar voluntariamente de alguma associação, 73,34% acreditam que há cooperação entre os atores locais e 26,66% fazem uso de máquinas em conjunto com outros. Quando falamos de uso conjunto de máquinas, estamos nos referindo majoritariamente a empréstimos de equipamentos como tratores, mas existem casos no Vale dos Vinhedos, como o de dois atores locais que compraram, conjuntamente, maquinário para produção de vinho, embora não sejam sócios ou proprietários de vinícolas. A compra conjunta se deu unicamente com o intuito de reduzir o custo de oportunidade para ambos, dado que não fabricam o vinho comercialmente.

Já com relação aos cantineiros, parece que se trata de um grupo mais organizado, ou unido. Do total de 10 cantinas visitadas, conseguimos entrevistas com 7 proprietários e 1 gerente, sendo que destes apenas aquele que não era o próprio dono da cantina afirmou não existir cooperação entre os vinicultores do Vale dos Vinhedos. Os demais, ou seja, os sete proprietários

[52] As perguntas tais quais foram apresentadas aos atores locais, encontram-se no anexo 1, ao final do trabalho.
[53] Note-se bem: não estamos a atribuir ao Vale dos Vinhedos características de uma metrópole, mas apenas algumas características de um território rural que está a atravessar um período de urbanização. Tal idéia ficará mais clara no próximo capítulo, que é quando procuramos tratar das transformações dos espaços rurais.

de cantina entrevistados admitiram que cooperam entre si, seja através da troca de informações relevantes a respeito de variedades viníferas que estão sendo testadas, técnica de cultivo, ou até mesmo no caso de empréstimo de material no caso de uma necessidade.

Dos sete proprietários de cantina entrevistados, todos afirmaram que a troca de informações entre eles é um ponto positivo e fundamental para o desenvolvimento de todos. Nesse sentido, destacaram ainda os encontros promovidos pela APROVALE e pelas instituições públicas de apoio tecnológico, especialmente a EMBRAPA. Em suma, ficou claro que a disseminação de informação e tecnologia é extremamente facilitada entre as empresas e instituições locais. Inclusive em casos de dúvidas, os produtores de vinho costumam recorrer aos "concorrentes".

De acordo com Putnam (2000), uma característica específica do capital social é que, por ser um atributo da estrutura social, ele se torna um bem público. Ou seja, para ele, o capital social é subproduto de outras relações sociais, como a confiança e a reciprocidade. Nas suas palavras:

> A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica. (PUTNAM, 2000, p. 180).

Entretanto, a confiança necessária para impulsionar a cooperação implica em uma previsão a respeito do comportamento alheio, ou seja, a confiança advém de uma expectativa quanto ao comportamento futuro de uma pessoa. Para Putnam (2000), os agentes confiam em alguém não porque este está a prometer que irá agir de determinada maneira, mas porque se conhece a predisposição dessa pessoa, suas alternativas para a ação e as conseqüências dessas alternativas. Além disso, para o referido autor, em comunidades pequenas e coesas, como no Vale dos Vinhedos, tal previsão pode se basear na confiança que resulta do convívio íntimo.

De acordo com Putnam (2000), a confiança, em contextos modernos e complexos, pode manar de duas fontes: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. Para Coleman (apud Putnam, 1994, p. 181), as regras sociais transferem do ator para outrem o direito de controlar uma ação, pois, em geral, essa ação produz externalidades e, assim, traz efeitos para a coletividade, e não apenas para o agente individual. Tais regras são, para Putnam (2000), incutidas tanto pelo condicionamento, ou seja, pela educação, quanto pela sanção.

Diante disso, se pode concluir que é quando a reciprocidade das ações e a cooperação se tornam um fato social, que se estabelecem as condições peremptórias para a formação de um bom estoque de capital social. Contudo, Putnam (2000), chama a atenção para a existência de dois tipos de reciprocidade: a balanceada, que emerge da permuta simultânea de itens de igual valor; e a generalizada, que diz respeito a uma contínua relação de troca, não necessariamente de itens de mesmo valor. Enquanto a permuta de dias de folga entre colegas de trabalho possa ser entendida com um exemplo da primeira, as relações de amizade tornam-se um exemplo da segunda. Para Putnam (ibid.), a reciprocidade generalizada é um elemento altamente produtivo de capital social, e as comunidades onde essa regra é obedecida possuem melhores condições de vencerem os problemas da ação coletiva.

Segundo Putnam (2000, p. 182):

> A boa regra da reciprocidade generalizada em geral está associada a um amplo sistema de intercâmbio social. Nas comunidades em que as pessoas acreditam que a confiança será retribuída, sem que dela venham a abusar, existe maior probabilidade de haver intercâmbio. Por outro lado, o intercâmbio contínuo ao longo do tempo costuma incentivar o estabelecimento de uma regra de reciprocidade generalizada.

Dessa forma, se pode concluir que o capital social é algo que se constrói ao longo do tempo, trata-se de uma construção social que requer elementos como a reciprocidade e a cooperação entre os indivíduos. O capital social é, portanto, um bem da comunidade, que pode ser utilizado para gerar resultados positivos para os agentes que nela se inserem. Assim, não se produz capital social sem inter-relacionamentos e, portanto, indivíduos atomizados não dispõem de capital social para facilitarem suas transações.

Além disso, a interação pessoal é, segundo Putnam (2000), um meio econômico e seguro de obter informações acerca da confiabilidade de outrem. Por isso, segundo ele, os sistemas de participação cívica como as associações comunitárias, as cooperativas e os clubes desportivos são uma forma essencial de capital social. Para Putnam (ibid.), quanto mais desenvolvidos forem os sistemas de participação cívica em uma comunidade, maior será a probabilidade de seus cidadãos exercerem a cooperação e, assim, vencerem os dilemas da ação coletiva. De acordo com nossas entrevistas, 28 dos 30 (93,33%) agricultores entrevistados declararam participar de alguma das

diversas associações que se espalham pelo Vale dos Vinhedos. O que nos sugere um alto grau de participação cívica na região.

Para o autor supracitado (Putnam, 2000, p. 184):

> Diante de novos problemas que requerem solução coletiva, homens e mulheres de toda parte vão buscar soluções no seu próprio passado. Os cidadãos das comunidades cívicas descobrem em sua história exemplos de relações horizontais bem-sucedidas, enquanto os cidadãos das regiões menos cívicas encontram, quando muito, exemplos de suplicação vertical.

Nessa perspectiva, são colocados os imigrantes que colonizaram o Vale dos Vinhedos, assim como outros lugares da serra gaúcha e do norte do estado, e que ao serem deslocados para suas respectivas colônias se depararam com uma série de dificuldades. Estas se apresentavam, sobretudo, como obstáculos à construção de uma comunidade, de uma realidade completamente nova. Além disso, para eles, a nova pátria deveria ser construída com poucas e precárias ferramentas, e substituir uma floresta pouco amistosa.

Embora o capital social seja de difícil mensuração, Bandeira (2003) ressalta que a participação em associações voluntárias é uma das variáveis mais utilizadas para realizar a sua análise. Nesse sentido, afirma o referido autor que:

> A existência de uma densa rede de associações voluntárias, com ampla participação da população, tem sido considerada pela literatura como dos principais indicadores da abundância de capital social em um território. (BANDEIRA, 2003: p. 20).

Bandeira (2003) realizou trabalho de pesquisa no qual identificou a presença de maior grau de capital social na metade norte do Rio Grande do Sul, onde se encontra o Vale dos Vinhedos, do que em relação a metade sul. Nesse trabalho, que resultou em sua tese de doutoramento, o referido autor expôs uma série de dados que apontam para a metade norte como possuidora de um maior estoque de capital social, entre eles a participação voluntária em associações. Cabe lembrar que, 93% de nossos entrevistados declararam participar de alguma associação.

Em suma, o capital social é um bem da comunidade, produzido pelas suas relações sociais e que proporciona a organização de ações coordenadas, com vistas a superar os problemas de ordem coletiva. No Vale dos Vinhedos, o capital social foi construído através da cooperação e da

reciprocidade generalizada, que se fizeram presentes na vida social daquela comunidade desde a sua formação.

Dessa forma, entendemos que foi pela necessidade de construir os aparatos sociais de uma nova sociedade, que os imigrantes que colonizaram a serra gaúcha adotaram ações cooperativas e sinérgicas. Contudo, ao perceberem que estas ações traziam resultados positivos, eles acabaram por as endogeneizar e as transformaram numa norma de comportamento local e, como um fato social, esta passou a ser ensinada aos seus descendentes, o que proporcionou que o capital social se tornasse uma instituição local.

Atualmente, esse capital social é um facilitador de estratégias de ação coletiva, como a organização de um selo de indicação geográfica. Nesse sentido, a Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos, é uma ação coordenada entre os atores locais que se vale da experiência local em adotar ações associativas. Não obstante, estas ações fazem parte do histórico do sítio e de seu modelo de racionalidade, e são recorrentes por estarem associadas a uma imagem de sucesso. Portanto, cooperar é fruto de capital social que, por sua vez, é fruto de confiança e de reciprocidade generalizada, que só se constroem com o tempo.

3.4 Desenvolvimento endógeno e capital social

De acordo com Vázquez Barquero (1999; 2001), o processo de globalização aumentou a concorrência nos mercados locais, o que fez com que empresas e regiões necessitassem organizar uma resposta que, por assim dizer, minimizasse os efeitos negativos desse aumento da competição sobre a sobrevivência das firmas locais. Entretanto, as empresas não competem sozinhas, de forma isolada, mas o fazem em conjunto com o entorno institucional e produtivo no qual se inserem. Assim:

> A melhoria da produtividade e da competitividade das cidades depende da introdução de inovações nas empresas, da flexibilidade e organização do sistema produtivo e da existência de instituições que contribuam para o funcionamento dos mercados. (VÁZQUEZ BRAQUERO, 2001, p. 15).

Além disso, para o referido autor, a questão central a respeito da dinâmica e da mudança estrutural das economias locais está em identificar os processos de acumulação de capital que, por sua vez, são as molas que impulsionam o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a teoria do desenvolvimento endógeno considera que a acumulação de capital e o progresso tecnológico são fatores essenciais para o crescimento econômico.

Dessa forma, justifica Vázquez Barquero (2001), é importante captar quais são os fatores determinantes da acumulação de capital que, segundo ele, assentam sobre quatro elementos fundamentais, a saber: a criação e difusão de inovações no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a geração de economias de aglomeração e de diversidade e o fortalecimento das instituições. Com isso se forma o tetraedro, ou melhor, o diamante do desenvolvimento endógeno de Vázquez Barquero.

Portanto, para ele, o desenvolvimento econômico passa fundamentalmente pela geração e difusão das inovações e do conhecimento, pois, é por essas vias que se dá o processo de renovação das estruturas produtivas de modo a gerar os tão desejáveis retornos crescentes. E, assim, a acumulação de capital se traduz por acumulação de tecnologia e de conhecimento.

Todavia, o processo de criação e difusão de conhecimento e inovação está bastante ligado ao entorno, ou seja, às instituições, ao sistema de empresas e as inter-relações entre os atores. Além disso, as inovações possibilitam definir estratégias que se destinam a expandir o alcance das operações das empresas, através da integração vertical ou horizontal, mas também através da diferenciação de produtos ou processos. A introdução e difusão de inovações e conhecimento melhoram o estoque de conhecimento tecnológico de uma indústria, e traz economias externas às empresas, mas internas ao território, nos mesmos termos em que foram colocadas por Becattini (1999), em suas considerações sobre os distritos marshallianos.(VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Com relação à organização da produção, Vázquez Barquero (2001) afirma que a questão não está em se o sistema produtivo é formado por grandes ou pequenas empresas, mas sim se estas empresas estão organizadas em um entorno que permita a inter-relação entre elas, de maneira que a formação de uma rede empresarial permita o surgimento de retornos crescentes. Segundo ele, isso ocorre sempre que interação entre as empresas proporcione a utilização de economias de escala.

Para Vázquez Barquero (2001), a existência de uma rede de empresas possibilita a geração de uma gama de pontos de encontro que facilitam as trocas de bens e serviços e a difusão de conhecimento e inovação. Dessa forma, a dinâmica econômica atual é caracterizada pela formação de alianças estratégicas entre as empresas, como aquelas que resultam nos sistemas produtivos locais.

E assim sendo, esclarece-se, em boa medida, o porquê das vinícolas do Vale dos Vinhedos estarem em uma posição que, em que pese o acirramento da concorrência, não pode ser considerada de todo ruim. Basta ver a situação daquelas vinícolas que não fazem parte do território, e que, tal qual as associadas da APROVALE, também buscam a constituição de um selo de indicação de procedência. Mas, o ponto que deve ficar destacado aqui assenta sobre a grande facilidade com que as empresas do Vale dos Vinhedos cooperam entre si, principalmente na troca constante de informações. Lembrando que, todos os donos de vinícolas entrevistados afirmaram cooperar entre si, especialmente através da troca de informações.

Além disso, conforme afirma Vázquez Barquero (2001, p. 24):

> Os processos produtivos não se dão no vazio, tendo profundas raízes institucionais e culturais (Lewis, 1955; North, 1981; 1994). O desenvolvimento de uma economia é sempre promovido por atores de uma sociedade que tem uma cultura, formas e mecanismos próprios de organização. Cada sociedade encoraja o surgimento de formas específicas de organização e de instituições que lhe são próprias e que haverão de favorecer ou dificultar a atividade econômica, pelo fato de os agentes econômicos tomarem suas decisões nesse entorno organizacional e institucional e por, evidentemente, nem sempre seguirem as prescrições teóricas dos modelos econômicos.

Por isso, afirma o autor supracitado (ibid.), que terão melhores condições de competir, em um mercado cada vez mais globalizado, aquelas regiões que disponham de um sistema institucional que lhes permitam produzir os bens públicos essenciais ao desenvolvimento, como o capital social, e de gerar as importantes relações de cooperação que irão contribuir para a aprendizagem e a inovação.

E, dessa forma, podemos concluir que o capital social é, sem dúvida, um dos elementos que proporciona condições de aumentar a competitividade dos territórios, dado que se trata de um bem público que estimula a cooperação e facilita a ação organizada dos atores. Inclusive no que tange a formação de um estoque contextualizado de conhecimento.

Para Vázquez Barquero (2001, p. 30):

> As economias locais e regionais desenvolvem-se e crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios, de tal modo que aumenta o número e a diferenciação dos produtos, diminuem os custos de produção e se consolidam as economias de escala. As economias locais e regionais desenvolvem-se e crescem quando é mais flexível a organização dos sistemas produtivos e se formem redes e alianças para melhor competir, o que contribui para as economias internas e externas de escala e para um melhor posicionamento competitivo de cidades e territórios. As economias locais e regionais desenvolvem-se e crescem quando as empresas se instalam em cidades inovadoras e dinâmicas, que lhes possibilitem tirar proveito das economias e indivisibilidades existentes no território. As economias locais e regionais se desenvolvem e crescem quando as redes de instituições são complexas e densas, o que permite fazer aflorar a confiança entre os atores e reduzir os custos de transação.

Quando tudo isso acontece, cada um dos elementos do diamante do desenvolvimento endógeno possui a possibilidade de engendrar mecanismos que tornam mais eficientes os sistemas produtivos. Justamente por isso, Vázquez Barquero (2001), afirma que cada um deles é um fator de eficiência no processo de acumulação de capital, por proporcionar, a sua maneira, o aumento da produtividade e o surgimento de rendimentos crescentes.

Além disso, Vázquez Barquero (ibid.) afirma que a presença destes fatores produzem um sistema, que ele batizou por *fator de eficiência H*. Este sistema permite ampliar o efeito de cada fator determinante do processo de acumulação de capital, o que resulta no chamado *efeito H*. Dessa forma, o *efeito H* ocorre quando o sistema está completo, ou seja, quando todos os elementos do tetraedro estão presentes. Contudo, não basta que estes elementos estejam presentes, é necessário que atuem de maneira sinérgica para que o *efeito H* seja produzido. Daí que, o capital social é um elemento da comunidade que atua de forma positiva sobre a criação de condições para o surgimento do *efeito H*, pois, como afirma Vázquez Barquero (2001, p. 30):

> Os processos de acumulação de capital requerem, em grau maior ou menor, a atuação combinada de todos os fatores que configuram o fator de eficiência H. Na verdade, não é possível que as redes de empresas sejam eficientes, com base na redução dos custos de transação e na obtenção de economias de escala e escopo, se as instituições que condicionam o funcionamento das relações entre as empresas não contribuem para que se desenvolva a confiança entre os atores e não são capazes de garantir os acordos formais entre as empresas.

Por fim, a criação e difusão de inovação, um dos elementos que compõem o tetraedro e, portanto, o fator de eficiência H, e que atua de forma positiva sobre o processo de acumulação de capital, não pode acontecer se o sistema institucional não estimular a interação entre os atores e o aprendizado coletivo através da cooperação. Sendo que, o mesmo pode ser dito quando o ambiente sócioinstitucional não contribuir para o bom funcionamento das organizações dedicadas à pesquisa e à busca de conhecimento. (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Diante disso, podemos concluir que o capital social, enquanto bem público que proporciona a cooperação e a construção de ações coordenadas, é um facilitador do que Vázquez Barquero (ibid.) chamou de *efeito H* e, portanto, um elemento essencial para aumentar a competitividade de empresas e territórios em contextos de aumento da concorrência nos mercados locais, como o da chamada globalização. Por isso, o capital social é um elemento que atua positivamente sobre o processo de desenvolvimento endógeno, principalmente por facilitar a difusão de conhecimento e inovação.

3.5 O papel do conhecimento e da inovação no desenvolvimento local

O ingresso das vinícolas multinacionais na região produtora de vinho no Rio Grande do Sul - décadas de 60 e 70 - coincidiu com o a criação da EMBRAPA e com o surgimento da escola técnica – hoje CEFET[54]·. A ocorrência conjunta desses três eventos acabou por se constituir na porta de entrada da inovação na região.

A partir da introdução das técnicas de produção trazidas pelas multinacionais e do desenvolvimento das pesquisas científicas realizadas, principalmente, por parte da EMBRAPA, as pequenas cantinas do Vale dos Vinhedos passaram a adotar procedimentos mais sofisticados no beneficiamento das matérias-primas.

Por exemplo, no âmbito da produção vitícola, uma importante inovação que contribuiu para o aumento da qualidade do vinho, foi a adoção de um sistema mais moderno de condução das videiras. O mais tradicional é o sistema de pérgola (comumente chamado de latado), e é

[54] Centro Federal de Educação Tecnológica.

caracterizado pela videira suspensa em um sentido horizontal, paralelo ao solo. Contudo, esse sistema de condução, apesar de proporcionar mais cachos por parreira, atualmente não é recomendável para a produção de uvas viníferas, pois dificulta a penetração da luz solar e, com isso, compromete a qualidade dos frutos e, consequentemente dos vinhos. Daí a substituição da pérgola (latado) pelas espaldeiras.

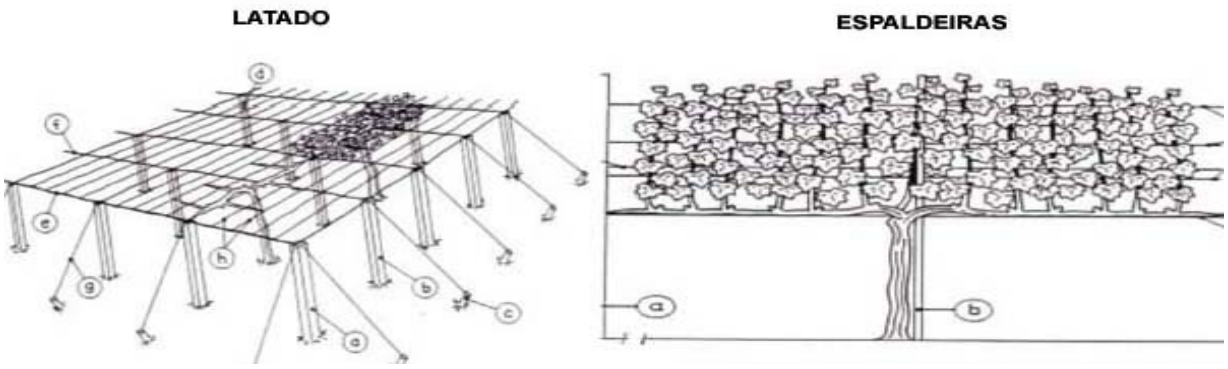


Figura 11: Sistemas de Condução.

Pelo sistema de espaldeiras, facilita-se a utilização de tratores para a aplicação de defensivos. E melhora-se a irradiação solar, aumentando o teor de açúcar nos frutos e reduzindo as doenças fúngicas que atacam as videiras. E tudo isso com o objetivo de produzir uma uva mais apropriada para a vinificação, ou melhor, para a produção de vinhos de qualidade superior.

Assim, podemos perceber, por exemplo, que a produção de uvas, de uma maneira geral deixou de se orientar pela busca dos aumentos de produtividade e que, hoje em dia, as principais vinícolas exigem que seus produtores associados limitem a produtividade máxima por parreira e por hectare. Em geral, hoje no Vale dos Vinhedos, a produção vitícola deixou de lado a preocupação com a quantidade final de uva produzida. A questão não é mais produzir o máximo de matéria-prima por unidade de terra, capital e trabalho, mas produzir de acordo com uma normativa que responda pelas exigências do setor industrial, ou seja, que atenda as demandas das vinícolas. A produção vitícola deve, portanto, ocorrer de acordo com a lógica vinícola. Entretanto, esta é uma lógica que, no Vale dos Vinhedos, não acompanha a da Revolução Verde,

pois o vinho que se produz pela I.P.V.V. não se guia pelo consumo em massa, mas caracteriza-se por ser um produto que busca, sobretudo, a singularidade.

Além disso, a partir da década de 1970, muitos dos filhos de agricultores locais saíram para aprender novas técnicas de produção vitivinícola em países, ou regiões, com larga experiência na área, em especial na França.

De acordo com um dos membros da atual diretoria da APROVALE, o regresso desses rebentos foi de fundamental importância não apenas por trazerem novos conhecimentos, mas também por possuírem maior afinidade à introdução de inovações. Este fato se encontra em conformidade com as conclusões que alguns autores chegaram sobre o valor do conhecimento para a construção de vantagens competitivas dinâmicas. Vejamos, por exemplo, o que dizem Diniz et al. (2004, p. 3):

> Em uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, as vantagens comparativas estáticas ou ricardianas, baseadas em recursos naturais, perdem importância e ganham destaque as vantagens construídas e criadas, cuja base está exatamente na capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação.

Dessa forma a capacidade empresarial se torna central, principalmente no desenvolvimento de inovações de caráter setorial. Autores como Storper (1997), no que denominou de "ativos relacionais", demonstram a importância do ambiente social e cultural no processo de desenvolvimento regional. De maneira semelhante ao que Putnam (2000) identificou com seus estudos sobre a Terceira Itália.

Sendo assim, a importância de características essencialmente territoriais no processo inovativo, se tornam fundamentais, especialmente aquelas ligadas à transferência de conhecimento tácito.

Nesse sentido ganha corpo a noção de <u>sistemas produtivos e inovativos locais,</u> que podem ser entendidos como:

> [...] aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. Assim, consideramos que a dimensão institucional e regional constitui elemento crucial do processo de capacitação produtiva e inovativa. (CASSIOLATO & LASTRES, 2003, p. 27).

Dessa forma, entendemos que o contexto institucional e a forma de regulação que se constituiu no Vale dos Vinhedos, enquanto fruto do histórico de inter-relações entre os agentes, é de fundamental importância para que o processo de difusão de inovação possa ser compreendido, por estes mesmo agentes, como vital à sobrevivência das empresas locais.

Segundo Nelson & Winter (1977) inovação pode ser entendida como qualquer mudança não trivial em produto ou processo. Além disso, o processo inovativo é recheado de incerteza, tanto *ex ante* quanto *ex post*, pois não sabemos, a priori, se as inovações serão bem sucedidas, ou em outras palavras, bem aceitas pelo mercado. De acordo com os autores, P&D possui uma relação direta com o crescimento de determinada indústria. Paralelamente, P&D não pode ser tratada como uma variável independente, mas como uma a ser explicada por outros fatores, dentre os quais o contexto institucional. Segundo Diniz et al (2004, p.5):

> As interações formais e informais dos agentes e instituições, enraizadas no ambiente local, estabelecem redes inovativas, onde a comunicação, a cooperação e a coordenação dos atores agem como elementos facilitadores do processo de inovação.

A citação acima foi extraída de um trabalho que visava estabelecer diretrizes para o funcionamento de políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial no Brasil. Neste, os autores identificaram, entre outras coisas, a importância vital dos aspectos locais para a geração e difusão de inovação, ou para a formação de arranjos e sistemas produtivos locais, principalmente com base nos elementos da chamada "tríade marshalliana" – mercado de trabalho especializado; *linkages* entre produtores, fornecedores e usuários; e *spillovers* tecnológicos e de conhecimento.

Do mesmo trabalho podem ainda ser extraídas outras passagens que ajudam a exemplificar a importância do contexto regional, da capacidade de governança local e do foco localizado no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento regional. Sendo assim que:

> [...] as regiões devem se preparar para prover infra-estruturas específicas, que possam facilitar o fluxo de conhecimento, idéias e aprendizado e que, ao mesmo tempo, tenham capacidade de governança local [...] O compartilhamento dos mesmos valores culturais, mesmas rotinas, mesmas organizações, mesma comunidade, mesma vida social gera uma atmosfera de relações sociais e um conjunto de conhecimentos tácitos, que não podem ser transferidos por códigos formais. O compartilhamento e a absorção desses exigem um contato face a face, só possível através da proximidade. (DINIZ et al., 2004, p.7).

E,

> Resumindo, pode-se dizer que o desenvolvimento está enraizado nas condições locais e que, em uma sociedade do conhecimento e do aprendizado, a capacidade de gerar novo conhecimento constitui o elemento central no processo de produção, competição e crescimento. [...] Dessa forma, o foco do planejamento regional passa a ser a localidade, superando as experiências históricas de planejamento e de implementação de políticas regionais com vistas à promoção homogênea do crescimento econômico e a melhoria social de grandes regiões. (DINIZ et al., 2004, p.9).

Cabe ressaltar que, quando tratamos do conceito de inovação, não nos referimos unicamente à inovação em termos de produto ou processos produtivos, mas estamos adotando uma conceituação mais ampla, nos aproximando bastante do conceito schumpeteriano. Segundo Conceição (2002), mudanças organizacionais e institucionais também adquirem status de inovação.

Ao considerarmos mudanças institucionais como inovações, necessariamente estaremos admitindo que, da mesma forma que a difusão de tecnologia requer mudanças na organização da produção, a mudança técnica é também possível se acompanhada por uma mudança cultural ou por uma mudança nos hábitos e rotinas. Segundo Cooke (1997), a forma pela qual se dá a interação entre os agentes também consiste em um fator determinante da mudança tecnológica. Nas suas palavras: “Technological change in wide sense goes far beyond mere technical progress: it also implies changes in organization, behavior, and the way in which different agents in a system relate to each other”. (COOKE et al., 1997, p. 478).

Nesse sentido, encontramos respaldo ao que David Dequech (apud ABRAMOVAY, 2004, p.44) tem chamado de “virada cognitiva”, ou seja, o fato de que as ciências sociais, de uma maneira geral, têm questionado o que parte da ciência econômica costuma carregar como princípio universal, o fato dos comportamentos humanos serem a-históricos e a-sociais.

Portanto, se os agentes se comportarem de acordo com os parâmetros da “virada cognitiva”, é possível estabelecer um paralelo consistente entre suas ações e o processo de interação no qual estão enraizados. Pois ao assumirmos um comportamento carregado de historicidade e socialmente restringido estamos a ressaltar, em última instância, o seu caráter interacionista. Tal qual enfatizado pela Nova Sociologia Econômica.

Analogamente, a literatura neo-schumpeteriana, enfatiza o caráter localizado e atrelado à forma pela qual se dá o processo de aprendizado que é assumido pela inovação. O conhecimento tácito assume preponderância, juntamente com as instituições e com todo o ambiente sóciocultural que as envolve. Lembremos que: Sob a ótica neo-schumpeteriana, inovações institucionais exercem o mesmo papel das inovações tecnológicas.

Nesse contexto, instituições locais, mesmo aquelas de ordem informal (aquelas que Reis chama de *soft*) como as regras de comportamento e os códigos de conduta, exercem um papel central na absorção e disseminação da informação. Em outras palavras, o aprendizado por interação – *learning-by- interacting* – é de grande importância para a construção de um estoque de conhecimento localmente concentrado.

De acordo com Almeida & Bernardes (1999), o *know-how*, ou habilidades avançadas, são tipicamente desenvolvidas através dos anos pela experiência prática, através dos processos de *learning-by-doing* e do já mencionado *learning-by-interacting*. Nesse sentido, adquire importância para o fortalecimento de posições competitivas a formação de alianças estratégicas e redes de cooperação interfirmas.

Na opinião dos autores supracitados (ALAMEIDA & BERNARDES, 1999, p. 109):

> A dinâmica social de mudança tecnológica, no capitalismo atual, não reflete somente o quanto se aprende ao realizar as rotinas produtivas intrafirma, mas também o quanto se aprende pelos canais de interação com outras empresas e com os seus trabalhadores. Essa parece ser a lógica operacional das firmas contemporâneas, a coordenação em redes.

Além disso, regiões com alto poder de coesividade estão mais propensas a se organizarem de maneira sinérgica na busca de um objetivo em comum, o que faria com que o desenvolvimento de processos inovativos fosse entendido como sendo benéficos ao conjunto da sociedade e, portanto, como um mecanismo desejável ou, no mínimo, necessário à sobrevivência.

No caso do Vale dos Vinhedos, o sentimento de pertencimento fundamentado num forte sistema de valores propicia a formulação de um pensamento homogêneo que, em geral, expressa certa ética do trabalho, da família, da reciprocidade e da cooperação, mas também da mudança. As empresas encontram-se enraizadas no território, o que faz com que haja um comprometimento maior dessas para com a comunidade ao seu entorno. Assim, segundo Becattini (1999): “Tende a criar-se uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas”.

A adoção de inovações, que quando pensada em outra escala geográfica poderia ser encarada como um malefício por ocasionar a perda de postos de trabalho, quando analisada sob a ótica do território "aparece como um avanço social realizado graças a uma tomada de consciência por parte do conjunto dos segmentos da atividade industrial e de todas as camadas da população". (BECATTINI, 1999 p. 27)

Quando falamos em processos inovativos, necessariamente devemos levar em consideração que o aprendizado se constitui num elemento estratégico, tanto por sua associação com as rotinas e com o "saber fazer", quanto por sua ligação umbilical com as características específicas de determinada região. O desenvolvimento das capacidades dinâmicas das firmas guarda uma relação profunda com o ambiente e com a história de construção social desse ambiente.

O processo de aprendizagem, portanto, "é fortemente localizado, em função da forma que interagem pesquisa, experiência prática e ação, através dos processos de aprender fazendo, usando, interagindo e aprendendo". (Diniz et al., 2004, p. 6). Ou seja, a interação exerce um importante papel na disseminação do conhecimento, principalmente o de origem tácita e, por isso, a proximidade e a historicidade contidas no ambiente territorial são peças chaves para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem e, conseqüentemente, para a geração e difusão de tecnologia.

De acordo com Cassiolato & Lastres (2003), o conhecimento tácito é de fundamental importância para o surgimento do que Cooke & Morgan (1998) denominaram *learning regions.* Sendo assim, assume destaque o mecanismo de aprendizado por interação na constituição das "regiões que aprendem".

Nesse sentido, convém resgatar algumas das palavras de Possas sobre o conhecimento e a informação:

> [...] conhecimento vai muito além disso, incluindo todo um referencial do receptor da informação, que lhe permite decodificá-la e utilizá-la. Assim, por exemplo, um artigo de fronteira de qualquer campo do conhecimento é informação, mas a maioria dos seres humanos não é capaz de usar esta informação, pois não é capaz de realmente conhecê-la. Para tal, precisaria ter domínio da ciência em questão [...] o que é realmente relevante não é apenas a informação, mas o conhecimento propriamente dito, pois a informação por si só não é utilizável. (Possas, 1997, p. 87).

Dessa forma, temos que o conhecimento é encarado com um elemento imprescindível para o desenvolvimento socioeconômico. Consequentemente, todas as formas de transmissão desse conhecimento, muitas vezes tácito, tornam-se instituições essenciais à formação de vantagens competitivas, que não sejam do tipo estáticas – ricardianas, mas sim dinâmicas e difíceis de serem replicadas em outros contextos. Para Cassiolato e Lastres (2003, p. 27):

> [...] a ênfase em sistemas e arranjos produtivos locais privilegia a investigação das relações entre conjuntos de empresas e destes com outros atores: dos fluxos de conhecimento, em particular, de sua dimensão tácita; das bases dos processos de aprendizado para as capacitações produtivas, organizacionais e inovativa; da importância da proximidade geográfica e identidade histórica, institucional, social e cultural como fontes de diversidade e vantagens competitivas.

Vázquez Barquero (1999), identifica uma política de desenvolvimento local como sendo um conjunto de iniciativas que surgem da estratégia dos atores locais com vistas a aumentar a competitividade local, sendo imprescindível à presença de sinergia entre os inversores e o território, no sentido de estarem comprometidos com o desenvolvimento da região.

O desenvolvimento estaria, assim, enraizado nas condições sociais da localidade e, dessa forma, as decisões empresarias passam a ter um caráter também territorial, por absorverem parte da cultura local, por estarem organizadas de forma interdependente entre si e por se utilizarem das externalidades e dos recursos específicos gerados territorialmente, como a mão-de-obra qualificada, por exemplo.

Em suma, temos que o processo inovativo é de fundamental importância para o enfrentamento da competição, especialmente em uma sociedade nos moldes atuais, fortemente baseada no conhecimento. Contudo, a inovação vem revestida de um forte caráter regional, sendo central em sua constituição o exercício das potencialidades territoriais capazes de atuar como molas propulsoras desse movimento. Assim, enaltece-se o papel decisivo que as instituições exercem diante do processo de criação e geração de inovações.

Ademais, a cooperação entre empresas é capaz de formar uma rede de aprendizado interativo, na qual se tem facilitado o fluxo de idéias e experiências, contribuindo-se assim para a geração de um estoque de conhecimento pertinente aos participantes da rede. Nesse sentido, a concentração espacial pode ser vista como uma forma facilitadora da geração de conhecimento, principalmente através da formação de referências coletivas.

Contudo, a construção de um canal eficiente de comunicação passa, necessariamente, pela incorporação das peculiaridades locais. Em outras palavras, o canal de comunicação, para ser eficiente, deve ser parte refletora do ambiente social, cultural e institucional.

3.6 Instituições de apoio tecnológico ao setor vitivinícola brasileiro

De acordo com Lapolli et. al (1995), a melhoria da qualidade do vinho não é apenas resultado das condições de solo e clima, mas é também, em larga medida, tributária do desenvolvimento tecnológico e dos investimentos que se realizam nos setores industrial e primário. Além disso, pesquisas da própria EMBRAPA (1995) revelam que 95% dos produtores ligados ao setor vitivinícola receberam algum tipo de assistência técnica, tanto de instituições públicas como privadas. Nesse sentido, as instituições que mais se destacam na geração e difusão de tecnologia relacionada ao setor vitivinícola são:

a) EMBRAPA – CNPUV:

O Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho – CNPUV – da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Localiza-se na cidade de Bento Gonçalves e possui como missão "gerar e promover conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento sustentado do complexo agroindustrial vitivinícola nacional, bem como de fruteiras de clima temperado, em beneficio da sociedade". (LAPOLLI et. al, 1995, p.62).

O CNPUV tem atuado na geração e difusão de tecnologia e no desenvolvimento do setor vitivinícola. Entre outras formas, atua na distribuição de material vegetativo livre de vírus e que são resultado de pesquisas realizadas pelo Centro. Assim, contribui para a elevação da renda do produtor, tanto de uva quanto de vinho. Sendo suas competências[55]:

1. Produzir conhecimentos científicos e tecnologia (como geradora);
2. Incentivar outras organizações a gerarem conhecimentos científicos relevantes a sua missão (como promotora);
3. Fazer com que tais conhecimentos e tecnologias atinjam o público-alvo.

[55] Segundo LAPOLLI et. al (1995).

4. Organizar o conhecimento existente de modo a dotá-lo de valor de uso no âmbito de sua missão (conhecimento aplicado);
5. Propor novos métodos de representar e interpretar a natureza e as relações entre seus aspectos e fenômenos (conhecimento básico);
6. Produzir recursos tecnológicos em forma de produto, processo ou serviço (tecnologia);
7. Buscar o desenvolvimento sustentado;
8. Atuar no âmbito do complexo agroindustrial vitivinícola, entendido com a soma total das operações de produção, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos vitivinícolas e itens produzidos com eles. O complexo agroindustrial vitivinícola engloba também os fornecedores de bens e serviços à vitivinicultura, incluindo a atuação dos agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, como governo, entidades comerciais, financeiras e de serviços;
9. Proporcionar alternativas de exploração agrícola à pequena propriedade vitícola ou vitivinícola;
10. Assegurar que os resultados da pesquisa tenham utilidade efetiva para a sociedade na qual está inserida.

De acordo com Lapolli et al (1995), no cumprimento de sua missão o CNPUV busca atingir os seguintes objetivos:

1. Aumentar a eficiência do complexo agroindustrial vitivinícola.
2. Adequar a qualidade da matéria-prima e dos produtos do complexo agroindustrial e reduzir custos de produção.
3. Gerar tecnologias para aprimorar os sistemas produtivos rurais e processos agroindustriais e de controle de qualidade, buscando ainda maior identidade dos produtos com as regiões de produção.
4. Adaptar tecnologias desenvolvidas em outras instituições/regiões inclusive de outros países.
5. Promover e agilizar o marketing de informações científicas e tecnológicas, produtos e serviços.

6. Elevar o CNPUV á condição de Centro de referência e de informações.

b) EMATER;

O escritório da EMATER/RS, que se localiza em Bento Gonçalves, prioriza em seus trabalhos a orientação aos agricultores, em consonância com o desenvolvido pelas cooperativas e empresas do setor. Nesse sentido, persegue a melhoria na qualidade da uva, através de melhores práticas culturais e combate às viroses e doenças fúngicas que costumam atacar as videiras. Diga-se de passagem, que o clima úmido da região serrana do Rio Grande do Sul facilita o surgimento de tais moléstias.

c) Empresas Industriais e Cooperativas;

De acordo com Lapolli et al (1995), as empresas industriais e as cooperativas com posição de liderança na produção vinícola exercem um papel modernizador, que se reflete principalmente através da difusão de tecnologia para seus fornecedores. Embora a importação de tecnologia e de mudas de parreiras tenham sido as suas primeiras formas de atuação, atualmente os esforços se concentram no fornecimento de assistência técnica, com vistas a aumentar a qualidade da matéria-prima[56].

d) Instituições formadoras de recursos humanos;

Segundo Lapolli et al (1995), a formação histórica do Rio Grande do Sul é bastante marcada pela imigração européia, principalmente aquela que se deu no século XIX e início do século XX. Tal corrente migratória, segundo a EMBRAPA, teria sido responsável por trazer uma bagagem onde a vitivinicultura já ocupava um grande espaço. Especialmente entre os imigrantes de origem italiana o cultivo da vinha e a produção do vinho refletiam conhecimentos oriundos de uma cultura milenar.

Além disso, na região de colonização italiana do Rio grande do Sul , ou seja, a MR-016/RS do IBGE, se desenvolveram uma gama de cursos técnicos, onde a antiga Escola Agrotécnica Federal "Presidente Juscelino Kubitscheck", hoje Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET – em Bento Gonçalves, desponta como de grande relevância.

[56] Em muitos casos o aumento da qualidade da uva implica na redução da quantidade produzida, o que requer uma decisão compartilhada entre o vinicultor e o agricultor.

Tal instituição foi construída em 1959, com a denominação de Escola de Viticultura e Enologia, e desde 1975 oferece também a habilitação para Técnico em Agropecuária. Para atingir seus objetivos o Centro desenvolve projetos vitícolas, enológicos e agropecuários através de um trabalho profissionalizante que busca aliar a teoria à prática. Nesse sentido, faz-se uso de laboratórios de Enologia, Química, Física, Biologia e Microbiologia, além de duas grandes áreas situadas respectivamente no perímetro urbano de Bento Gonçalves e em uma região rural da mesma cidade, conhecida como bairro do Tuiuti. A instituição possui ainda uma cantina de vinificação operada pelos alunos, através da Cooperativa-Escola. Em 1995, foi implantado o Curso Superior em Viticultura e Enologia, único no país.

Fora isso, o setor vitivinícola conta com o auxílio de outras instituições de excelência na formação de conhecimento científico, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade de Caxias do Sul, que através da ação de seus pesquisadores geram e difundem um conhecimento que serve, sobretudo, de ponto de sustentação para o desenvolvimento do setor. Cabe ressaltar que a delimitação geográfica da área que compõe o atual Vale dos Vinhedos, e que serve de base para a indicação geográfica, contou com forte auxílio de profissionais e tecnologia das instituições federais e também da Universidade de Caxias do Sul.

3.7 A visão da EMBRAPA e da EMATER/RS acerca das indicações geográficas

A Embrapa Uva e Vinho (ou Centro Nacional de Pesquisa da Uva e do Vinho da Embrapa) possui, hoje, dezenas de projetos com vistas a atender as demandas do setor vitivinícola. Contudo, deve ser respeitado o plano diretor da unidade que orienta para quais são os gargalos tecnológicos a serem transpostos. Dessa forma, aprovam-se projetos que se encontrem apenas dentro das áreas consideradas, pela entidade, como prioritárias.

Com relação à forma pela qual se dá a interação com o setor privado, Jorge Tonietto (em informação verbal[57]), pesquisador da entidade responsável pelo Zoneamento Vitivinícola e pelas

[57] Entrevista concedida para obtenção de informações para a confecção deste trabalho.

Indicações Geográficas, enfatiza que existem demandas que são “mais corpo a corpo”, como no caso das Indicações Geográficas. Nestas, o trabalho é realizado em conjunto com o setor privado, ou seja, de forma interligada busca-se sinergia entre as ações públicas e privadas. Os produtores têm uma demanda específica e a EMBRAPA trabalha diretamente ligada a eles para solucionar os problemas. E nesse sentido, o processo de construção de uma indicação geográfica é feito conjuntamente pelos setores público e privado.

Por outro lado, existem outros tipos de projetos, como os de melhoramento genético, no qual a agregação de genes e plantas transgênicas exige uma interface mais cuidadosa com o produtor, no sentido de identificar as demandas que são, muitas vezes, potenciais, ou seja, os viticultores não possuem, sempre, a clareza sobre o que, de fato, necessitam, tecnicamente falando. Nesse caso, os produtores argumentam que possuem problemas de produtividade, problemas fitossanitários, que os custos de produção estão muito elevados, etc. A partir daí, cabe a equipe técnica da EMBRAPA traduzir essas reclamações em estratégias de desenvolvimento tecnológico que viabilizem a equacionalização de tais problemas.

De acordo com a estratégia de busca de uma indicação geográfica para os vinhos da Serra Gaúcha, Tonietto (ibid.) afirma que a paternidade intelectual da estratégia é da EMBRAPA, como um todo, e dele próprio, em particular. No seu entendimento, a trajetória histórica da Serra Gaúcha possibilitou pensar-se em uma macroidentidade com vistas à organização de uma indicação geográfica. Isso aconteceu no inicio da década de 1990, mas especificamente até o ano de 1994. Contudo, naquela época, não se conseguiu, junto à sociedade, interlocutores com disposição de “comprar a idéia”.

Entre os anos de 1994 e 1995, a vitivinicultura gaúcha atravessava um momento de grandes dificuldades, especialmente para os vinhos finos, com os produtores em dificuldades de comercializar em condições de cobrir os custos de produção. Nesse período, encontrava-se na atual região do Vale dos Vinhedos um grupo de produtores com certa identidade de problemas, mas também com o espírito inovador de tentarem soluções alternativas para que pudessem se manter no mercado, crescer e focar qualificação. Foi com esse grupo de produtores que, então, a EMBRAPA encontrou eco para a sua proposta de estabelecer uma indicação geográfica para os vinhos da região da Serra Gaúcha.

Entretanto, estes produtores já tinham a convicção de que o caminho para suplantar as dificuldades que se apresentavam ao setor vitivinícola passaria, necessariamente, pelo associativismo, ou seja, pela busca de ações coletivas e não individuais. Havia, por parte destes produtores, a idéia de se tentar ações conjuntas, como na compra de insumos, por exemplo.

De acordo com Tonietto (ibid.), embora o reconhecimento por parte do INPI da Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos tenha ocorrido em 2002, no ano anterior, já acontecia a produção de acordo com uma região delimitada e uma normativa de produção. A EMBRAPA esteve presente com os produtores na organização de tal normativa, assim como a Universidade de Caxias do Sul – UCS.

Para Tonietto (ibid.), a EMBRAPA entende que não é protagonista nesse processo e, portanto, que as indicações geográficas são construídas pelos produtores organizados em cada região. A entidade respeita e mantém essa hierarquia, mas não se omite do debate e da busca de melhores soluções para cada caso. “Muitas vezes somos pró-ativos e provocamos o debate, mas não esquecemos que as indicações geográficas são os produtores”. (TONIETTO, informação verbal).

Atualmente, a Embrapa Uva e Vinho apóia outros projetos de consolidação de indicações geográficas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. E nesse sentido, estão em busca de obtenção de selos de indicação geográficas as regiões de Pinto Bandeira, Farroupilha, Monte Belo do Sul e Nova Pádua, todas no Rio Grande do Sul além do projeto de vinhos de altitude no estado de Santa Catarina.

Para Tonietto (ibid.), as indicações geográficas são trabalhadas com base em uma área geográfica delimitada. Esta se fundamentada na história do lugar e em fatores naturais como clima, solo e relevo, mas também em fatores humanos como: uso do solo, representatividade de produtores e recursos humanos. Por isso, é um espaço geográfico complexo que envolve vários fatores.

No caso do projeto de indicação geográfica de Monte Belo do Sul, por exemplo, já encontra-se concluída a fase de delimitação geográfica, sendo que nela estão incluídas partes dos municípios de Monte Belo do Sul, Bento Gonçalves e Santa Teresa. Monte Belo do Sul, por sua vez, já é uma região com alta concentração de vinhedos de variedades viníferas, embora suas pequenas vinícolas tenham tradição na produção de vinhos comuns. Nesse sentido, verifica-se um

forte trabalho de reconversão dos vinhedos, ou seja, a passagem dos vinhedos de uvas comuns para uvas viníferas.

Em relação a possíveis rejeições por parte dos produtores em realizar a reconversão dos vinhedos, o pesquisador da EMBRAPA ressalta que as adesões aos projetos de indicações geográficas são absolutamente voluntárias, logo, o conjunto de inovações que estas requerem são incorporados pelos produtores por iniciativa própria.

Entretanto, Tonietto (ibid.) afirma que mesmo que represente para o produtor: desafios, investimentos e mudança de mentalidade, ele assume esse projeto por enxergar, nele, o potencial de desenvolvimento e as oportunidades de negócios que se abrem, e que abrem caminhos para o crescimento em um negócio novo, porém dentro de uma região já bastante conhecida. Esse é, segundo ele, o fator motivacional que impele os produtores a aderir a normativa de produção da indicação geográfica.

Sendo assim, embora o processo de transformação requeira tempo, investimento e capacitação, entre outras coisas, ele também abre a possibilidade de crescimento para o pequeno produtor e, por isso, há o envolvimento deste com um projeto de dinâmica coletiva, na qual a principal inovação é a perda de parte de sua autonomia. Pois, a partir de sua inclusão em um projeto de indicação geográfica, o produtor necessita deixar de agir isoladamente para poder harmonizar-se com os demais produtores a fim de, conjuntamente, viabilizarem o desenvolvimento do projeto.

Portanto, para Tonietto (ibid.) a principal inovação se dá por uma mudança de autonomia de gestão. Pois, se até então cada produtor geria seu próprio negócio isoladamente e tomava suas decisões em conformidade com as oportunidades que lhe surgiam, a partir de sua opção por integrar-se a uma estratégia de indicação geográfica, suas decisões passam a ter caráter coletivo.

Na medida em que passa a trabalhar com um novo conceito de comercialização, no qual se pratica a promoção conjunta de determinados produtos produzidos em determinado espaço geográfico. As decisões individuais necessitam respeitar um regulamento, válido para todos.

Assim, essa é a grande diferença em relação à produção convencional, a saber: a produção com base na indicação geográfica toma como premissa um território. Para tal é necessário que o produtor mude sua mentalidade, deixando de viver exclusivamente o “eu” para se reportar ao “nós”. Ele necessita, então, aceitar o coletivismo como um valor maior, da mesma forma que

precisa assumir o seu compromisso para com a sociedade envolvida na construção de tal projeto de desenvolvimento, baseado no macroconceito do território.

Indicação geográfica não pressupõe apenas qualificação, mas também o aumento constante e crescente da qualidade na produção e no produto final. Portanto, tudo aquilo que se associa, de uma maneira ou de outra, à qualificação do produto, seja na viticultura, seja no processo de transformação da matéria-prima, deve ser constantemente retrabalhado e melhorado. E, assim sendo, os investimentos em capacitação e em novas técnicas produtivas devem estar sempre em pauta.

A indicação geográfica deve, necessariamente, apresentar um produto de qualidade superior, pois do contrário corre o risco de perder o sentido. Caso isso aconteça, perde-se também o conjunto de esforços e de recursos que nela foram investidos. Portanto, estratégias de indicações geográficas possuem *path dependency* que não devem ser desprezadas, mas sim potencializadas, gerando-se um ciclo virtuoso de inovação e melhoramento no produto final.

Nesse sentido, Diniz et al (2004, p. 4) argumentam, citando Hodgson (1996) e Nelson & Winter (1982), que:

> [...] as instituições possuem certa estabilidade, determinada pelo peso das interações cumulativas e da herança histórica, as quais estabelecem certos padrões de dependência. Nessa mesma linha, a concepção evolucionista mostra que o sistema se move através de um processo contínuo de inovação, porém dentro de um ambiente de seleção e rotinas, resultantes dos condicionantes históricos e sociais.

A produção diferenciada, portanto, assume todos os tipos de melhoramentos tecnológicos possíveis, tais como a adoção de mudas com qualidade sanitária e identidade varietal, com as quais combina-se um sistema de condução que otimize seu desenvolvimento. Além disso, deve avançar mais rapidamente do que a produção convencional no caminho da qualificação, buscando alcançar a excelência em produtos e processos. Deve, pois, ocupar lugar de vanguarda na dinâmica de inovação para o setor vitivinícola, servindo de locomotiva ao processo inovativo como um todo.

Nesse sentido, a indicação geográfica tira da inércia, também os produtores que não fazem parte dela, pois, estes identificam, a partir de determinado momento, que aqueles que estão

organizados em torno de uma estratégia de indicação geográfica obtém resultados positivos pela agregação de valor aos seus produtos.

Justamente por isso, atualmente, há outros projetos de obtenção de indicação geográfica para vinhos em andamento no sul do Brasil, conforme já salientamos antes, são quatro no Rio Grande do Sul e um no estado de Santa Catarina, através do projeto de identificação dos vinhos de altitude.

Em resumo, o que se vê é uma corrida por parte de vários produtores para aumentarem o grau de sofisticação de seus produtos, tanto daqueles que enxergam a estratégia de indicação geográfica do Vale dos Vinhedos com um exemplo de sucesso e, por isso, tentam imitá-los. Quanto daqueles que, mesmo não buscando uma solução com base em uma indicação geográfica, não querem ficar para trás, isto é, não querem que seus produtos fiquem com qualidade muito inferiores aos que detém a indicação geográfica. Estes, por seu turno, a cada vez que sentem que a distância qualitativa entre eles e os de produção convencional diminui, aceleram o processo de qualificação. Isso acaba por gerar uma espécie de círculo virtuoso da inovação, tendo como carro chefe os produtores associados que detém a indicação geográfica.

Atualmente no Vale dos Vinhedos está a se trabalhar em um projeto que, caso seja alcançado, representará, mais uma vez, um grande passo na trilha da diferenciação de produto para os vinhos brasileiros. Os produtores do Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha, incorporaram de vez o espírito da locomotiva da inovação no setor vitivinícola nacional e preparam-se para alcançar o estágio máximo de qualificação que um vinho especial pode ter: a Denominação de Origem.

Para a Denominação de Origem – DO – do Vale dos Vinhedos, as videiras serão conduzidas apenas por sistemas verticais, além de terem restringidas ainda mais suas produtividades por hectare. Além disso, a produção será especializada apenas naquela variedade vinífera que mais se adapte as características climáticas da Serra Gaúcha. Nesse sentido, a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos será voltada apenas à produção de uma qualidade de vinho tinto, uma de vinho branco e uma de espumantes.

Para Antônio Conti, da EMATER/RS (informação verbal[58]), um projeto de indicação geográfica para vinhos não leva em conta apenas a utilização de inovações e tecnologias de ponta

[58] Entrevista concedida para obtenção de informações para a confecção deste trabalho.

na produção. Para além disso, pesam também os fatores naturais como clima e solo e os fatores humanos, como cultura e questões étnicas.

Dessa forma, uma das características principais que leva uma região à obtenção de um selo de indicação geográfica, é o seu caráter de singularidade. Assim, questões de genuinidade também são consideradas como um pré-requisito para a homologação de um selo de indicação geográfica. A tecnologia é, portanto, de grande importância, mas não é capaz de determinar, por si só, se uma região será ou não portadora de um selo de indicação geográfica.

A cultura, os hábitos e todos os costumes da comunidade que se encontra envolvida nesse projeto é também um dos pontos principais, para a construção de uma Denominação de Origem ou Indicação de Procedência. Por isso a importância do chamado *terroir*.

Considerações finais

Neste capítulo, procurou-se deixar claro que, ao tratar de um território, estamos tratando de uma porção do espaço que é geograficamente localizada e socialmente construída. E, assim, um território possui historicidade, ele é derivado de um processo histórico, de uma série de acontecimentos que se sucederam no tempo. È justamente isso que faz com que ele tenha um determinado arranjo institucional que funcione no sentido de lhe fornecer identidade ao atuar na determinação de sua trajetória de crescimento.

Em relação ao território, concluímos que este não é apenas uma questão geofísica, mas sim uma construção social sobre uma determinada base geográfica. Obviamente, o conjunto de recursos naturais disponíveis nesse espaço integra o conjunto de elementos estruturantes do território. Contudo, a maneira pela qual se dará o aproveitamento desses recursos é fortemente relacionada com a historicidade da região e leva consigo as bases sociais historicamente construídas através do processo de inter-relação pessoal e institucional.

No Vale dos Vinhedos, o arranjo institucional local inclina à preponderância da ação coletiva, especialmente quando se está a atravessar momentos de crise, como este que permeia o

arranjo produtivo vitivinícola da Serra Gaúcha. O associativismo trata-se de um traço que marca a identidade daquele território e as concepções de controle das pessoas que lá vivem.

Assim, procurou-se demonstrar que as instituições locais condicionam certas (importantes) dinâmicas econômicas, tais como os processos de geração e difusão de conhecimento e inovação e, em alguns casos, até mesmo a forma pela qual as empresas locais irão se engajar no processo competitivo, com mais ou menos cooperação. Isto revela que, de fato, as instituições locais importam, elas são peças fundamentais na determinação da dinâmica econômica local.

As instituições são frutos de um processo histórico, assim como reflexos da estrutura social que deriva desta historicidade, mas são também as entidades através das quais se definem restrições e possibilidades da ação humana, elas são o grande elemento de diferenciação das economias, como bem ressaltou Reis (2007).

No território do Vale dos Vinhedos, a articulação empresarial sob a forma de redes é um importante condicionante da forma pela qual se dá a geração de conhecimento e a introdução e difusão de inovações. Para as vinícolas locais, especialmente as associadas a APROVALE, a cooperação que se revela, entre outras formas, pela troca constante de informação, é um importante elemento que contribui positivamente para a geração de um estoque de conhecimento localizado, bem como para a formação de um sistema local de inovação.

Nesse sentido, as ações da EMBRAPA voltadas para a solução das demandas que partem dos produtores locais evidenciam a existência de uma estrutura de governança que atua fortemente para a solução dos problemas locais. Deve-se ressaltar que, no Vale dos Vinhedos, existe uma estrutura de governança que atua com vistas a por em marcha uma estratégia de desenvolvimento local em conformidade com as instituições locais e com as concepções de controle dos atores locais.

Fazem parte desta estrutura: a sociedade civil organizada, através da associação de produtores e do sindicato de trabalhadores rurais; o Estado, principalmente através de suas instituições de pesquisa e dos órgãos de intervenção direta; as empresas privadas e as diferentes qualidades de atores, como aqueles que tiram seu sustento das rendas relacionadas à atividade turística.

A existência de uma estrutura de governança como esta confirma que o mercado não é o único coordenador das ações individuais. Em outras palavras, a regulação não se dá exclusivamente pelo amorfo mecanismo de mercado, tal qual defendido pela teoria econômica convencional.

Deriva-se disso que, de fato, os agentes possuem aquilo que Reis (2007) chamou de intencionalidade, ou seja, o desejo de tomar para si, ao máximo possível, o controle da situação. Portanto, os indivíduos procuram reduzir a incerteza através da constituição de uma estrutura de governança que lhes possibilite tomar as rédeas da coordenação das ações, ao invés de deixá-la a cabo do mercado. Os indivíduos desejam ser o sujeitos da coordenação e, principalmente, dos processos de desenvolvimento.

Em relação às instituições, cabe ressaltar que o conjunto institucional que é, ao mesmo tempo, produto e produtor da realidade territorial, carrega consigo as marcas da constituição histórica do território. As normas comportamentais e os códigos de conduta que orientam a tomada de decisão dos agentes solidificaram-se através do tempo.

Portanto, a tendência ao associativismo que se percebe não apenas no território do Vale dos Vinhedos, mas em quase toda região serrana do Rio Grande do Sul, deriva de sua formação histórica. Foi quando a ação associativa se tornou um bom exemplo de superação de dificuldades que a comunidade local passou a associar a ação conjunta à uma imagem de sucesso.

Em relação ao capital social, concluímos que: trata-se de um importante elemento que facilita a cooperação e aumenta a eficiência das sociedades. No Vale dos Vinhedos, a reciprocidade das ações e o histórico de cooperação facilitaram a formação de um bom estoque de capital social. Lembrando que, de nossas entrevistas, 93,33% declararam participar voluntariamente de alguma associação, 73,34% crêem que há cooperação entre os atores locais e 63% costumam visitar os vizinhos regularmente.

Esses resultados aliados às informações colhidas em fontes secundárias sugerem em boa medida que, no Vale dos Vinhedos, existe um bom estoque de capital social, oriundo muito provavelmente do histórico de cooperação e reciprocidade que existe naquela comunidade e que advém da própria construção do aparato social local.

Além disso, as entrevistas realizadas com os vinicultores deixam bastante claro que existe uma troca de informações constante entre as empresas, o que revela um alto grau de cooperação

interfirma. Tal fato contribui para a formação de um estoque contextualizado de conhecimento, uma das fontes de formação de um sistema local de inovação que, como vimos, é uma das molas propulsoras de um processo de desenvolvimento endógeno.

Logo, concluímos que existe uma rede de empresas que se beneficia da proximidade física e dos diversos pontos de encontro que dela derivam para alimentar um sistema local de inovação. Dessa forma, facilita-se a difusão do conhecimento e da inovação e, portanto, estimula-se o processo de desenvolvimento endógeno. Sendo que, o histórico de cooperação e reciprocidade local atua como um poderoso óleo lubrificante às engrenagens desse profícuo sistema produtivo local.

Entretanto, nossas entrevistas acenderam um sinal de alerta, pois é possível que o estoque de capital social no Vale dos Vinhedos esteja por se enfraquecer, dado à ocorrência de manifestações que afirmaram que a cooperação costumava ser maior no passado do que atualmente além daquelas que revelaram que a quantidade de visitas aos vizinhos tem diminuído.

Ademais, as entrevistas também evidenciaram um outro elemento: ao que tudo indica, as cantinas estão mais organizadas e o associativismo está mais presente entre elas do que entre os agricultores e demais atores do Vale dos Vinhedos. Ressalta-se, pois, que entre os cantineiros existe mais cooperação e, consequentemente, uma maior troca de informações. O que, por sua vez, deriva no desenvolvimento de uma rede interfirma.

Concluímos também que a presença das instituições públicas de pesquisa, especialmente a EMBRAPA, contribui não apenas para quantificar, mas também para qualificar o estoque de conhecimento local. Ademais, o Estado, justamente através daquela instituição, pode ser visto como o indutor da estratégia da indicação geográfica no Vale dos Vinhedos.

Além disso, concluímos que as indicações geográficas e o território formam uma espécie de simbiose, pois não existe indicação geográfica sem o território, ao passo em que o próprio território pode se desenvolver através da construção de uma indicação geográfica.

Por fim gostaríamos de resgatar (reforçar) algumas palavras já levantadas ao longo deste terceiro capítulo, mas que, afinal, resumem o que pensamos sobre um território: este é, sobretudo, uma construção social. É uma porção do espaço onde se territorializam as relações humanas e, dentre elas, os fenômenos econômicos. Mas é também um lugar que oferece um mapa cognitivo, um modelo de racionalidade pela qual os atores se habilitam a tomar suas decisões.

No território, se produz conhecimento, que é contextual, e que está intimamente ligado a diversidade entre as regiões. Surgem, portanto, no território, densidades, como a geração e difusão de conhecimento e inovação. Nesse sentido, a busca pelo papel da inovação localizada, tem sido um dos principais alvos das pesquisas que visam entender as disparidades regionais.

Território, portanto, é interação, é fornecimento de modelos de racionalidade, é fonte de conhecimento e de geração e difusão de inovação. Território é conjunto de instituições que condicionam o desempenho econômico e que tornam as indústrias elementos contingentes. É o local onde se fundem as relações humanas, econômicas e sociais. É o substrato dos processos de vida de que falava Veblen.

Território é criação de redes entre empresas e entre pessoas, que se sustentam. Território é identidade cultural que diferencia um grupo de outro. É onde se preserva ou se destrói o meio-ambiente. É onde o homem interage com esse ambiente para criar algo novo, ou para valorizar o velho produto, a velha capacidade organizacional de suas firmas, aquilo que aparece como uma vocação construída através do tempo.

Território é onde acontecem a inter-relações sociais que evidenciam o fato de que não somos atomizados. É onde se produzem as externalidades positivas, que são externas as firmas, mas internas ao território. Território é onde se dá o processo de acumulação de capital, é onde se faz pesquisa e onde se criam e se aplicam pacotes tecnológicos. É onde se produz cultura, hábitos, normas de comportamentos, fatos sociais que se reproduzem através do tempo. É onde se constrói a história e a experiência que fornecem os significados para os acontecimentos e que auxiliam a entender o mundo. É onde se geram as economias de aglomeração.

Território é onde se produz a tensão entre mobilidades e territorializações, é onde as forças globais colidem com as forças locais para gerarem, ou não, uma nova força, uma nova estrutura produtiva. É onde se dão e se modificam as relações de trabalho, onde se observam os efeitos das políticas macroeconômicas. É onde se verifica o balanço de poder local, onde se consubstanciam os grupos de interesses e suas entidades representativas, onde as disputas pelo poder político tomam forma. É onde as corporações articulam-se entre si para gerar as configurações setoriais e políticas.

Território é onde se formam as visões de mundo, e não onde, simplesmente, se projetam visões pré-estabelecidas. É onde se criam as estruturas de governança, que evidenciam a intenção

dos indivíduos de serem protagonistas, ao invés de passivos observadores da ação da mão invisível, ou eternos dependentes do Estado de providência. Território é onde os humanos produzem e trocam, competem e cooperam.

Entretanto, o território não é a fonte de todas as explicações, e não dá a resposta para todas as indagações acerca dos fenômenos econômicos É preciso, conforme nos alerta Reis (2007), que se evite o erro de reificar a noção de território. Embora o território sirva para explicar muito dos fenômenos econômicos, ele não é capaz de explica-los em sua totalidade, pois, existem ações que são tomadas fora de seu âmbito e que lhes impõe efeitos. É o caso, por exemplo, das políticas macroeconômicas. Muitas vezes, estas são definidas em uma escala que ultrapassa a territorial, mas podem ser profundos seus efeitos sobre determinado território, mesmo que este não tenha tido influência alguma sobre a sua determinação.

Nesse sentido, é preciso entender que o território não é algo que está hermeticamente fechado, mas como algo que produz tensões com o que vem de fora, e também como algo que evolui com estas tensões. A evolução do território, em muitos casos, tem como impulso alguma força que lhe é exógena. Alguns casos de incorporação de tecnologia são bons exemplos disso, e a indústria vitivinícola gaúcha e o próprio território do Vale dos Vinhedos comprovam essa idéia, a partir do que se verificou nas décadas de 1960 e 1970, especialmente. Outro exemplo, e que toca diretamente o escopo deste trabalho, é o aumento da competição nos mercados locais, como fruto da globalização. Trata-se de uma força exógena que gera uma tensão com as territorialidades, a ponto de reorganizar algumas estruturas territoriais. É dessa forma que os territórios evoluem.

Portanto, note-se bem, o território não é a panacéia para explicar a exuberância dos fenômenos econômicos que estão a ocorrer com tremenda intensidade, principalmente nos últimos trinta anos. Mas é a base dos fenômenos sociais que balizam os fenômenos econômicos, como afirma a Nova Sociologia Econômica.

Capítulo 4

O espaço rural do Vale dos Vinhedos: uma realidade em transformação

Se hoje em dia se tem percebido os esforços de muitos teóricos em resgatar a variável espacial para o campo da análise econômica, isso demonstra, obviamente, o entendimento de que o espaço, a par do tempo, é encarado como um elemento relevante na determinação de muitos fenômenos econômicos. Importantes densidades econômicas de que falava Reis (2007), são geradas localmente e possuem o território como um dos fatores determinantes.

Entretanto, ao se buscar o resgate da variável espacial ao conjunto daquelas que costumeiramente são utilizadas para explicar fenômenos econômicos não se pode deixar de lado o fato de que, nesse caso, a própria variável (explicativa) está a variar. Em outras palavras, o espaço está a se transformar.

Atualmente, em um contexto sobremaneira marcado por mercados globalizados e por fluxos de informações instantâneas, uma realidade se afirma: o ambiente onde as densidades econômicas ocorrem experimenta transformações de significativa profundidade, tanto que muitos autores têm chegado a ponto de considerar a existência de um novo paradigma produtivo, fortemente baseado nas tecnologias de informação e na microeletrônica.

Entretanto, o que nos cabe realçar aqui é que as transformações ocorrem não apenas nos centros urbanos, mas as podemos identificar também nos espaços rurais, onde muitas atividades anteriormente tidas como tipicamente urbanas despontam como importantes fontes de renda para muitas famílias de agricultores.

O rural de hoje já não pode mais ser caracterizado como um espaço exclusivamente agropecuário, mas sim como um que engloba tanto atividades agropecuárias como não agropecuárias. E, nesse sentido, o próprio conceito de ruralidade passa a ser reconsiderado, para poder dar cabo dessa nova constituição do espaço rural.

O fato é que, de uma maneira geral, o rural e o urbano estão a se tornar cada vez mais integrados. Segundo Graziano da Silva (1997), o ambiente urbano transbordou para aquele que era tradicionalmente definido como um espaço rural e, por isso, o rural está mais urbano.

Neste estudo tomaremos, portanto, o rural não como setor agropecuário, mas como um espaço de coexistência entre o agropecuário e o não-agropecuário. Como um espaço onde atividades tipicamente urbanas se articulam com as lidas do campo para fornecer um complemento de renda à muitas famílias rurais. Mas, também como um espaço onde as atividades não-agrícolas ultrapassam essa condição de complemento para se tornarem a principal fonte de renda em diversas unidades produtivas familiares.

Além disso, o espaço rural do Vale dos Vinhedos é um bom exemplo de onde a integração dos capitais agrários, industriais e comerciais foi fundamental para constituir o complexo vitivinicultor.

4.1 Agricultura familiar e desenvolvimento econômico;

Com base no que diz Lamarche (1998), a agricultura familiar se caracteriza fundamentalmente por aquelas unidades produtivas em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, isto é, onde os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido pelos membros dessa família. Em outras palavras, a agricultura familiar diz respeito à ligação entre propriedade e trabalho e, portanto, nada tem a ver com o tamanho e a qualidade da produção.

Mas o que isto tem a ver com o desenvolvimento socioeconômico?

Talvez uma das principais vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural com base na promoção da agricultura familiar nos salte aos olhos justamente quando os voltamos para o seu contraponto, ou seja, para a agricultura patronal. Quiçá porque nesse momento, em que olhamos mais atentamente para os efeitos da grande lavoura de caráter patronal, nos seja perceptível que este modelo de produção tem sido responsável por empregar cada vez menos trabalhadores. Ou dito de outra forma, por gerar cada vez menos postos de trabalho no campo e

por contribuir, assim, para o êxodo rural e, consequentemente para a busca de emprego nos centros urbanos.

Portanto, uma estratégia de desenvolvimento rural que passe pela valorização e fortalecimento da agricultura familiar se apresenta como uma via alternativa à tradicional política agrícola nacional que, principalmente ao longo das décadas de 1970 e 80, integrou um modelo de crescimento comandado por um Estado desenvolvimentista, e que pode ser visto, inclusive, como resultante de um pacto de poder conservador.

Sendo assim, no decorrer da formação daquele modelo de crescimento criou-se uma realidade geradora de exclusão social, de aumento da pobreza rural, de redução do número de postos de trabalho no campo e de aumento do número de desempregados nos grandes centros urbanos. Quase sempre se preterindo a agricultura familiar em favor da patronal.

Por outro lado, não nos faltam exemplos para mostrar exatamente o contrário: que nas principais nações que se tornaram desenvolvidas a opção foi pela agricultura familiar, e que esta foi plenamente capaz de dar conta do papel que lhe foi atribuído no processo de desenvolvimento daqueles países. Estes são, portanto, fatos que revelam o quão equivocados estavam, e estão, aqueles que pensam que somente o modelo da grande lavoura, isto é, o da agricultura patronal, é capaz de produzir com eficiência e com incorporação de progresso tecnológico.

A Dinamarca, ainda no final do século 18, o Japão nos anos subsequentes a Segunda Guerra Mundial, além de países como o Canadá, a França, e outros, como as “semiperiféricas” Coréia e Taiwan, ou a ex-socialista China, são exemplos de nações que apostaram no fortalecimento da agricultura familiar.

A agricultura patronal, diga-se de passagem, não é ineficiente do ponto de vista produtivo, porém tem sido um mecanismo transmissor da desigualdade de renda e, portanto, ineficiente do ponto de vista distributivo. Cabe relembrar que alguns estudos do FMI e do Banco Mundial apontam para a correlação negativa entre a distribuição da propriedade da terra e o crescimento econômico. Estes mesmos estudos também mostram a correlação negativa entre a desigualdade de renda e riqueza e o crescimento econômico. (VEIGA, 2002, p.124).

De qualquer forma, se em meados do século 19 o Brasil trilhou uma estratégia agrária que privilegiou a agricultura patronal em detrimento da familiar, e a desigualdade de renda acabou por se tornar uma triste realidade; nesse início de século 21, alguns exemplos de agricultores

familiares que logram de um bom nível socioeconômico, bem como de lugares que, com base na agricultura familiar, despontam como líderes nas estatísticas sobre índices de desenvolvimento humano no Brasil, nos indicam de que é possível uma reversão desse quadro.

As iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – nos dão a sinalização de que há esforços sendo feitos para dinamizar a agricultura familiar e, talvez com isso, gerar uma força capaz de reverter fenômenos como o êxodo rural e o empobrecimento de famílias de agricultores que durante muitos anos se viram excluídas das "estratégias de desenvolvimento". A pobreza rural é um desafio a ser vencido, e o fortalecimento da agricultura familiar é uma das nossas principais armas para dar cabo a essa tarefa. (VEIGA, 2002).

Até porque, é na agricultura familiar que se encontram 75% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, e de onde vêm 70% dos alimentos que abastecem a mesa da população. E, dessa forma, fortalecer a agricultura familiar é incentivar o desenvolvimento de não menos do que ¾ das unidades produtivas rurais neste país. (ORTEGA et al, 2008).

Além do mais, estudos como os da geógrafa Anne Buttiner (apud VEIGA, 2002: p. 126-127), apontam para a existência de forte correlação positiva entre o predomínio da agricultura familiar e o que ela chamou de "vitalidade social". A vitalidade social, para Buttiner, apresenta forte semelhança com a idéia que os economistas têm a respeito do capital social e que, segundo ela, é a "principal turbina do processo de desenvolvimento".

Além disso, Veiga (2002, p. 129-130) chama a atenção para o fato de que:

> Poucos se dão conta de que a opção por um rápido processo de inovação na indústria e nos serviços, sem piora das taxas de desemprego urbano, não é possível sem a adoção de uma estratégia de desenvolvimento rural que dê preferência à expansão e fortalecimento da agricultura familiar, em vez da promoção de "reis do gado". A manutenção do atual padrão agrário, apoiado numa agropecuária patronal há muito incapaz de aumentar a oferta de trabalho, só não piorará as taxas de desemprego de trabalhadores não-qualificados se a sociedade resolver travar o progresso tecnológico nos demais setores.

Ou seja, pela citação acima, o referido autor expõe a importância da agricultura familiar enquanto válvula de escape para a pressão que é exercida pelo progresso tecnológico sobre a manutenção de postos de trabalho para trabalhadores não apenas rurais, mas também urbanos, especialmente os de baixa qualificação.

Além disso, o padrão de desenvolvimento dos anos 1980 não resolveu, segundo Dathein (2006), dois aspectos importantes para a superação do subdesenvolvimento: a capacidade de financiamento de longo prazo e o potencial de inovação tecnológica. A estrutura industrial brasileira era, na verdade, obsoleta e pouco competitiva. Não se tinha respaldo interno para geração de tecnologia de ponta. O resultado todos nós já conhecemos, e não é à toa que a década de 1980 é considerada por muitos autores como a década perdida.

Por isso, travar o progresso tecnológico não nos parece ser uma boa idéia, especialmente para uma nação que busca ainda alcançar o desenvolvimento econômico. Note-se que não é nossa intenção, explícita, reascender aqui o debate levantado por Schumpeter no início do século passado. Contudo, pode ser produtivo lembrarmo-nos de algumas das suas principais arguições.

Para Schumpeter (1984, p. 112-113):

> O aspecto essencial a captar é que, ao tratar do capitalismo, estamos tratando de um processo evolutivo. Pode parecer estranho que alguém deixe de ver um fato tão óbvio que, ademais, já foi enfatizado há tanto tempo por Karl Marx. [...] Esse movimento se dá de dentro para fora, com a mutação industrial incessantemente revolucionando a estrutura econômica, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de Destruição Criativa é o fato essencial acerca do capitalismo.

Assim, o sistema capitalista seria, pela sua própria natureza, um regime de acumulação em constante mutação. Em cujo estado estacionário não passa de um esforço de desenvolvimento formal em modelos que não costumam refletir a realidade factual, pelo menos, na plenitude de seus imperativos. Ao passo em que a metodologia da estática comparativa deixa de captar o que, de fato, é essencial no sistema, ou seja, a mudança. Pois:

> O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria. (Schumpeter, 1984, p.112).

Sendo assim, se o progresso tecnológico e a introdução de inovações são tidos como elementos centrais nos processos de desenvolvimento. A agricultura familiar desempenha um papel importante nesse mecanismo, pois atua em sinergia com ambos. Dado que, à medida que os trabalhadores permaneçam no campo torna-se possível que se busque o progresso tecnológico sem incorrer em um aumento exacerbado do exército industrial de reserva, nos centros urbanos.

Além disso, a agricultura familiar não impossibilita que se alcance o progresso tecnológico também nas atividades ligadas ao campo. É preciso se destacar, portanto, que: produção agrícola com incorporação de progresso tecnológico não é uma exclusividade da agricultura patronal! Ou do *agribusiness*. Daí que é um engano vincular a agricultura familiar a uma imagem de modelo de produção atrasado, com baixa incorporação de tecnologia e com a obtenção de produtos de baixa qualidade. É disso que falam Abramovay (1998) e Veiga (2002). E é isso que nos mostram as experiências daqueles países citados anteriormente, que priorizaram uma política agrária voltada para a agricultura familiar.

Nesse sentido, Diniz et al (2004, p. 3) enfatizam que:

> Em uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, as vantagens comparativas estáticas ou ricardianas, baseadas em recursos naturais, perdem importância e ganham destaque as vantagens construídas e criadas, cuja base está exatamente na capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação.

Portanto, uma combinação de políticas públicas que focalizem ao mesmo tempo o desenvolvimento da pesquisa agropecuária e o fortalecimento da agricultura familiar pode exercer uma força positiva sobre o desenvolvimento de territórios rurais, contribuindo assim para a erradicação da pobreza no campo. Além de, por assim dizer, aliviar a pressão do desemprego sobre o progresso tecnológico nos centros urbanos.

Além disso, uma estratégia de desenvolvimento rural que dê prioridade para a agricultura familiar é capaz de atuar positivamente sobre a redução do valor de reprodução da força de trabalho, através do rebaixamento no preço dos alimentos. E, assim, contribuir para o aumento do padrão de vida da classe trabalhadora, ou ainda para o desenvolvimento de algumas indústrias produtoras de bens de consumo para esta classe, dado que a parcela da renda consagrada na alimentação poderá estar a se reduzir. Com isso é possível de haver uma ampliação também no emprego, pois haverá estímulos a produção. Portanto, a agricultura familiar pode contribuir na luta contra o desemprego, ou a favor do pleno emprego, em pelo menos duas frentes:

- Na manutenção dos trabalhadores rurais no campo e não nas filas de emprego dos centros urbanos;
- No estímulo à produção via rebaixamento do valor de reprodução da força de trabalho.

4.2 Vale dos Vinhedos: Um território da agricultura familiar no Brasil

Territórios como o Vale dos Vinhedos, onde a agricultura familiar reforçou as relações de vizinhança e, com isso, contribuiu para a formação de um bom estoque de capital social, despontam como exemplos de que um modelo de política rural, que deixe de privilegiar unicamente a agricultura patronal, para também incentivar a agricultura familiar, é capaz de gerar uma força sinérgica ao desenvolvimento econômico nas regiões rurais.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – o Índice de Desenvolvimento Humano dos três municípios que compõem o Vale dos Vinhedos estão acima de 0,82. O que significa que estamos a falar de uma região que, além de ter sua base fundiária assentada sobre a agricultura familiar, possui um nível de desenvolvimento humano considerado alto[59], segundo os parâmetros estabelecidos por aquela instituição. Além disso, tanto em Bento Gonçalves, como em Monte de Belo do Sul e Garibaldi, o IDH subiu entre 1991 e 2000, ao ponto destes três municípios deixarem de ser considerados de médio IDH para integrar o conjunto dos municípios com IDH alto.

Cabe lembrar que a partir de meados da década de 1990 as regiões caracterizadas pela presença da agricultura familiar puderam se beneficiar dos incentivos oriundos do PRONAF para auxiliar em seus projetos de desenvolvimento local.

De acordo com o presidente do IBRAVIN, em entrevista, o PRONAF proporcionou a modernização de muitas unidades produtivas na região serrana do Rio Grande do Sul, e auxiliou no aumento do quociente de práticas mecanizadas em muitos vinhedos da região. O que contribuiu para aumentar a produtividade e, portanto, a quantidade de uva ofertada. Entretanto, esse aumento na oferta acaba por exercer uma pressão negativa não apenas sobre o preço da uva, mas também sobre a rentabilidade das unidades produtivas especializadas na produção vitícola.

[59] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países, Estados ou Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto (Flores, 2007, p.121).

Trata-se, portanto, da confirmação da afirmação de Kautsky (1980) de que, ao fundir-se ao mundo da mercadoria, o agricultor vê aquilo que lhe era uma benção, uma boa colheita, transformar-se em um mal. O que antes lhe dava fartura e felicidade passa então a lhe trazer sérias dificuldades, por incorrer em um obstáculo a remuneração de seu trabalho.

Nesse sentido, o elevado grau de especialização das unidades produtivas locais, faz com que a renda da maioria dos trabalhadores rurais do Vale dos Vinhedos esteja sobremaneira determinada pela produção vitícola. Logo, também pela cotação do preço da uva, intimamente ligada à necessidade de matéria-prima por parte das vinícolas locais.

Assim, se levarmos em consideração que, pelo menos, as principais vinícolas possuem vinhedos próprios, podemos considerar que a posição dos agricultores que atuam apenas como fornecedores de matéria-prima para as cantinas, tem se tornado cada vez menos confortável.

De acordo com as entrevistas realizadas ficou, em grande medida, sugerido que a rentabilidade média das unidades produtivas dos agricultores que se dedicam exclusivamente ao plantio da uva, a ser entregue nas vinícolas, encontra-se num movimento de declínio. Especialmente para aquelas que não efetuaram a modernização de seus vinhedos.

De acordo com testemunho dado em entrevista por um técnico da EMATER/RS, os cantineiros do Vale dos Vinhedos possuem poucos fornecedores de uvas, sendo que a regra é que toda cantina possua seu vinhedo próprio. As entrevistas realizadas para a confecção deste trabalho coadunam com esta afirmação, uma vez que 100% dos cantineiros entrevistados confirmaram que, *a priori*, produzem seus vinhos com uvas oriundas de seus próprios vinhedos. Embora vinifiquem, uma pequena parte, de uvas de agricultores locais, a preferência é sempre da matéria-prima que provém dos vinhedos “da casa”.

Dessa forma, a produção de vinhos finos se torna verticalizada, uma vez que no interior de uma mesma unidade produtiva se articulam a produção da uva e a produção do vinho. Portanto, a agroindústria da vitivinicultura se caracteriza pela integração vertical, na qual a produção da matéria-prima, a uva, está fisicamente ligada à produção do vinho.

Entretanto, esta é uma característica que tem relação direta com a codificação do produto vinho. Pois, uma vez que se tenha definido legalmente o vinho como o produto da fermentação

da uva, fresca, madura e sã[60], exclui-se a possibilidade de obter essa bebida a partir da fermentação de uvas passas.

De qualquer forma, parece que a tendência histórica de disputa pelo poder na indústria vitivinícola, e que vem desde a formação das cantinas a uma centena de anos atrás, passando pelas ações do antigo "Sindicato do Vinho", continuam a se manifestar no território do Vale dos Vinhedos, bem como em toda a microrregião MR-016/RS. A disputa entre viticultor e vinicultor é, portanto, uma marca típica do complexo agroindustrial da uva e do vinho. E as informações que nos foram passadas por dirigentes de entidades que atuam no ordenamento do setor como a APROVALE, o IBRAVIN e a UVIBRA, confirmaram essa realidade. Assim como aquelas que buscamos junto aos produtores de vinho, mas principalmente de uva.

Entretanto, alguns agricultores parecem não estar em total desalinho com os vinicultores, e trabalham inclusive através de parcerias estipuladas com as cantinas, as quais lhes fornecem técnicos para acompanhar a produção das uvas[61]. De nossas entrevistas, pudemos constatar que aqueles agricultores que se disseram associados das vinícolas, a situação parece estar um tanto mais confortável, pois apesar de exigirem uma produção mais qualificada e, portanto, mais cara, as vinícolas costumam recompensar por essa qualificação, ao pagarem preços mais altos pelo quilo da uva.

É fundamentalmente na época da safra, ou seja, quando se estipula o preço mínimo a ser pago pelo quilo da uva, que se acirra a disputa entre os produtores de uva e os cantineiros. Sendo que, os argumentos são quase sempre os mesmos: do lado do viticultor a quebra de safra e os altos custos de produção da uva, enquanto que pelo lado do vinicultor/vitivinicultor a alta dos estoques das cantinas.

E assim, segundo o conselheiro da APROVALE, Jaime Milan (informação verbal), sempre há pontos de atrito entre o agricultor e o produtor industrial, principalmente quando há grandes desequilíbrios entre a oferta e a demanda da uva. No inicio de 2008, por exemplo, havia certa dificuldade em se atingir o equilíbrio entre ambas em função do excesso de oferta de uvas

[60] A Lei 7678 de 08/11/88 - Lei do Vinho - Dispõe sobre produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho.

[61] Em alguns casos, depois de tratadas, as sobras da matéria-prima fornecida pelos agricultores lhes são devolvidas pela vinícola para que sejam utilizadas como adubo. O que também reflete certa preocupação com a manutenção do ambiente.

viníferas. O que resultou em muitas destas sendo encaminhadas para a produção de vinhos de mesa ou mesmo sucos de uva. Principalmente aquelas que apresentavam qualidade inferior.

Nesse sentido, levantam-se argumentos de ambos os lados. O empresário industrial tende a dar preferência às uvas que apresentarem a melhor qualificação, sempre com vistas a não comprometer a qualidade de seu vinho e, então, aquele agricultor que não procurou dar um passo na direção de produzir uma uva de melhor qualidade vai encontrar mais dificuldade em realizar a sua produção. O agricultor, por sua vez, argumenta que necessita de investimentos caros para efetuar a reconversão de seus vinhedos, e que isso não dá a certeza da colocação da matéria-prima. São argumentos históricos do setor vitivinícola e que, segundo Jaime Milan, conselheiro da APROVALE (INFORMAÇÃO VERBAL), se encontram em todos os lugares onde se produzam vinhos.

Outra forma perante a qual buscamos entender um pouco mais sobre a morfologia do poder no território do Vale dos Vinhedos repousou sobre a averiguação de possíveis desavenças entre grandes e pequenas vinícolas, especialmente em torno da constituição da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos. Ou seja, a passagem da atual Indicação de Procedência para um estágio mais avançado no âmbito das indicações geográficas poderia estar sendo motivo de conflito entre grandes e pequenos produtores de vinho.

De tal forma que, para os grandes, a Denominação de Origem não representaria uma clara vantagem, pois implicaria na restrição da produção e em um número menor de garrafas certificadas, ao passo que para as pequenas a notoriedade que esse selo traria seria de fundamental importância, uma vez que suas escalas de produção não são muito grandes. Isto é, para os pequenos agregar mais valor ao seu produto é de fundamental importância, especialmente para aqueles que possuem marcas pouco conhecidas, enquanto que para as grandes, de marca já bastante reconhecida, inclusive no mercado internacional, reduzir o número de certificações não se traduziria em um negócio tão bom.

Entretanto, nossas investigações acerca dessa possível desarmonia de interesses não conseguiram confirmar a hipótese de que as grandes vinícolas estariam, por assim dizer, embargando a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos. Até porque, informações coletadas junto a Embrapa Uva e Vinho, e à própria APROVALE, vieram a confirmar que a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos está em vias de fato para ser posta em execução.

4.3 Algumas implicações da I.P.V.V. para os agricultores familiares e demais atores locais

A Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos colocou um conjunto de produtores de vinhos finos da Serra Gaúcha, no (seleto) grupo de produtores mundiais que desfrutam do privilégio de estampar em seus produtos um selo que minimize o grau de incerteza dos consumidores quanto ao padrão de qualidade da bebida que estão se dispondo a consumir.

Entretanto, vista por outro ângulo, percebe-se que a Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos pode ser tomada como uma forma de proteção do mercado, ou seja, como uma medida que se assemelha a uma barreira à entrada para novos concorrentes, no mercado de vinhos finos gaúcho. Portanto, para fazer parte deste grupo é preciso produzir vinho de acordo com a normativa de produção estipulada pela Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos.

Nesse sentido, faz-se jus a idéia de que os mercados são, antes de tudo, construções sociais, que envolvem disputas entre grupos de interesses e onde age a intencionalidade dos agentes, muito mais do que a mão invisível. É isso que argumentam Reis (2007) e Fligstein (2003).

O fato é que o mercado do vinho é um exemplo sintomático de que os grupos de interesses lutam entre si pelo controle da indústria em que estão inseridos, como afirma Simões (2006). E que, por isso, muitas vezes ocorre o que Graziano da Silva (1999) chamou de privatização do Estado, ou seja, a consubstanciação dos interesses desse ou daquele grupo junto aos aparelhos do Estado.

De qualquer forma, o sucesso relativo que os atores do Vale dos Vinhedos vêm obtendo com a produção baseada na indicação geográfica e vinculada ao enoturismo, comprova o que disse Veiga (2002) quando afirmou que na agricultura a dimensão das propriedades é menos importante do que a organização social que lhe é subjacente. Isto é, o que faz com que o território alcance um projeto de desenvolvimento próprio, é muito menos o fato deste projeto estar baseado na grande ou na pequena propriedade, e muito mais o fato de se os atores locais são capazes de se organizar para levar a cabo um objetivo em comum, de maneira organizada e sinérgica.

Justamente como afirmou Vázquez Barquero (2001) sobre a irrelevância do tamanho das firmas em relação a suas capacidades inovativas e de articulação em torno de redes, para alcançar uma estratégia de desenvolvimento endógeno.

Não há dúvidas de que a comunidade de vinicultores do Vale dos Vinhedos precisou lançar mão de sua capacidade organizativa e de seu histórico de cooperação para pôr em marcha mais uma ação coordenada em prol do desenvolvimento do setor. Em outras palavras, a cooperação faz parte da caixa de ferramentas do lugar. Em momentos de dificuldades, como este por que passa o setor vitivinícola nacional, é possível se valer das ferramentas, que compõem esta caixa, para construir uma solução, e a I.P.V.V. é um exemplo disso.

Vale a pena ressaltar que o território do Vale dos Vinhedos é diferente de muitos territórios brasileiros, cujas condições locais não propiciam um desenvolvimento endógeno espontâneo e, que por isso, requerem políticas públicas, que vem induzindo inclusive, a constituição de espaços de governança. Estes são o caso de territórios constituídos recentemente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário através de sua política de constituição dos Territórios da Cidadania e Territórios Rurais. (ORTEGA, 2008).

Mesmo assim, por serem agricultores familiares, os atores locais do Vale dos Vinhedos não deixam de enfrentar as mesmas problemáticas, ou melhor, não deixam de apresentar as principais características que identificam a agricultura familiar em muitos outros lugares. Nesse sentido, algumas especificidades que Abramovay (1998) identificou em seus estudos sobre a agricultura familiar nos países centrais são também encontradas entre os agricultores familiares do Vale dos Vinhedos.

Analogamente aos agricultores familiares das nações desenvolvidas, os vitivinicultores do Vale dos Vinhedos também conseguem, em boa medida, incorporar o progresso tecnológico, pois, como também se encontram em uma posição onde a atomização da oferta lhes impulsiona na direção de buscar a inovação como uma forma de atingir melhores resultados do que os concorrentes.

Dessa forma, aqueles agricultores familiares que, conforme já salientamos antes, realizaram a reconversão de seus vinhedos e passaram a produzir uvas de acordo com as determinações de qualidade que a indicação de procedência requer, encontram-se em uma situação mais confortável do que aqueles que continuam a produzir uvas comuns, ou mesmo

variedades viníferas em um sistema de condução mais antigo, e que não proporciona uma uva de tão boa qualidade.

Cabe lembrar, que para aqueles fornecedores de uva que trabalham como associados das grandes cantinas a situação é ainda mais confortável, pois além da assistência técnica constante oferecida pelas vinícolas, o preço recebido pela matéria-prima é também mais elevado, assim como a garantia de colocação da uva. Infelizmente, essa não é uma possibilidade aberta a todos os viticultores locais, mas a um número bastante reduzido destes.

Por essa razão, entre os viticultores entrevistados apareceram referências do tipo: "Os cantineiros deviam só fazer o vinho e deixar que a gente fornecesse a uva".

Além disso, alguns agricultores fizeram referências negativas com relação às ações diversificantes que algumas vinícolas do Vale dos Vinhedos estão a desenvolver em terras distantes. Pois, segundo eles, as vinícolas deveriam utilizar mais da uva que é produzida no vale, ao invés de "ir plantar lá longe".

A agricultura familiar na viticultura brasileira, assim como os agricultores familiares dos países centrais, encontra-se em uma posição atomizada e de superinvestimento[62]. Entretanto, como afirma Abramovay (1998), apesar de sua posição desfavorável frente à indústria vinícola seu grande ganho é a valorização do ativo terra. Nesse sentido, Flores (2007) informa que os agricultores observam no Vale dos Vinhedo o preço de uma gleba de terra, a depender da sua localização, sofreu aumentos de até 500% entre 1999 e 2007.

O processo de valorização fundiária nos países avançados de que fala Abramovay (1998) e o qual tentamos relacionar com o que se verifica no Vale dos Vinhedos nos últimos anos, ocorre, segundo aquele autor, através da seguinte sistemática: Suponha-se que, em um primeiro momento, os agricultores pioneiros na inovação adotam uma que seja de significativa importância para o rebaixamento dos custos de produção. Contudo, os preços dos produtos agrícolas não acompanham essa redução logo de início, pois são ditados pelas condições sociais médias onde tal inovação ainda não havia sido empregada.

Dessa forma, o agricultor inovador consegue reter uma determinada renda extraordinária, ou seja, uma renda acima da média. Entretanto, o período em que essa renda estará sendo

[62] Ou seja, em uma posição em que a produção se torna tão excessiva, que a sua renda não será suficiente para remunerar os custos dos fatores da produção. Em outras palavras, as taxas de retorno do investimento situam-se abaixo de seus custos de oportunidade.

absorvida é breve, pelo fato da inovação difundir-se rapidamente através da estrutura atomizada que caracteriza os agricultores familiares. Mas, mesmo assim, isso não impede que haja retardatários no processo de difusão, que acabarão cedo ou tarde por deixar o mercado através da venda de suas terras, muito provavelmente, para aqueles que foram os pioneiros na inovação e que conseguiram acumular recursos durante o período em que esta inovação ainda não havia sido plenamente difundida.

Ao dar seqüência a sua análise, Abramovay (1998) remete esse raciocínio hipotético a um nível mais alto de complexidade. Aquele em que há a presença do Estado enquanto entidade que dá sustentação aos preços agrícolas, impedindo sua caída para além de determinado patamar. E assim, recoloca a questão de outra forma, em que a renda extraordinária poderia se prolongar por um período de tempo mais longo.

Contudo, o referido autor, ao descrever essa situação descrita por Cochrane (1979, apud ABRAMOVAY, p.214-227), faz intervir um novo elemento: o mercado de terras. Assim, os ganhos elevados dos agricultores inovadores fazem com que estes procurem investir cada vez mais, e isso fatalmente elevará os custos dos fatores da produção, principalmente aqueles de caráter raro como a terra. Além disso, o controle institucional sobre a renda agrícola fará com que esta seja mantida o máximo possível dentro de determinado padrão. Dessa forma, afirma Abramovay (1998) que não apenas os pioneiros na inovação[63] possuem a chance de comprar a terra dos retardatários, como também o valor patrimonial desta terra sobe de maneira a compensar relativamente as perdas decorrentes da regulação estatal de preços.

Portanto, o emprego dos fatores de produção a um custo inferior aos seus custos de oportunidade não se explica apenas pela escassez de oportunidades de trabalho fora da agricultura, mas também pela possibilidade de troca da renda presente por uma renda futura, sob a forma de valorização da terra. (ABRAMOVAY, 1998).

Entretanto, esse mecanismo de troca de renda presente por renda futura nos impele quase que instintivamente a realizar um questionamento: O que aconteceria caso a renda presente caísse de forma bastante significativa ao mesmo tempo em que a valorização fundiária sofresse um aumento de igual magnitude, ou ainda mais significativo? Nesse caso, não seria de se esperar certa tendência a venda das unidades produtivas por parte dos agricultores menos modernizados?

[63] Early bird farmers.

E, em uma perspectiva como esta, não seria cabível de encaixar o desejo de alguns agricultores familiares do Vale dos Vinhedos que, talvez diante do avanço da idade e da falta de interesse dos seus descendentes em permanecer no espaço rural, têm optado pela venda de suas propriedades. O que, por sua vez, tem feito surgir no território uma nova classe de atores, representada por aqueles que buscam a tranquilidade do ambiente rural para construírem sítios de lazer, ou ainda pela penetração de capitais forâneos atraídos por essa valorização fundiária, mas principalmente pelo fluxo turístico que se desenvolve a passadas largas na região.

De acordo com Abramovay (1998), o ganhador neste processo de troca de renda presente em favor de uma renda futura é o conjunto da sociedade. Ou seja, através do controle de preços por parte do Estado e da pulverização da oferta agrícola é possível de se transferir renda dos agricultores para os demais setores da sociedade.

Pode, ainda, a agricultura familiar, como vimos, ser capaz de atuar em sinergia com o progresso tecnológico tanto no campo, como na cidade, e assim dar sua contribuição também para o desenvolvimento econômico. Entretanto, o mecanismo de transferência intersetorial de renda só pode funcionar perfeitamente a partir da intervenção do Estado, que deve atuar como garantidor de uma rentabilidade mínima para a reprodução da família do agricultor, pois do contrário, a estrutura atomizada da oferta pode levá-los a bancarrota. Segundo Abramovay (1998), a dispersão da oferta, via estrutura familiar de produção, garante o caráter competitivo e a intervenção estatal no setor agrícola. Para ele, dispersão da oferta e intervenção estatal são elementos indissociáveis.

Contudo, dado que a agroindústria vitivinícola se relaciona com os agricultores de uma forma constante e direta, ou seja, sem intermediários. É possível de se imaginar que ela consiga absorver quase que exclusivamente para si os benefícios desta transferência intersetorial de renda. O que talvez explique a alta carga tributária que incide sobre a produção vinícola. Diga-se de passagem, que a alta carga tributária emerge com uma das principais reivindicações por parte dos produtores de vinho, que alegam que o peso dos tributos tem comprometido a competitividade dos vinhos brasileiros especialmente contra os argentinos e chilenos. O que, por sua vez, pode estar na raiz do surgimento de uma importante estratégia de diversificação que se iniciou no Vale dos Vinhedos e hoje já é imitada por outros territórios produtores de vinho no Brasil, a saber: o enoturismo.

4.4 Pluriatividade e enoturismo

De acordo com a APROVALE o enoturismo é um segmento da atividade turística que se fundamenta na viagem motivada pela apreciação do sabor e aroma dos vinhos e das tradições e tipicidade das localidades que produzem esta bebida. Ao descobrir-se o vinho no seu meio natural, compreende-se que este não é uma bebida qualquer, mas sim um produto tradicional, cheio de história e arte.

O conceito de pluriatividade, por sua vez, remete a um fenômeno no qual os membros de uma unidade agrícola familiar exercem diversas atividades com a finalidade de aumentar a sua remuneração. Estas atividades podem se desenvolver tanto no interior como no exterior da unidade produtiva, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas em atividades ligadas, por exemplo, ao turismo rural, ao agroturismo, ao artesanato, etc. A pluriatividade, segundo Anjos (2003), não se trata de um fenômeno conjuntural, mas é o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente harmonia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista.

A partir da Revolução Verde, o ambiente rural parece ter incorporado novas nuances que já não mais lhe conferem um caráter essencialmente agrícola. O transbordamento de atividades tipicamente urbanas para as áreas rurais é um fato e, de acordo com Graziano da Silva (1999), "o rural de hoje deve ser compreendido como um continuum do mundo urbano". Nesse sentido, atividades como o turismo rural, aparecem atreladas a um possível novo paradigma, chamado por muitos de pós-industrial, ou pós-fordista, no qual a flexibilização da produção é aliada ao surgimento de fenômenos como o da pluriatividade dos atores e o da multifuncionalidade do uso do solo. Nesse sentido, é fácil observar[64] que muitos dos atores do Vale dos Vinhedos deixaram de ser apenas agricultores, para se tornarem também empreendedores voltados principalmente para atender a demanda do setor turístico que se desenvolve na região. E assim, além de

[64] Basta uma simples caminhada pela principal via do Vale dos Vinhedos para perceber a presença marcante dos estabelecimentos voltados para o aproveitamento do fluxo de turistas.

plantarem uvas, criarem porcos, etc., eles também construíram em suas propriedades, pousadas, queijarias, restaurantes, lojas de venda de artesanato, etc.

O processo de modernização da agricultura reduziu o tempo de trabalho necessário para a produção agropecuária. Isso tem ocasionado o surgimento tanto de um tempo sobrante para os membros das famílias rurais brasileiras, quanto a possibilidade de essa mão-de-obra ser absorvida pelos setores não agropecuários, que se desenvolvem nos espaços rurais. Nesse sentido, destaca-se o crescimento do setor de serviços e sua importância na constituição do montante de renda dos habitantes das áreas rurais do Brasil. Como no caso dos agricultores familiares do Vale dos Vinhedos, onde o turismo rural tem aparecido como uma das principais fontes de renda local. Do total de entrevistas realizadas junto aos produtores rurais 73% confirmaram a presença de pluriatividade na unidade familiar.

Nesse caso, convém ressaltar, a localização geográfica do território do Vale dos Vinhedos se apresenta com um elemento facilitador do surgimento de famílias pluriativas. Pois, a sua grande proximidade a centros urbanos, especialmente junto aos municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves, favorece o deslocamento dos habitantes desta zona rural para ofertarem sua força de trabalho em empresas que se localizam nestes dois centros urbanos.

Além disso, existe a possibilidade de trabalho não agrícola dentro do próprio limite geográfico do território do Vale dos Vinhedos, seja nos estabelecimentos que surgem para atender à demanda turística, seja nas grandes vinícolas locais, ou quiçá em uma fábrica de móveis que se localiza dentro da região delimitada para a indicação geográfica. Ou seja, o Vale dos Vinhedos não é um território exclusivamente rural, nos termos da velha dicotomia rural/urbano, onde o primeiro era vista apenas como resíduo do segundo, isto é, entendido como tudo aquilo que não era urbano.

Ademais, também se encontram, no Vale dos Vinhedos, certo número de trabalhadores que vivem nos centros urbanos de Bento Gonçalves e Garibaldi, e que vêm ao vale para exercer suas atividades profissionais, especialmente nas vinícolas, mas também nos hotéis de maior porte, na fábrica de móveis e em uma empresa ligada ao ramo de transporte rodoviário.

Portanto, se, por um lado, pesa a queda do rendimento proveniente do cultivo de uva nas unidades produtivas do Vale dos Vinhedos; por outro lado, são abertas boas possibilidades de compensar essas perdas por meio das atividades ligadas a atividades não agropecuárias, mas

principalmente ao enoturismo. Assim, concretizam-se novas formas de promoção do desenvolvimento local e, consequentemente, novas oportunidades para o Estado de se envolver nesse desenvolvimento.

Nesse sentido, Graziano da Silva (1997, p. 1) chama atenção para o fato de que:

> Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

De acordo com a APROVALE, em 2001 o Vale dos Vinhedos recebeu cerca de 45 mil visitantes, enquanto que em 2007 esse montante subiu para algo em torno de 120 mil. Além disso, é notório o crescimento do número de estabelecimentos comerciais voltados ao ramo turístico, tendo-se inclusive construído, recentemente, o "Spa do Vinho", um grande empreendimento hoteleiro que se caracteriza pela concentração de diversos capitais locais com outros de fora do território.

Figura 12: Spa do Vinho.

Nas palavras de Graziano da Silva & Campanhola (1999, p. 1):

> O espaço rural brasileiro não pode ser mais considerado como exclusivamente agrícola, pois há muitas atividades tipicamente urbanas que geram emprego e renda para a população rural, como por exemplo, aquelas que estão relacionadas com o turismo, o lazer e a moradia.

Atualmente, para que se possa entender a dinâmica socioeconômica do território do Vale dos Vinhedos, é essencial tomar consciência da relevância representada pelo enoturismo no contexto econômico local. Ademais, o crescimento de alguns setores industriais, como o pólo moveleiro de Bento Gonçalves, por exemplo, implica no surgimento de novas oportunidades de trabalho fora da propriedade rural, o que possui um profundo reflexo sobre a dinâmica de desenvolvimento da região e, sobretudo, sobre o estilo de vida das famílias rurais que nela se inserem.

A presença de um pólo industrial na região facilita a ocorrência da pluriatividade. Ou seja, aquele tempo sobrante, oriundo principalmente da especialização da atividade rural é gasto, por alguns membros do estabelecimento familiar, em outra atividade, no caso, uma atividade de caráter não-agrícola, mas industrial. Esse fenômeno é ainda facilitado tanto em sua aparição quanto no seu desenvolvimento, pela vigência de um novo padrão de produção na indústria, mais flexível e com jornadas de trabalho reduzidas. É possível, portanto, colher uva com a família durante a manhã e se apresentar para o trabalho na indústria, no período da tarde.

Esse mecanismo tem ainda funcionado como uma espécie de colchão amortecedor, ao reduzir substancialmente o êxodo rural em muitos territórios, como em Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro. De acordo com Carneiro (2003), a presença de uma indústria de confecções de roupas íntimas femininas, de caráter doméstico, alia-se ao turismo rural enquanto alternativa de renda para as famílias dos agricultores locais.

Assim também o é no caso das famílias rurais do Vale dos Vinhedos, na região serrana do Rio Grande do Sul. Pois, além da presença de um pólo moveleiro de grande relevância nacional e dois centros urbanos nas suas proximidades, apresenta-se uma substancial alternativa de renda oriunda da atividade turística.

Em ambas as regiões, o turismo rural é facilitado pela proximidade a grandes centros de concentração urbana, as cidades do Rio de Janeiro e Niterói no caso de Nova Friburgo, e Porto Alegre, no caso da serra gaúcha.

As atividades turísticas, além de constituírem-se, por si só, numa alternativa de renda para as famílias rurais, ainda possuem capacidade para promover o desenvolvimento de diversas atividades correlatas, contribuindo assim para o desenvolvimento de regiões e locais específicos,

com melhoria na qualidade de vida da população local, também em função dos investimentos em infra-estrutura que a atividade turística muitas vezes requer.

Contudo, de acordo com Graziano da Silva (1999, p. 1):

> O turismo no meio rural pode se constituir em um dos vetores do desenvolvimento local, desde que as decisões sejam tomadas no âmbito local, que haja controle dos processos de desenvolvimento por atores sociais locais, e que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados.

Segundo Ortega (2008), é necessário se reconhecer que as respostas dependem do contexto. É evidente que o turismo rural, os produtos voltados para "nichos de mercado", a recorrência ao trabalho não agrícola, dentre outros, não são possibilidades abertas a todas as famílias rurais. Essas possibilidades estão sujeitas a uma conjunção de fatores objetivos e subjetivos. Entre estes fatores, vale ressaltar: a iniciativa e a capacidade gerencial, isto, obviamente, além da disponibilidade de recursos financeiros; a localização da unidade produtiva; a dotação de recursos naturais com potencial turístico; etc.

Assim sendo, temos que as atividades turísticas constituem-se, de fato, numa alternativa ao declínio da rentabilidade de algumas das propriedades rurais brasileiras. Contudo, não se trata de uma matriz padrão digna de ser replicada em qualquer região sem que se faça um estudo prévio das potencialidades locais para tal. Fundamentalmente, as estratégias de desenvolvimento local devem partir da base, priorizando as decisões comunitárias e os recursos disponíveis localmente. (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

No caso do território do Vale dos Vinhedos, a estratégia de desenvolvimento local atrelada ao enoturismo e ao turismo gastronômico foi uma alternativa plenamente viável em função da herança cultural local. Ou seja, trata-se de uma alternativa de desenvolvimento local, endogenamente construída, em cujas ações encontram-se em conformidade com a personalidade da região ou, em outras palavras, com a historicidade do território.

Além disso, as lideranças locais foram competentes em encaminhar a construção desta via alternativa de desenvolvimento, dado as peculiaridades incidentes sobre o mercado dos grandes vinhos. Para tal, aproveitaram-se do romantismo que as paisagens rurais em torno das videiras são capazes de gerar no imaginário das pessoas, bem como da aura de mistério que costuma rondar o universo dos grandes vinhos. Além disso, o Vale dos Vinhedos é um território de clima temperado, sua paisagem se modifica de acordo com as estações do ano e a possibilidade de

ocorrência de neve, durante o inverno, garante um fluxo bastante grande de turistas nesse período, principalmente por fazer parte de um país majoritariamente tropical.

Assim, encontram-se captadas no Vale dos Vinhedos as cinco dimensões de localidade que envolve a atividade turística rural, identificadas por Groulleau (1993), a saber: (i) iniciativa local; (ii) gestão local; (iii) impacto local; (iv) marcado por paisagens locais; (v) com valorização da cultura local.

De acordo com Abramovay (1998), o desenvolvimento brasileiro, em função da diversificação que assume o sistema urbano, passa a exigir uma nova dinâmica territorial por parte dos espaços rurais. Nesse contexto, o papel das unidades agrícolas familiares pode ser decisivo. Além disso, o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial que ultrapassa as questões setoriais. E assim, o desafio é cada vez menos o de como integrar o agricultor a indústria e, cada vez mais, o de como criar as condições para que uma população valorize certo território dentro de um conjunto variado de atividades e mercados.

Nessa perspectiva, o referido autor demonstra que um estudo da OCDE, do ano de 1996, já apontava para que o sucesso que certas regiões rurais em países desenvolvidos obtiveram na geração de ocupações produtivas, em nada pode ser atribuído a uma composição setorial favorável[65].

Justifica o referido autor que:

> Os bons desempenhos na criação de empregos resultam de uma dinâmica territorial específica que ainda não é bem compreendida, mas que comporta provavelmente aspectos como a identidade regional, um clima favorável ao espírito empreendedor, a existência de redes públicas e privadas ou a atração do meio ambiente cultural e natural. (ABRAMOVAY, 1998, p. 2).

Para Graziano da Silva (1999) o meio rural brasileiro possui novas funções e por isso não pode mais ser visto apenas por suas atividades agropecuárias e agroindustriais. As famílias pluriativas são, nesse sentido, aquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros, ou seja, estes deixam de ser apenas agricultores e/ou pecuaristas para combinarem diversas formas de ocupação.

[65] No caso do Vale dos Vinhedos, por exemplo, o enoturismo surge como alternativa de renda num momento em que o setor vitivinícola brasileiro enfrenta dificuldades.

De acordo com Abramovay (1998), se faz mister uma política ativa que venha a alterar a matriz com base na qual os indivíduos irão inserir-se socialmente, de maneira que possam ultrapassar a pobreza. E, para que isso ocorra, o acesso à terra se apresenta como uma condição basilar:

> [...] mas ele só faz sentido, se for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o **ambiente institucional** local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada **território** pode participar do processo de desenvolvimento. Isso não depende apenas da iniciativa e da transferência de recursos por parte do Estado, mas fundamentalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural: é daí que poderão nascer as novas instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões vistas socialmente como condenadas ao atraso e ao abandono.(ABRAMOVAY, 1998, p.1, grifo nosso)

Por isso, o referido autor afirma que as questões que permeiam o desenvolvimento rural extrapolam, em muitos casos, o âmbito setorial. Do contrário, assim como demonstrou Penrose (1979) em relação às empresas, também uma região, ou um território, que esteja, sobremaneira, especializado na produção de determinado produto, encontrar-se-á por demais exposto às flutuações da demanda, ou às modificações nos parâmetros da concorrência, no mercado onde atua. Assim, seria um risco apostar em uma estratégia de desenvolvimento rural com base na acumulação de capital de um único setor. Pois, ainda que este setor seja o de maior relevância para a economia e sociedade locais, ele pode não se mostrar tão competitivo quando confrontado com outros. Especialmente em um contexto de mercados cada vez mais globalizados.

A integração econômica que se revela, principalmente, através do MERCOSUL, explicitou essa fragilidade em relação ao setor vitivinícola nacional como um todo, e gaúcho em especial. Dessa forma, a enorme dificuldade que as vinícolas gaúchas encontram em travar uma competição por preços com àquelas que se localizam no Chile e na Argentina, colocou em xeque a forma pela qual se estruturou o setor vitivinícola no Rio Grande do Sul. A queda da lucratividade no mercado de vinhos nacionais, a partir do ingresso dos produtos estrangeiros, evidenciou a necessidade de diversificação por parte das vinícolas brasileiras. Em linhas gerais, o setor vitivinícola gaúcho parece não possuir vantagens competitivas em relação ao chileno e ao argentino.

Dessa forma, no Vale dos Vinhedos, fundamentar uma estratégia de desenvolvimento rural com base na competitividade dos seus vinhos seria uma aposta muito arriscada, para dizer o mínimo. Ainda que o território seja caracterizado historicamente pela produção vitivinícola, o setor vitivinícola brasileiro é menos competitivo do que o chileno e o argentino, pelas questões que já levantamos antes.

Entretanto, essa tradição vitivinícola que impera no Vale dos Vinhedos, abre uma outra possibilidade de desenvolvimento local, baseada não na competitividade dos vinhos locais, mas no apelo turístico que as paisagens moldadas por vinhedos e pela cultura tipicamente italiana apresentam. O enoturismo, ou seja, o turismo do vinho, surge então como uma alternativa de grande monta para o desenvolvimento econômico do território do Vale dos Vinhedos, que antes de tudo é um espaço rural e, por excelência, um lugar da vitivinicultura.

O enoturismo surge então como uma alternativa de recuperação, de manutenção, ou mesmo de ampliação de um determinado padrão de renda para muitas famílias rurais daquela região. Mas, também como uma forma de agregação de valor ao produto da cantina. Pois, conforme salienta Graziano da Silva (1998), aquelas atividades do tipo "porteira para fora", especialmente as relacionadas com a logística, têm respondido pelas maiores fatias de valorização do capital. Sendo assim, na medida em que o turista é atraído para o vale, reduz-se a necessidade de levar o vinho até esses consumidores.

De acordo com o IBRAVIN (2008), para aumentar o consumo per capita de vinho no Brasil, são necessárias algumas medidas que passem, obrigatoriamente, pela qualificação do produto, mas também por uma estratégia de distribuição que alcance todo o território nacional. Pois, segundo informa o responsável pelo marketing[66] da entidade, a logística tem comprometido o consumo de vinho no país.

Em poucas palavras, podemos afirmar que o advento do enoturismo além de proporcionar uma alternativa de renda para as famílias locais através da prestação de serviços aos turistas, tais quais hospedagem e alimentação, ainda é capaz de aumentar a agregação de valor aos vinhos do Vale dos Vinhedos, pela "incorporação da logística" por parte das vinícolas locais. Sendo assim, pelo enoturismo, ao invés de se levar o vinho ao mercado consumidor, se traz o consumidor para

[66] Em entrevista publicada no jornal Gazeta, de Bento Gonçalves - RS, em 29/08/2008.

o local onde o vinho é produzido e, com isso, se cria no território um novo mercado, o do turismo.

Ao que parece, esta tem sido uma excelente alternativa para as vinícolas de menor porte. Ou seja, justamente aquelas que, pela escala reduzida de sua produção, teriam maiores dificuldades em arcar com os custos de transporte da bebida. Sendo que, o surgimento de algumas pequenas cantinas apenas após a consolidação da I.P.V.V., e do fortalecimento do fluxo turístico, são fatos que podem advogar em favor desta hipótese. Pois, independentemente de fazerem ou não parte da APROVALE, e de estamparem ou não o selo de indicação de procedência em suas garrafas, as cantinas do Vale dos Vinhedos, como um todo, se beneficiam do fluxo de turistas que vêm ao local. Pois, de uma maneira geral, o turista não deixa de visitar uma cantina unicamente pelo fato dela não estar associada a APROVALE. Aliás, o turista não costuma perguntar onde estão localizadas as associadas para então direciona-las suas visitas.

Por enquanto, o que se pode perceber na paisagem do Vale dos Vinhedos é que o desenvolvimento de estabelecimentos voltados ao atendimento do fluxo turístico tem se concentrado nas áreas que estão localizadas junto às principais vias. Ou seja, é nas propriedades que ficam ao longo da "beirada da faixa" que se estabelecem os principais estabelecimentos comerciais da região. Ou, em outras palavras, onde mais se verifica a multifuncionalidade do uso do solo.

De qualquer forma, é inegável que os benefícios que a atividade turística proporciona têm colaborado para o desenvolvimento do território. Além disso, trata-se de uma estratégia de desenvolvimento local de base essencialmente endógena, nos moldes em que este foi definido por Vázquez Barquero (1999; 2001).

Finalmente, nos cabe ressaltar outro aspecto importante, que vem diretamente atrelado ao fenômeno da urbanização, ao mesmo tempo em que colabora para sua intensificação. A valorização da terra, principal ativo local, tem feito surgir uma nova categoria de atores, representada pelo grupo de pessoas que tem optado por cristalizar suas reservas de valor através da aquisição de propriedades rurais no território do Vale dos Vinhedos. É crescente o número de sítios de lazer na região. Ademais, encontra-se em fase de construção um grande empreendimento imobiliário, mais especificamente um sofisticado condomínio residencial no coração do vale. Trata-se de uma iniciativa que marca ainda mais a penetração de capitais forâneos em uma área

tipicamente rural. O território do Vale dos Vinhedos vai, assim, sendo redesenhado na medida em que se torna cada vez mais integrado a urbanidade. Entretanto, à medida que se redesenha o espaço rural do Vale dos Vinhedos, altera-se também a qualidade das demandas dos atores locais e, conseqüentemente a forma pela qual deve se dar a representação dos diversos interesses que eclodem naquela região.

4.5 Introdução ao enfoque neocorporativista sobre a representação de interesses

Entendemos que o enfoque neocorporativista, tomado em sua versão mais ampla, é capaz de iluminar com um feixe único de luz, diversas questões que nos propomos a levantar neste trabalho. Entretanto, é preciso deixar claro, desde aqui, que não consideramos tal abordagem suficiente para explicar a totalidade de fenômenos que se verificam na realidade das sociedades capitalistas democráticas. Embora consiga abarcar alguns, dos quais, a nosso ver, são essenciais.

Assim, se, por um lado, o cerne dos conceitos basilares de que se vale o aporte neocorporativista, é resgatado da segunda metade do século XIX, quando o velho corporativismo se apresentava como uma alternativa às ideologias do individualismo liberal e do coletivismo socialista. Por outro lado, as mudanças ocorridas no mundo rural, principalmente a partir da industrialização da agricultura, obrigaram a uma remodelagem desses conceitos. Assim, quando o mundo rural deixou de ser uno, para se fragmentar em diversos setores e, portanto, compreender uma gama diversa de interesses, a forma de representação desses interesses também precisou se modificar, para poder corresponder às várias demandas que surgiram, e que nem sempre puderam ser defendidas pelas mesmas entidades representativas.

A verdade é que, conforme salientou Ortega (2005), as sociedades democráticas continuam a se estruturar, em torno de corporações, bem como, que essas corporações continuam a se articular, principalmente através de suas cúpulas diretivas. Entretanto, no passado, em que vigorou o velho corporativismo, esse tipo de organização era, em geral, representada por um pacto tripartite entre o Estado, o sindicato dos trabalhadores e as organizações patronais, que discutiam entre si as bases dos acordos sociais. Porém, no presente, com interesses segmentados,

o número de organizações representativas é muito maior, e os interesses em jogo são muito mais diversos e específicos.

Portanto, o que diferencia o velho do novo corporativismo, é o fato de que o velho corporativismo implicava um grande atrelamento ao Estado e, no caso da agricultura, a representação de interesses era unitária, ou seja, as organizações representavam o mundo rural como um todo. Hoje, o neocorporativismo está caracterizado pelo caráter voluntário com que se filiam os agricultores as organizações e a hegemonia da representação especializada.

Sendo assim, de acordo Ortega (2005), o corporativismo acabou por ter revisitados (e revisados) os seus conceitos. E, em torno deles, se elaborou uma versão mais ampla, e que justifica os novos formatos das relações entre o Estado e a sociedade civil. Diante disso, o neocorporativismo pode ser definido, no Brasil, com sendo:

> [...] a presença hegemônica das corporações que canalizam a dinâmica de intermediação entre os grupos de interesses e resolvem os conflitos sociais de modo relativamente pacífico para o reparto dos bens, rendas, benefícios e privilégios. (ORTEGA, 2005, p. 31).

Entretanto, em que pese nosso esforço para definir do que se trata o aporte neocorporativista, ainda nos falta, aqui, levantar alguns argumentos em favor das vantagens de utilizá-lo. Em face disso, acreditamos que as vantagens desse *approach* podem ser resumidas a partir das seguintes conclusões de Ortega (ibid.):

1. Parece ser um dos mais ricos aportes teóricos para entender as mudanças na estrutura dos meios de relação social, que deixa de ter um caráter normativo, de cooperação intraclasse hierárquica e quase que obrigatória, para se tornar voluntário e interprofissional;
2. Trata-se de um fenômeno duradouro;
3. Reconhecem-se os conflitos sociais, classistas ou não;
4. Não é necessária a presença do pacto tripartite;
5. Mantém a autonomia relativa do Estado, por entender que ele também faz parte do jogo e transforma-se em uma corporação.

Ademais, na agricultura, a passagem do velho ao novo corporativismo, aconteceu praticamente sem descontinuidade. O que torna mais fácil relacionar as características de cada modelo com os fatos empíricos. (ORTEGA, 2005).

4.6 O setor vitivinícola e o formato neocorporativista de representação de interesses

A difusão de um novo modelo de produção agropecuário, que ficou conhecido como Revolução Verde, implicou em uma série de mudanças no modo de produção agrícola. Ao lado dessas modificações, alteraram-se, também, as demandas de cada agricultor, que passaram a depender do tipo de produto que cultivam e das formas com que esse produto se relaciona com a indústria que o transforma, bem como com as industriais que lhe fornecem seus bens de produção. Com isso, muda-se, também, a forma de se organizar a representação de interesses na agricultura, tanto na maneira como os agricultores articulam-se entre si, quanto na forma com que se relacionam com o Estado. (ORTEGA, 2005).

Em primeiro lugar, a unidade produtiva rural, de uma maneira geral, atravessou um processo de especialização das atividades "porteira para dentro", em função do aumento na divisão social do trabalho na agricultura. Em segundo lugar, a especialização tornou os agricultores mais vulneráveis frente às flutuações da demanda. E, em terceiro lugar, tal vulnerabilidade aliada à falta de poder de barganha frente aos oligopólios industriais, exigiu mais proteção por parte do poder público. (ORTEGA, 2005).

Dessa forma, a especialização das unidades produtivas implica na heterogeinização do setor agrícola, como um todo. E, com isso, surge a dificuldade de se colocar todos os agricultores "sob o mesmo guarda-chuva", em termos de interesses e necessidades e, portanto, de reivindicações.

Assim sendo, as formas de representação de interesses na agricultura também se especializaram e, em alguns casos, se tornaram setorializadas, em que colaborou, e muito, a eclosão dos complexos agroindustriais. Portanto, o movimento que resultou no aparecimento das organizações representativas de caráter interprofissional, se coloca na esteira dos acontecimentos oriundos da especialização das unidades produtivas no campo.

Não obstante, a heterogeneidade na estrutura fundiária também colabora com esse processo. Pois, torna-se difícil, muitas vezes, conciliar os interesses de agricultores patronais com os de agricultores familiares. Dado que suas necessidades nem sempre são as mesmas.

Nesse sentido, como conciliar, por exemplo, em uma única entidade representativa, a reivindicação dos viticultores, que demandam do poder público a inclusão de barreiras tarifárias à entrada do vinho estrangeiro, proveniente, principalmente, do Chile e da Argentina, com a de tantos outros setores da agricultura nacional que lutam pela erradicação do protecionismo agrário?

Por questões como essa, é que surgiu no mundo rural, uma série de entidades representativas especializadas não apenas por produto, mas, também, por setor. Nesse sentido, o setor vitivinícola encontra-se representado por um conjunto de entidades que reúnem, em torno de uma mesma causa, agricultores e industriários produtores de vinho. Muito embora ainda haja conflitos entra essas partes, e que esses conflitos precisem, muitas vezes, de uma ação mediadora, suas reivindicações para com o poder público, em muitos casos, são unas.

Pelo modelo de sóciogênese do corporativismo agrário, proposto por Moyano (1988) e resumido em Ortega (2005), é possível identificar, basicamente, três etapas correspondentes aos distintos momentos do desenvolvimento agrícola. A ver:

A primeira etapa; é originária das primeiras formas de associativismo na agricultura, e caracteriza-se por um modelo plurifuncional, onde uma mesma organização desempenha outras funções além de reivindicativa. Essa fase é marcada por uma escassa diferenciação social e econômica entre os agricultores e por unidades produtivas bastante diversificadas. No Brasil, inicia-se no final do século XIX.

A segunda etapa; acontece com o avanço do capitalismo na agricultura, e com o decorrente crescimento do processo de diferenciação social no campo. Nessa fase, começa a surgir a especialização funcional no associativismo agrário, que passa a abranger organizações de natureza reivindicativas e cooperativas. Inicia-se também o processo de fragmentação da homogeneidade do mundo rural. No Brasil, essa fase corresponde à crise dos anos 1930, com o enfraquecimento da oligarquia cafeeira. É o momento em que surgem as primeiras formas associativas não inspiradas no modelo tradicional de corporativismo. Aparecem também as

primeiras reivindicações das oligarquias regionais, especializadas em outros produtos que não o café.

A terceira etapa; corresponde ao processo de modernização e industrialização da agricultura, com a correspondente integração do setor agrícola aos complexos agroindustriais. Nessa fase, aprofunda-se a especialização das unidades produtivas no campo e, com isso, as demandas tornam-se específicas por produto e, as reivindicações, ficam mais ou menos setorializadas, a depender do grau de integração desse produto com a indústria. Dessa forma, desenvolvem-se as organizações reivindicativas de caráter interprofissional, com ações que podem encaminhar, também, projetos de cooperação, e não apenas reivindicações.

Nessa perspectiva, emerge, em 1995, fruto da união de seis vinícolas localizadas no atual Vale dos Vinhedos, a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. – APROVALE. Que nasceu com o propósito específico de atingir a Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos – I.P.V.V.

Além disso, a APROVALE caracteriza-se por ser uma associação envolvida com os interesses de associados que, embora vivam em um ambiente rural, possuem grande parte de suas rendas determinadas por atividades não agrícolas, especialmente àquelas ligadas ao enoturismo. O que está de acordo com as nuances do mundo rural de hoje, cada vez mais visto como um prolongamento (*continnum*) do mundo urbano. O ambiente rural do Vale dos Vinhedos, hoje, é completamente diferente daquele de vinte anos atrás. A pluriatividade tem se tornado uma realidade cada vez mais sólida para os agricultores familiares desta região. E nesse sentido:

> A renda dos agricultores depende de numerosos fatores não controlados por ações individuais, mas sim coletivas. Isso explica por que na agricultura há uma estrutura bem articulada de organizações que desenvolvem ações coletivas em diferentes áreas, seja para reivindicação e defesa dos interesses ou conquista de benefícios de natureza econômica em favor dos associados. (ORTEGA, 2005, p. 47).

A APROVALE, atualmente, conta com mais de vinte vinícolas associadas, mas também com hotéis, restaurantes, pousadas e queijarias. Assim sendo, as reivindicações levantadas, por ela, caminham no sentido de dinamizar o território do Vale dos Vinhedos, e não apenas o setor vitivinícola. Evidentemente, este último requer uma atenção especial, pois se trata do carro chefe, ou da idéia guia em torno da qual os outros interesses se aglutinam.

Além disso, a criação da APROVALE, uma associação empresarial que engloba empresas de vários ramos da atividade econômica, e que se caracteriza por deliberar questões que ultrapassam as demandas setoriais da vitivinicultura, para lançar seu olhar sobre os problemas do território do Vale dos Vinhedos, fazendo jus à afirmação de Ortega (2005, p. 45), quando disse que: “a definição dos interesses agrários vai depender do grau de integração que cada agricultor mantém com a indústria, de sua posição social como produtor e dos problemas específicos ligados à região onde produz”.

O aporte neocorporativista apresenta, ao nosso ver, uma boa alternativa para se compreender a dinâmica de algumas organizações representativas interprofissionais, como a APROVALE, que servem de esteio para as reivindicações setoriais, mas que também se transformam em privilegiados fóruns de discussão a respeito dos problemas de ordenamentos territoriais. Ou seja, essa associação, ao se tornar interprofissional, surge como uma organização capaz de concertar as reivindicações dos diferentes segmentos sociais e, ainda, colaborar na coordenação do próprio processo de desenvolvimento territorial.

Nesse aspecto, as estratégias das Indicações Geográficas assumem um papel fundamental, pois, abrem espaço à discussão e a concertação social acerca de questões de ordem comunitária e, portanto, do território. Além disso, passam a depender enormemente de que esse espaço, onde se fundem as relações sociais, mantenha suas características distintivas, sejam elas ambientais, culturais ou socioeconômicas. Dado que é a partir delas que se organiza a estratégia de diferenciação e identidade para o produto.

Justamente por isso, é que, caso o território venha a ser descaracterizado, e passe a ser um lugar comum, indistinguível, também o vinho terá perdido sua fonte de identidade e, com isso, a própria estratégia da Indicação Geográfica acaba por perder o sentido. Assim, conforme levantado por Flores (2007) emergem aspectos da problemática ambiental que refletem os conflitos existentes entre diferentes atividades sociais e econômicas na região.

Dessa forma, há no Vale dos Vinhedos uma situação em que os recursos naturais fazem parte de um patrimônio comum, da sociedade, de tal forma que, uma ação individual sobre eles implica em efeitos sobre o território e, conseqüentemente sobre outros grupos e indivíduos que deles dependem. Por tal, a individualidade é, por assim dizer, limitada pela responsabilidade social de preservar as características do lugar. Assim, as iniciativas individuais ficam, em certa

medida, sujeitas ao crivo da sociedade, sempre que representarem uma possível ameaça à destruição da paisagem local.

Segundo Flores (2007), isto significa que os recursos naturais não são apenas recursos materiais, mas são ainda partes de uma forma particular de vida, que identifica o território rural do Vale dos Vinhedos como um espaço da vitivinicultura.

E, nesse sentido, a estratégia da Indicação Geográfica, através da APROVALE, oferece um canal de discussão para se aquilatar as demandas individuais com os pesos e as medidas que são oferecidas pela comunidade, ou melhor, pelo grupo social que está a controlar a gestão local.

Portanto, em face de uma possível transformação (predatória) da paisagem rural, inicia-se, em 2005, a elaboração de um Plano Diretor para as áreas rurais do município de Bento Gonçalves - Plano Diretor do Interior. Tal trabalho teve a iniciativa da APROVALE e foi coordenado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Bento Gonçalves - IPURB.

Sendo assim, o seu principal objetivo, no âmbito do Vale dos Vinhedos, é o de controlar novos empreendimentos, que tenham potencial para vir a descaracterizar o território como um espaço de produção de uva, e de preservação da mata nativa.

Embora aponte para que o território deva ter seu uso, predominantemente, voltado para as atividades agrícolas, agroindustriais e de turismo, o Plano Diretor abre a possibilidade para que o Vale dos Vinhedos receba outras atividades, tais como as de caráter residenciais, artesanais, comerciais e de serviços, que estejam associadas às atividades prioritárias, ou às necessidades da comunidade.

Na verdade, a principal ameaça, que é percebida pelas lideranças locais, ligadas tanto à APROVALE quanto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, está relacionada à possibilidade de descaracterização do espaço rural, principalmente através da formação de empreendimentos imobiliários (construção de condomínios residenciais de alto padrão), favorecidos pela rápida elevação do preço da terra na região, mas também pelo charme alcançado pelo lugar, principalmente depois do desenvolvimento da I.P.V.V.

Assim, segundo Flores (2007, p. 139), o Plano Diretor visa:

> [...] impedir o que se poderia chamar de “urbanização da paisagem rural”, criando obstáculos para o parcelamento do solo. Quando autorizados, os loteamentos terão que destinar até 50% da área para o interesse público local. Para fazer frente a essa decisão político-institucional, foram elaborados os

> seguintes projetos de lei municipal, em fase final de discussão: (i) a Lei do Plano Diretor Rural; (ii) a Lei do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão; e (iii) a Lei das Áreas de Interesse Ambiental e Paisagístico.

De acordo com Flores (2007), a Lei do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão apresenta-se como um instrumento que proporciona a articulação das políticas públicas, da administração municipal, com as demandas da sociedade, de forma a produzir o gerenciamento do desenvolvimento. Para isso, prevê apoio no Fórum de Políticas Públicas, no Conselho Municipal de Planejamento, nos Conselhos Distritais de Planejamento e em comissões técnicas voltadas a dar suporte técnico às deliberações do Fórum e dos Conselhos, com representações da sociedade civil e de organizações públicas e privadas.

Não obstante, a Lei das Áreas de Interesse Ambiental e Paisagístico vem a estabelecer áreas protegidas, dentre as quais a Área de Proteção Paisagística Vale dos Vinhedos – APP Vale dos Vinhedos, onde estão protegidos tanto os vinhedos como a linha do horizonte[67]. Nesse sentido, aquelas áreas destinadas à viticultura só podem ser substituídas por outra finalidade se forem recuperadas em outro local da propriedade, ou se tiverem subsídios para serem implantadas em outro lugar. Além disso, nenhuma edificação pode secionar a linha do horizonte quando observada de qualquer ponto da via pública, em que a propriedade tenha acesso. (FLORES, 2007).

Além dessas novas leis, foi elaborado um Decreto Municipal, que busca analisar os impactos de novas construções tanto sobre a paisagem quanto sobre o meio ambiente. Com relação à paisagem, o Decreto analisa: (i) a visibilidade, de forma a que as edificações e outras atividades evitem a obstrução de vistas da paisagem; (ii) a tipologia das edificações, para que contribuam para a manutenção da identidade que combine tradição e inovação, mantendo-se o padrão rural; e (iii) a composição, no que se refere à necessidade de evitar a concentração, descaracterizando a paisagem rural. Com relação ao meio ambiente, o Decreto analisa: (i) a produção de ruídos; (ii) a produção de gases; (iii) a produção de efluentes; e (iv) o consumo de recursos naturais.

Além disso, o Decreto aborda sobre o sistema de atividades que ocorrem no interior das áreas rurais nos seguintes aspectos: (i) polarização, que organiza a oferta de serviços sem o aumento e concentração de tráfego; e (ii) consumo de infra-estrutura, que se refere ao controle

[67] Também define outras formas de preservação para outras regiões rurais do município de Bento Gonçalves.

para que novas atividades não demandem mais investimentos em infra-estrutura. E, finalmente, sobre a promoção econômica e o turismo, são destacados os seguintes aspectos: (i) valor agregado, que represente a capacidade de gerar emprego, renda e tributos; (ii) sinergia, contribuindo para consolidar o sistema de atividades existente; e (iii) valor de oportunidade, onde atividades propostas alheias a cadeias produtivas existentes deverão contribuir para criar novas.

Ademais, enquanto o Plano Diretor não se transformasse em lei municipal, foi criada, por legislação municipal, uma comissão para analisar os casos de ameaça às características do espaço rural do município de Bento Gonçalves.

Dessa forma, o que se pretende demonstrar é que se a representação de interesses evoluiu do pacto tripartite, para o modelo neocorporativista amplo, onde as entidades representativas se especializaram por produto e por setor. Mas ela também pode estar em meio a um processo no qual os interesses estejam se orquestrando territorialmente. Assim, os interesses de atores, como os do Vale dos Vinhedos, se aglutinam em torno de entidades como a APROVALE, independentemente do setor ou do produto, mas sim em favor do desenvolvimento local, que traz vantagens para a comunidade como um todo.

De acordo com nossas entrevistas, não apenas os agricultores, mas a própria diretoria da APROVALE, entende que é necessário, de alguma forma, estender os benefícios da indicação geográfica e do enoturismo, para o conjunto da comunidade. Pois, em muitos casos, a valorização do patrimônio fundiário tem feito surgir naqueles agricultores que não recebem uma boa remuneração pela sua uva o desejo de vender sua propriedade, e reconstruir a vida em um lugar próximo.

Nesse sentido, aumenta o risco de uma descaracterização do território, o que colocaria em xeque tanto a estratégia da indicação geográfica, quanto o crescimento local com base no enoturismo. Aliás, já se pode observar no Vale dos Vinhedos a construção de empreendimentos imobiliários que nenhuma relação possui com a vitivinicultura ou com o turismo local, e isso está fortemente ligado com a valorização patrimonial da terra e com a queda na rentabilidade de muitas unidades familiares locais que são especializadas na produção vitícola.

Em poucas palavras, poderíamos dizer que a APROVALE, tem se preocupado em trazer esse agricultor para debaixo de seu guarda-chuva, principalmente pelo medo de que ocorra uma descaracterização do território. E, dessa forma, a APROVALE, que iniciou como uma associação

de produtores de vinhos finos, passa a se envolver com reivindicações de profissionais ligados ao setor turístico e também de agricultores locais, sejam eles produtores de uvas ou não. A manutenção da identidade local é hoje uma causa importante da Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos, e não apenas questões ligadas ao setor vitivinícola.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo procurou-se demonstrar que o espaço rural de hoje já não pode mais ser visto como um lugar exclusivamente agropecuário. Atualmente, não se pode compreender a dinâmica econômica do território Vale dos Vinhedos sem se considerar o peso das atividades não agrícolas na constituição do montante de renda das famílias rurais, especialmente aquela que provém da atividade turística.

Com isso, reforçam-se as teorias a respeito das particularidades dos espaços rurais, que afirmam que estes têm recebido os transbordamentos do mundo urbano e que procuram analisar as causas e os efeitos da pluriatividade dos atores rurais e da multifuncionalidade do uso do solo. Sublinhando-se que estes dois últimos efeitos estão, em muitos casos, diretamente interligados, mas que isso não é uma regra geral, pois a pluriatividade pode acontecer de maneira independente, principalmente se o espaço rural estiver localizado proximamente a um centro urbano, como ocorre no Vale dos Vinhedos, que inclusive recebe trabalhadores que residem nos centros urbanos.

Portanto, uma das principais conclusões que emergem daquilo que ficou exposto no capítulo que aqui se encerra é o fato de que para se apreender a dinâmica de um espaço rural, tal qual o do Vale dos Vinhedos, necessita-se de um conceito de ruralidade que ultrapasse a velha dicotomia entre o urbano e o rural. Nesse caso, se faz mister uma noção de ruralidade que esteja par além de entender o rural como simples resíduo do mundo urbano.

Assim, o que procuramos demonstrar neste capítulo é que o desenvolvimento rural requer mais do que políticas de apoio a este ou aquele setor. Logo, ele deve ser concebido num quadro mais amplo, onde as questões territoriais sobrepõem-se às questões setoriais. Nesse sentido, é preciso criar condições não apenas de integrar o agricultor a determinada indústria, mas também

criar condições para que os atores locais valorizem o território dentro de um conjunto variado de atividades. Em poucas palavras, o desenvolvimento rural deve ser visto a partir de uma ótica territorial, que ultrapassa as questões setoriais.

No Vale dos Vinhedos, o enoturismo vem se constituindo em uma alternativa bem sucedida por estar de acordo justamente com isso, ou seja, com o entendimento de que a perspectiva de desenvolvimento deve ser mais territorial do que setorial. Contudo, o enoturismo, ao se basear no território, busca esteio na história de um lugar que se consagrou como palco da vitivinicultura, o que demonstra que se trata de uma estratégia que privilegia, ao mesmo tempo, o setor e o território. Trata-se de uma estratégia que está em profundo alinhamento com a historicidade local. O turismo, no Vale dos Vinhedos, partiu de uma iniciativa local, através da valorização da cultura local e da paisagem que deriva desta cultura, e por isso alcança sucesso.

Portanto, o desenvolvimento local com base no enoturismo comporta aspectos de identidade territorial e de valorização do ambiente natural e cultural. E isso é fruto principalmente da organização da comunidade que acaba por buscar em suas próprias raízes as veias para o desenvolvimento.

Nesse sentido, a própria indicação geográfica, que ajuda a reforçar o enoturismo pela notoriedade que emprega aos vinhos e ao território, também se vale do histórico de associativismo que impera na região e na indústria vitivinícola brasileira, e especialmente riograndense. Além disso, a Associação de Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos, já não é uma organização que representa e organiza unicamente os interesses do setor vitivinícola local, mas também dos demais setores interessados no desenvolvimento territorial, como o do turismo. Portanto, a APROVALE deixa de se caracterizar por uma associação que representa exclusivamente os interesses de um determinado grupo de produtores de vinho, para se envolver com as demandas da comunidade do Vale dos Vinhedos em geral, e com isso passa a se interessar também pelas questões de ordenamento territorial, principalmente aquelas que dizem respeito à preservação ambiental e a manutenção da identidade do território.

Nesse sentido, ela passa a se interessar também por questões relativas à preservação ambiental, uma vez que a descaracterização do território se apresenta como uma perigosa possibilidade, decorrente da grande valorização que se verifica no principal ativo das famílias de agricultores locais, a terra. Dessa forma, caso estes agricultores não estejam a receber uma boa

renda, ou, caso os benefícios do enoturismo e da indicação geográfica não estejam sendo distribuídos de maneira satisfatória ao conjunto da comunidade, é passível de surgir então o desejo, por parte daqueles que se sentem excluídos do processo, de aproveitar a valorização de seu patrimônio fundiário. O que tem provocado a penetração de capitais forâneos, descomprometidos com a indicação geográfica e com a identidade do território. Daí a construção de um de um grande condomínio residencial no Vale dos Vinhedos, em terras que poderiam estar abrigando uma boa quantidade de vinhedos.

Tal atitude além de diminuir a quantidade de terra disponível para o cultivo de vinhas, ainda contribui para a descaracterização da paisagem local, através da retirada dos vinhedos e da mata nativa. Entretanto, o que traz o turista ao vale é justamente a paisagem vitícola e aura de produção vitivinícola, e não a presença de luxuosos condomínios residenciais. Portanto, a descaracterização do território é ruim para a indicação geográfica assim como para o enoturismo, e esta já é uma preocupação da APROVALE.

Além disso, concluímos que a existência de uma organização representativa (de interesses) de caráter absolutamente interprofissional, nos termos da APROVALE, encontra-se em consonância, não apenas com as peculiaridades do quarto período evolutivo da vitivinicultura nacional, baseado na busca de identidade para os vinhos; mas também com as transformações que ocorrem no mundo rural como um todo, a partir da modernização da agricultura e da urbanização dos espaços rurais. Por conseguinte, a APROVALE, assim como as demais entidades de representatividade do setor vitivinícola, refletem o caráter neocorporativista da representação de interesses no setor vitivinícola.

Conclusão

Conforme procuramos demonstrar, o mercado de vinhos finos no Brasil tem sido absorvido majoritariamente pelos estrangeiros, especialmente aqueles que são oriundos do Chile e da Argentina, países onde a escala do parque produtivo e as características climáticas permitem que a produção vitivinícola ocorra com custos mais baixos se comparados aos que se verificam tradicionalmente no Rio Grande do Sul, e particularmente na região serrana deste estado.

Dessa forma, um grupo de produtores de vinhos do Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha, procurou esteio em uma estratégia de competição que desviasse à guerra de preços. Para tal, organizaram-se em torno de uma indicação geográfica como dispositivo que possibilitasse a atribuição de características singulares aos seus produtos. Com isso, ou seja, através da criação de um conjunto territorialmente localizado de elementos distintivos para a produção vitivinícola, tem sido possível para esse grupo de produtores atribuir mais valor ao vinho que produzem.

A singularidade que uma indicação geográfica requer provém das características do território capazes de atribuir distinção aos produtos localmente produzidos. Entretanto, tais características não emergem apenas dos recursos naturais que o espaço físico fornece, mas também do estoque de conhecimento que se formou naquele espaço. Posto de outra forma, a singularidade que se encontra na base de uma indicação geográfica é fruto de uma combinação de elementos que inclui tanto os recursos físicos do território quanto o saber fazer local. Ou seja, ela nasce da interação entre o homem e os recursos físicos.

Nesse sentido, o que está presente como elemento nuclear de uma indicação geográfica é o território, mas desde que seja entendido como uma porção do espaço socialmente construído e não apenas como fornecedor de recursos materiais, fonte de matéria-prima e etc. Assim, o território deve ser visto como um elemento capaz de articular diversas densidades econômicas, que são relevantes para os processos de desenvolvimento, tais como a geração de conhecimento localizado e a própria inovação.

Ademais, o território se torna um elemento central também por fornecer os parâmetros que enquadram a ação individual. É no sítio que se moldam certos imperativos sociais como os códigos de conduta e as regras de comportamento que servem de guia para a tomada de decisão.

Em suma, o território é importante porque fornece um conjunto institucional que serve de base para a ação individual e, assim, também para determinar a trajetória do desenvolvimento econômico.

As instituições importam porque enquadram a ação individual, elas interferem na morfologia do comportamento humano que, justamente por isso, pode diferir de lugar para lugar. As instituições são, portanto, o mapa da diversidade do mundo. E dessa forma, torna-se possível entender o porquê de muitas regiões apresentarem trajetórias próprias de crescimento com base na cooperação e em ações orquestradas por parte dos atores locais, enquanto outras dão primazia pelo individualismo.

Assim sendo, existem diversos tipos de comportamento que podem fazer parte de um modelo de racionalidade, o egoísmo é um deles, mas não o único. Aliás, os modelos de racionalidade possuem algumas características contextuais, alguns traços que, de um lugar para outro, podem se adensar ou enfraquecer, a depender justamente da visão de mundo que se construiu naquela sociedade. Mas, isso só faz sentido se pudermos pensar os indivíduos a partir de um interacionismo metodológico, ao invés de inseridos em um universo atomizado.

De qualquer forma, esse modelo de racionalidade foi, no Vale dos Vinhedos, moldado através da história e é, sobretudo, uma construção social. Pois, foi pela interação e pela experiência histórica que se constituiu naquele lugar um mapa cognitivo, uma concepção de controle onde a cooperação e a ação coletiva e organizada surgem aliadas a imagens de sucesso para a superação de problemas, individuais e coletivos. A busca pela superação de obstáculos ao desenvolvimento da sociedade do Vale dos Vinhedos passa historicamente pela ação conjunta, pelo associativismo e pelo cooperativismo, e isso os transformou em um elemento da caixa de ferramentas do lugar.

Entretanto, cooperação e reciprocidade são, como vimos, relações sociais que geram um bem público de grande importância no que se refere aos processos de desenvolvimento, a saber: o capital social. Este surge, portanto, como subproduto de outras relações sociais. Diante disso, entendemos que no Vale dos Vinhedos há um estoque positivo de capital social, fruto da cooperação e reciprocidade que caracterizaram a construção daquele espaço. Mas, mais do que isso, ficou a certeza de que este estoque de capital social ajudou na organização e desenvolvimento da indicação de procedência.

Nesse sentido, o capital social aparece como um facilitador da algumas densidades econômicas importantes, como por exemplo, a articulação das empresas sob a forma de redes horizontais.

Nesta rede, a cooperação refletida muitas vezes na troca constante de informações surge como um elemento potencializador do surgimento de um estoque de conhecimento localizado pertinente aos que dela participam. Dito de outra forma, o capital social facilita a formação de redes de empresas e a geração de conhecimento dentro destas redes, através da cooperação e da troca constante de informações.

As melhores práticas enológicas e vitícolas são, muitas vezes, discutidas entre os produtores de vinho em encontros não necessariamente destinados a esta finalidade. A proximidade que se verifica no território aparece então como um elemento que auxilia na criação de externalidades positivas para a produção de vinho. No Vale dos Vinhedos, as empresas e os atores locais estão inseridos em uma atmosfera da produção vitivinícola, de tal forma que as questões pertinentes à produção de uva e vinho são assuntos do cotidiano, o que acaba por facilitar a geração de conhecimento tácito no campo da vitivinicultura.

O aprendizado por interação é uma realidade local. Os diversos pontos de encontro que a proximidade física possibilita, mantém os atores em constante interação, em constante troca de informações sobre técnicas produtivas, mercado de trabalho, inovações, etc. O que mais uma vez demonstra a importância da cooperação e da confiança entre os atores. No Vale dos Vinhedos, as vinícolas competem, mas também cooperam entre si. Elas trocam informações relevantes para a produção vitivinícola, para a diversificação desta produção, mas também buscam soluções conjuntas para a promoção de seus produtos, como no caso da indicação de procedência e do enoturismo.

No Vale dos Vinhedos, a construção de um selo de indicação geográfica surge atrelada a uma importante fonte de renda relacionada ao turismo. O enoturismo é, hoje em dia, uma peça fundamental no desenvolvimento daquele território. Pois, se apresenta como uma alternativa de renda não apenas para os donos de vinícolas da região, mas também para muitos agricultores familiares que viram a rentabilidade de suas unidades produtivas decaírem com a baixa procura pela uva.

Aliás, a queda na procura pela uva dos agricultores familiares do Vale dos Vinhedos e, consequentemente, no preço mínimo pago pelo quilo deste produto possui a rigor duas fontes principais. Em primeiro lugar, a presença dos vinhos estrangeiros no mercado nacional que absorvem quase três terços do consumo de vinhos finos no Brasil. E, em segundo lugar, as estratégias de diversificação das maiores vinícolas locais que se puseram a cultivar uvas em outras regiões, tais como a da Campanha e a do Vale do São Francisco.

Portanto, muitas famílias de agricultores do Vale dos Vinhedos têm buscado amparo na renda oriunda de atividades ligadas ao turismo que se desenvolve com bastante força no território. Assim, as vinhas que caracterizam a paisagem pela presença na maioria das propriedades, passam a dividir espaço também com restaurantes, pousadas e lojas de artesanatos que, dentre outras coisas, surgem como alternativas de renda para os agricultores. A multifuncionalidade do uso do solo torna-se então um fato corriqueiro naquele território.

Assim, o que se pode constatar no Vale dos Vinhedos é que, de fato, o espaço rural tem sofrido alterações de tal forma que já não pode mais ser apreendido como um lugar exclusivamente agropecuário, ou como um resíduo daquilo que é urbano. O território do Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha, é um exemplo de que o rural tem se urbanizado nas últimas décadas. As atividades não-agropecuárias são, hoje em dia, tão importantes quanto as agropecuárias na determinação do montante de renda local.

E dessa forma, o desenvolvimento do território rural do Vale dos Vinhedos deixa de passar exclusivamente por ações que visem o desenvolvimento do setor vitivinícola. Mesmo porque a vitivinicultura naquele espaço é menos competitiva do que aquela que ocorre em algumas regiões do Chile e da Argentina. Em poucas palavras, o Vale dos Vinhedos não possui vantagens competitivas em relação àqueles dois países quando se trata de produzir uva e vinho. Mas isso só se tornou uma realidade para os vitivinicultores locais a partir da integração econômica proporcionada pelo MERCOSUL.

Hoje, pensar em desenvolvimento territorial no Vale dos Vinhedos implica em considerar que aquele espaço, que se caracterizou pela produção de uva e vinho, já não mais deve ser encarado como um lugar de dinâmica ditada exclusivamente pela vitivinicultura. Mas sim como um espaço onde o turismo alcança uma importância tão grande quanto aquela que se consubstancia no cultivo da vinha e na produção do vinho. Sendo que isso ocorre simplesmente

porque a atividade turística já não pode mais ser considerada como complementar. O enoturismo é tão importante para a dinâmica socioeconômica do Vale dos Vinhedos quanto a produção vitivinícola.

O que abre novos caminhos para a intervenção estatal no território, e que estão para além daqueles que permeiam unicamente a vitivinicultura. Assim, acreditamos que medidas que promovam o desenvolvimento do turismo podem ser tão eficientes para desenvolver o território do Vale dos Vinhedos quanto aquelas que se encerram no âmbito exclusivo da vitivinicultura.

Além disso, o crescimento das atividades não-agrícolas, enquanto fonte de renda para os agricultores locais, implica na consideração de que surgem novos interesses na sociedade do Vale dos Vinhedos. Interesses que não se restringem ao setor vitivinícola, embora estejam intimamente ligados a um território que se constituiu enquanto palco da vitivinicultura.

Nesse sentido, a APROVALE deixa de ser uma associação empresarial exclusivamente voltada para solucionar os problemas dos vitivinicultores, para abarcar empresas e demandas de outros segmentos. E assim, esta associação passa a se caracterizar por deliberar questões que ultrapassam as demandas setoriais da vitivinicultura, e lança seu olhar sobre os problemas do território do Vale dos Vinhedos, como por exemplo, aqueles que dizem respeito à preservação ambiental.

Pois, manter as características do território é uma peça fundamental para que tanto a indicação geográfica quanto o enoturismo continuem como estratégias viáveis de desenvolvimento territorial. Uma vez que, mesmo que a produção de vinho não ocorra a custos mais baixos do que, por exemplo, no Chile; perder as características de lugar da vitivinicultura significa perder o apelo turístico que o lugar oferece.

Ademais, esse apelo vem atrelado a certas peculiaridades que envolvem o universo dos grandes vinhos. O que por sua vez faz parte de uma estratégia de criar mercados singulares, onde os consumidores atribuem valor aos produtos, não em conformidade com utilidades marginais, mas em consonância com a subjetividade incomensurável de seu gosto pessoal. Aquele que vai ao Vale dos Vinhedos e compra uma ou mais garrafas de um vinho de uma cantina local, estará a adquirir não apenas o *terroir* contido nestas garrafas, mas também a satisfação que o passeio turístico lhe proporcionou, e isto é praticamente impossível de ser mensurado.

Além disso, um vinho que possui *terroir* é um vinho que não pode ser considerado como um produto homogêneo, caracterizado pela padronização. Trata-se então de um produto singular e que, portanto, não pode ser interpretado a partir da lógica de mercado da economia convencional. Por isso, os grandes vinhos enquadram-se numa modalidade de consumo diferente, onde as escolhas e, principalmente, as diferenças não estão assentes em preços, mas em padrões de qualidade.

Entretanto, é dentro dessa perspectiva que cresce a incerteza sobre a qualidade dos produtos, não mais homogêneos como os do padrão fordista, mas diferenciados. Se, para os produtos de consumo em massa, a qualidade é conhecida quase que de antemão, para os produtos singulares ela só será revelada após a compra. É aí que se enquadram as críticas especializadas sobre vinhos, mas, sobretudo, é por essa via que se erguem as estratégias como as indicações geográficas.

Sem embargo, os padrões de qualidade podem, de uma maneira geral, ser entendidos como uma construção social, especialmente no universo dos grandes vinhos, onde as escolhas estarão, frequentemente, baseadas em dispositivos socialmente construídos para atribuir um determinado grau de sofisticação ao produto, sem que isso esteja necessariamente relacionado com as suas características sensoriais. O grande vinho integra a arte do bem viver, quem o bebe torna-se um ser humano mais erudito e passa então a fazer parte de um mundo mais civilizado. É essa crença que se procurou construir no universo vinícola. E assim, o vinho passa a representar também uma condição de status social. O que sugere que, de fato, mercados são socialmente construídos, especialmente os de produtos singulares.

E assim, não existe, pois, uma forma padrão de mercado eficiente, para a qual haja uma tendência natural à convergência. Daí que, a “mão invisível” pode, em alguns casos, materializar-se sob a forma de alguma estrutura de governança, estrategicamente montada pelo conjunto social, com o intuito de tornar o ambiente menos incerto e mais manejável. Justamente como nos parece ser o caso da APROVALE.

E nesse sentido, em que emerge a importância da formação de estruturas de governança por parte da sociedade civil organizada, estariam então os Estados capitalistas contemporâneos a se enfraquecer ou, em outras palavras, a perder seu caráter de protagonistas? A importância do

Estado para a sociedade estaria de fato a se reduzir neste contexto de mercados globalizados e de articulação em torno de redes?

Pelo menos no caso do Vale dos Vinhedos, essa resposta parece estar suficientemente respondida. A organização de uma estratégia de enfrentamento capitalista com base na indicação geográfica só pode acontecer a partir da ação coordenada por parte dos produtores locais. Entretanto, ela só se tornou uma realidade em virtude do apoio tecnológico e do fornecimento de conhecimento que as instituições públicas ofereceram a esses produtores. E neste sentido, o Estado foi o indutor e, hoje em dia, é facilitador deste projeto de indicação geográfica no Vale dos Vinhedos.

Em suma, nesse contexto que muitos têm chamado de era do conhecimento, o papel dos Estados parece ser tão imprescindível quanto antes. Pois, se onde há conhecimento há desenvolvimento, é na geração e disseminação de conhecimento entre as diversas esferas da sociedade que as ações dos Estados devem então estar sempre focalizadas. Se a Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos é uma via alternativa que tem se mostrado eficiente para o desenvolvimento local, ela só pôde assumir essa importância através da transferência de conhecimento que partiu das instituições públicas.

Contudo, essa transferência tornou-se mais fácil a partir do momento em que não se opôs à concepção de controle vigente no território. Em outras palavras, o conhecimento se tornou mais fluído a partir do momento em que se utilizou das instituições locais para se fortalecer, mas também para se difundir. As redes de empresas são então, canais por onde o conhecimento pode circular mais livremente. Sendo que estas redes serão tão eficientes, nessa tarefa, quanto mais eficientes forem as instituições locais que lhes servem de base de sustentação. Quanto mais a cooperação e a reciprocidade forem uma instituição local, mais rápido conhecimento circulará por entre os pontos destas redes, e mais conhecimento será gerado localmente.

Referências Bibliográficas

ABROMOVAY, R. **Entre Deus e o Diabo** *in:* Revista de Sociologia da USP volume 16, n.2, novembro de 2004.

ABROMOVAY, R. **Os mercados como construções sociais**. Valor Econômico, 24 de novembro de 2007.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: EDITORA DA UNICAMP, 1998.

ALMEIDA & BERNARDES, **Nova função empresarial na coordenação de redes de inovação**, in: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n. 5, p. 86-120, dezembro 1999.

ALMEIDA FILHO & ORTEGA (orgs.), **Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária.** Campinas: Alínea, 2007.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

BANDEIRA, P. **Algumas Hipóteses Sobre as Causas das Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social no Rio Grande do Sul**. In: Correa (org.), *Capital Social e desenvolvimento regional*, Santa Cruz do Sul, UNISC, 2003.

BECCATINI, G. **Os Distritos Industriais na Itália**. In: Cocco, G. Urani, A, e Galvão, A, P. (Orgs) Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de janeiro. DP&A Editores, 1999.

BECCATINI, G. **O distrito industrial 'marshalliano'**. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (orgs). *As regiões ganhadoras*. Oeiras-Portugal: Celta, 1994. (Cap. 2)

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand-Brasil. 2007 (caps. 1,3 e 5).

CABRAL, C. **Presença do vinho no Brasil; um pouco de história**. São Paulo: editora Cultura, 2007, 2ª ed.

DATHEIN, R. **Brasil: vinte e cinco anos de estagnação econômica e as opções do desenvolvimento**. 2006. Disponível em <http://www.sep.org.br> Acesso em 10 de agosto de 2009.

CARNEIRO, M.J. et al. **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar.** Rio de Janeiro, RJ: MAUAD, 2003.

CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, M. L. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** In: CASSIOLATO, J. E. & LASTRES, M. L. (orgs) *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local.* Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003.

CONCEIÇÃO, O. A. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

COOKE, P., URANGA, M.G., ETXEBARRIA, G. **Regional innovations systems: Institucional and organizational dimensions**. *In: Research Policy,* V. 26. n. 4 December 1997, p. 475-491.

DINIZ, C. SANTOS, F. e CROCCO, M. **Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento Regional/Local**. Ministério da Integração, 2004.

DURKHEIM, E. **Coleção Grandes Cientistas Sociais** n. 1. Coord. Fernandes, F. São Paulo: Ática 1990.

FALLCADE, I & MANDELLI, F. **Vale dos Vinhedos – caracterização geográfica da região**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

FAO/INCRA. **O Novo retrato da agricultura familiar** – o Brasil redescoberto. Ministério do Desenvolvimento Agrário, www.incra.gov.br. 2000.

FLIGSTEIN, N. **O mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado**. In: Marques, R. e Peixoto (orgs) A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

FLORES, M. **Da solidariedade Social ao Individualismo: Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha**.Tese (Doutorado em Sociologia Política) Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

GRANOVETTER. M. **Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação** In: Marques, R. e Peixoto (orgs) A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads**. 1997. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br /projetos/rurbano>. Acesso em: 12 maio 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. & CAMPANHOLA. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor.** 1999. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br
/projetos/rurbano>. Acesso em: 12 maio 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Globalização da agricultura.** In SILVEIRA & VILELA, *Globalização e sustentabilidade da agricultura*. Jaguariúna, São Paulo. 1998. (EMBRAPA – CNPMA. Documentos 15).

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

GROLLEAU, H. **España y la experiencia europea.** In: Seminário Internacional sobre Turismo Rural. Faro: Escola de Economia, Gestão e Turismo / Universidade do Algarve, 1993. p.35-7.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo. Ed. Annablume, 2005. (Caps. 1, 2 e 5).

HUME, D. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Editora Escala. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal n. 25. Tradução: André Mesquita.

INSTITUO BRASILEIRO DO VINHO, **Informativo**, Garibaldi, Julho de 2008.

KARPIK, L. **L' Èconomie des singularités,** Gallimard, 2007.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Porto, Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE. **A agricultura familiar: comparação internacional: Do mito à realidade.** Trad. BAZIN, Frédéric. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1998.

LAPOLLI, J.N.; MELLO, L.M.R.; TRARBACH, C.; BRENNER, G.; TEIXEIRA, A.N.; SANTIAGO, R.W.; COMIN, J.C. **A competitividade da vitivinicultura brasileira: análise setorial e programa de ação com destaque para o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre. BANRISUL/EMBRAPA-CNPUV/REBARE/RS, 1995. 200p.

LUCAS, R. **On the mechanics of economic development**. Journal of Monetary Economics, n. 22, p. 3-42, 1988

MELLO, L. **Vitivinicultura brasileira: Panorama 2007.** EMBRAPA, 2008.

MARQUES, R. **Os trilhos da Nova sociologia econômica** In: Marques, R. e Peixoto (orgs) A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2003.

NELSON, R. & WINTER, S. **In Search of Useful Theory of Innovation**. Research Policy, v. 6, pp. 37-76. In Revista Brasileira de Inovação v. 3 n. 2 Julho / Dezembro de 2004.

ORTEGA, A.C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**, Uberlândia: Edufu, 2005.

ORTEGA, A.C. **Territórios Deprimidos. Os desafios das políticas de desenvolvimento rural**. Campinas/Uberlândia, Alínea/Edufu, 2008.

PENROSE, Edith. **A Economia da Diversificação**. Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 7-30, out./dez. 1979.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano**. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 20 out. 2008.

POSSAS, S. **Conhecimento e atividade econômica**. Economia e Sociedade. n. 8, Junho/1997.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2000. (2 Edição). (Cap. 6).

REIS, J. **Ensaios de economia impura**. Coimbra: Edições Almedina, 2007.

ROMER, D. **Advanced Macroeconomics**, MacGraw-Hill, 1996

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**, São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, J.V. T. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo, Hucitec, 1978.

SCHUMPETER, J. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo econômico**. Tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Os Economistas).

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984. cap. 6 - 8.

STORPER, M. **The regional world: territorial development in a global economy: Perspectives on economic change**. New York: Guilford Press, 1997.

SWEDBERG, R. **A Nova Sociologia Econômica: O que já se atingiu, o que seguirá?** In: Marques, R. e Peixoto (orgs) A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia. Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

SWEDBERG, R. **Max Weber e a idéia de sociologia econômica.** Editora UFRJ/Beca Produções Culturais. Rio de janeiro. São Paulo 2005.

TERUCHKIN, S. **As estratégias empresariais para os vinhos finos no Brasil e no Uruguai; uma análise comparada**. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

TONIETTO, J. & MELLO, Loiva Maria R de. ***La Quatrième Période Évolutive de la Vitiviniculture Brésilienne: changements dans le marché consommateur du pays.*** In: 26TH WORLD CONGRESS & 81ST GENERAL ASSEMBLY OF THE OFFICE INTERNATIONAL DE LA VIGNE ET DU VIN, 2001, Adelaide. *Congress Proceedings*. Adelaide: Office International de la Vigne et du Vin - OIV, 2001. v.3. p.272-280.

TONIETTO, J. **Afinal o que é Terroir?** EMBRAPA Uva e Vinho, 2007.

VALDUGA, R. **Sonho de um imigrante**. Bento Gonçalves: Grafite. 2005.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo edogeno**. Madrid, Ediciones Pirâmide, 1999.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, Editora da Universidade, 2001. (Cap. 1).

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VEIGA, J.E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que parece**. Campinas, SP: Editora autores associados, 2002.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais. Uma introdução ao pensamento pós-global.** Rio de Janeiro. DP&A 2006 (Caps. 1, 4, 7 e 9).

WEBER, M. **Coleção Grandes Cientistas Sociais** n. 13 Coord. Fernandes, F. São Paulo: Ática, 1989.

Anexos

Questionário aplicado para atores locais não vinicultores:

1- Algum membro da família que resida na propriedade possui trabalho fora desta propriedade?
2- Na sua opinião, existe cooperação entre os vizinhos? Como?
3- Faz uso conjunto de máquinas?
4- Participa de alguma associação?
5- Costuma visitar os vizinhos? Com que finalidade?
6- Participa da APROVALE?
7- O que acha da APROVALE e da I.P.V.V. ?

Questionário aplicado para proprietários de vinícolas:

1- Há troca de informações entre empresas, ou cada uma procura trabalhar mais em segredo?
2- O que pensa sobre a Denominação de Origem?
3- A I.P.V.V. está valendo a pena?
4- Coopera com outras vinícolas? Como?
5- Ajuda o produtor na qualificação da matéria-prima?
6- A I.P.V.V. melhorou a situação da empresas?

Relação das vinícolas visitadas

Larentis
Valontano
Terragnolo
Dom Cândido
Marco Luigi
Reserva da Cantina
Cavas do Vale
Casa Gracena (Adega Cavalieri)
Miolo
Casa Valduga